

DIAGNÓSTICO SOCIAL DO CONCELHO DE MONTALEGRE



Índice geral

1ª Parte

1 – Introdução-----	1
2 – Metodologia-----	2
3 - Caracterização física do concelho-----	3

2ª Parte

1 - Dinâmicas demográficas e sócio-familiares

1.1 - Enquadramento demográfico do concelho de Montalegre-----	8
1.2 – Evolução da população no concelho de Montalegre-----	9
1.3 – Estrutura etária-----	13
1.4 – Densidade populacional-----	17
1.5 – Estrutura familiar-----	19
1.5.1 – Famílias clássicas segundo o número de residentes -----	19
1.5.2 – Estado civil da população residente no concelho de Montalegre-----	21
1.6 – Indicadores demográficos-----	26
1.6.1 – Movimentos naturais da população-----	26
1.6.2 – Taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de crescimento natural da população-----	27
1.6.3 - Índice de Envelhecimento (IE)-----	29
1.6.4 - Índices de dependência -----	31
1.6.4.1 – Índice de Dependência dos Idosos (IDI)-----	31
1.6.4.2 - Índice de Dependência dos Jovens (IDJ)-----	31
1.6.4.3 - Índice de Dependência Total (IDT)-----	32
1.7 - Movimentos migratórios no concelho de Montalegre-----	33
1.8 - Síntese conclusiva-----	36

2 – Habitação

2.1 – Evolução do número de alojamentos, edifícios e famílias entre 1991 e 2001-----	39
2.2 - Edifícios segundo a época de construção-----	45

2.3 - Edifícios segundo o número de alojamentos e principal uso-----	46
2.4 – Habitação Social-----	47
2.5 - Síntese Conclusiva-----	50

3 - Caracterização Socio-Educativa

3.1 - Indicadores globais de instrução-----	54
3.2 - Comunidade Educativa-----	56
3.2.1 - Agrupamentos escolares do concelho-----	56
3.2.1.1 - Agrupamento de Escolas do Baixo Barroso-----	56
3.2.1.1.1 – Sucesso / Insucesso / abandono Escolar-----	59
3.2.1.2 - Agrupamento de Escolas de Montalegre-----	60
3.2.1.2.1 - Sucesso / Insucesso / abandono Escolar-----	62
3.2.1.3 – Escola das Minas da Borralha -----	63
3.2.1.4 – Escola da Misarelacoop-----	65
3.2.2 Caracterização global das escolas do concelho-----	67
3.2.2.1 - Taxas de Cobertura-----	69
3.2.3 – Dados comparativos entre 1991 – 2001 – 2003-----	70
3.3 - Crianças com necessidades educativas especiais-----	71
3.4 - Competências da Autarquia-----	73
3.5 - Síntese conclusiva-----	75

4 – Saúde

4.1 – Equipamentos e serviços de saúde-----	78
4.2 – Consultas efectuadas no Centro de Saúde e suas extensões-----	79
4.3 – Óbitos segundo a causa de morte-----	80
4.4 – Indicadores de Saúde-----	81
4.4.1 - Taxa de mortalidade infantil-----	81
4.4.2 – Indicadores gerais de saúde-----	82
4.5 - Síntese conclusiva-----	84

5 - Acção Social

5.1 - População idosa – equipamentos, serviços e pensões-----	86
5.1.1 – Pensionistas-----	89
5.2 – Equipamentos de apoio à infância-----	90
5.3 - Rendimento Mínimo Garantido-----	91
5.3.1 – Acordos de Inserção no ano de 2001-----	96
5.3.2 - Motivos de dispensa de disponibilidade activa para a inserção profissional-----	97
5.4 - População deficiente-----	98
5.4.1 - População deficiente com actividade económica-----	102
5.5 - Crianças e jovens em perigo -----	104
5.5.1 - Tipologia das situações de perigo -----	105
5.5.2. Equipamentos e/ou respostas sociais de apoio à população com deficiência-----	106
5.6. Síntese conclusiva-----	107

6 - Caracterização Socio-Económica

6.1 - Tecido empresarial no concelho de Montalegre-----	113
6.1.1 – Agricultura-----	114
6.1.2 - População agrícola singular-----	117
6.1.3 - Equipamentos agrícolas-----	119
6.1.4 - Síntese conclusiva-----	121
6.2 - Poder de compra-----	122
6.2.1 - Indicador per Capita-----	122
6.2.2 - Percentagem do poder de compra-----	125
6.2.3 - Factor Dinamismo Relativo-----	128
6.2.4 - Síntese conclusiva-----	131
6.3 - População activa / inactiva-----	132
6.4 - População empregada-----	137
6.5 – População residente desempregada-----	141
6.6 - Síntese conclusiva-----	146

7 - Associativismo e equipamentos desportivos e culturais-----	148
---	------------

8 – Justiça-----	152
-------------------------	------------

8.1 - Índice de criminalidade-----	153
------------------------------------	-----

3ª Parte

1 - Dinâmicas sociais e de coesão social-----	155
---	-----

2 - Análise estratégica -----	159
-------------------------------	-----

2.1 - Pontos de partida -----	159
-------------------------------	-----

3 – Análise sintética-----	172
----------------------------	-----

4 – Principais problemas -----	180
--------------------------------	-----

5 – Nota final-----	182
---------------------	-----

Anexos

Anexo I-----	184
--------------	-----

Anexo II-----	209
---------------	-----

Anexo III-----	217
----------------	-----

Bibliografia-----	219
-------------------	-----

Índice de gráficos

2ª Parte

1 - Dinâmicas demográficas e sócio-familiares

Gráfico n.º 1 – Variação da população residente, por Nuts, entre 1981/1991 e 1991/2001-----	8
Gráfico n.º 2 – Evolução da população residente no concelho de Montalegre---	10
Gráfico n.º 3 – Densidade populacional, por Nuts, entre 1998 e 2001-----	18
Gráfico n.º 3 - A– Densidade populacional, por freguesias em 1991 e 2001-----	19
Gráfico n.º 4 – Estado civil da população no concelho de Montalegre, por freguesia em 2001 (%)-----	22
Gráfico n.º 5 – Evolução do número de casamentos celebrados e dissolvidos entre 1996 e 2001, no concelho de Montalegre-----	23
Gráfico n.º 6 – Evolução do número de casamentos católicos entre 1998 e 2001-----	23
Gráfico n.º 7 – Evolução da taxa de divórcio entre 1998 e 2001-----	24
Gráfico n.º 8 – Evolução da taxa de nupcialidade entre 1998 e 2001-----	24
Gráfico n.º 9 – Evolução da taxa de fecundidade entre 1998 e 2001-----	25
Gráfico n.º 10 – Evolução dos nados vivos, óbitos e crescimento natural no concelho de Montalegre entre 1996 e 2001-----	26
Gráfico n.º 11– Evolução da taxa de natalidade entre 1996 e 2001-----	27
Gráfico n.º 12 – Evolução da taxa de mortalidade entre 1996 e 2001, por NUTs -----	28
Gráfico n.º 13 – Evolução da taxa de crescimento natural,entre 1996 e 2001, por NUTs-----	28
Gráfico n.º 14 – Evolução do Índice de Envelhecimento entre 1981, 1991 e 2001, por NUTs-----	29
Gráfico n.º 15 – Evolução do Índice de Dependência dos Idosos, entre 1991 e 2001, por NUTs-----	31
Gráfico n.º 16 – Evolução do Índice de Dependência dos Jovens entre 1981, 1991 e 2001, por NUTs-----	32
Gráfico n.º 17 – Evolução do Índice de Dependência Total, entre 1991, 1991 e	

2001, por NUTs-----	33
---------------------	----

2 – Habitação

Gráfico n.º1 – Variação do número de alojamentos, edifícios e famílias, entre 1991 e 2001, por NUT's-----	39
Gráfico n.º 2 – Variação do número de alojamentos, edifícios e famílias, entre 1991/ 2001-----	41
Gráfico n.º 3 - Número de edifícios segundo a época de construção-----	46
Gráfico n.º 4 – Edifícios segundo o número de alojamentos e principal uso-----	46

3 – Caracterização Sócio-Educativa

Gráfico 1 - População residente segundo o nível de instrução-----	54
Gráfico n.º 2 - Taxa de analfabetismo, entre 1981, 1991 e 2001-----	55
Gráfico n.º 3 – Evolução do número de alunos entre 1991 – 2001 – 2003-----	70

4 – Saúde

Gráfico n.º 1 – Evolução do número total de consultas no Centro de Saúde e suas extensões-----	79
Gráfico n.º 2 – Óbitos segundo a causa de morte no concelho de Montalegre, entre 1996 e 1999-----	81
Gráfico n.º 3 – Evolução da taxa média de mortalidade infantil, por NUTs (%)	82
Gráfico n.º 4 – Indicadores gerais de saúde-----	82

5 - Acção Social

Gráfico n.º 1 - Famílias compostas por uma pessoa, segundo o sexo e o grupo etário-----	86
Gráfico n.º 2 - Número de famílias de acolhimento existentes, por freguesia--	89
Gráfico n.º 3- Beneficiários do RMG: titulares por sexo-----	93
Gráfico n.º 4 - Beneficiários do RMG: titulares por escalão etário-----	94
Gráfico nº 5- Número de famílias de RMG, segundo o tipo de famílias-----	95

Gráfico n.º 6 - População residente com deficiência, segundo o sexo-----	98
--	----

6 - Caracterização Sócio – Económica

Gráfico n.º 1 - Sociedades sedeadas no concelho por sector de actividade-----	111
Gráfico n.º 2 - Sociedades constituídas em 2002, por actividade económica---	112
Gráfico n.º 3 - Superfície agrícola utilizada segundo número de explorações e área-----	115
Gráfico n.º 4 - Utilização das terras-----	115
Gráfico n.º 5 - Produtor agrícola singular segundo o sexo-----	117
Gráfico n.º 6 - População agrícola segundo o nível de instrução-----	118
Gráfico n.º 7 - População agrícola segundo o tempo de trabalho agrícola-----	118
Gráfico n.º 8 - Indicador per capita da região do Alto Trás-os-Montes por concelhos-----	122
Gráfico n.º 9 - Indicador per capita da região Norte por regiões-----	123
Gráfico n.º 10 – Indicador per capita nacional, segundo regiões Nuts-----	124
Gráfico n.º 11 - Poder de compra da região do Alto Trás-os-Montes por concelhos-----	125
Gráfico n.º 12 - Poder de compra nacional segundo regiões Nuts III-----	126
Gráfico n.º 13 - Poder de compra da região Norte por regiões-----	127
Gráfico n.º 14 - Factor dinamismo relativo da região do Alto Trás-os-Montes por concelhos-----	128
Gráfico n.º 15 - Factor dinamismo relativo da região Norte por regiões---	129
Gráfico n.º 16 - Factor dinamismo relativo nacional por Nuts III-----	130
Gráfico n.º 17 - População residente perante a actividade económica-----	132
Gráfico n.º 18 - População residente com 15 ou mais anos segundo a condição perante o trabalho, escalão etário e sexo-----	133
Gráfico n.º 19 - População residente com 15 ou mais anos, por condição perante a actividade económica e sexo, no concelho e na região – 2001-----	134
Gráfico n.º 20 - População residente, com 15 anos ou mais, segundo a condição perante a actividade económica e sexo – 2001-----	135
Gráfico n.º 21 - Taxa de actividade, segundo o sexo no concelho de Montalegre, 1991 e 2001-----	136
Gráfico n.º 22 – População residente, com 15 anos ou mais, segundo o	

principal meio de vida e sexo, 2001-----	137
Gráfico n.º 23 - População residente empregada por sexo – 2001-----	137
Gráfico n.º 24 - População residente empregada, segundo o nível de instrução	139
Gráfico n.º 25 - Taxa de desemprego, segundo o sexo, no concelho,1991- 2001-----	142
Gráfico n.º 26 – População residente, desempregada, segundo nível de instrução, 2001-----	144
Gráfico n.º 27 - População residente desempregada, segundo o principal meio de vida, 2001-----	144

Índice de quadros

2ª Parte

1 - Dinâmicas demográficas e sócio-familiares

Quadro n.º 1 - Evolução da população residente, por NUTs -----	9
Quadro n.º 2 – Variação da estrutura etária, entre 1991 e 2001, por NUTs (%)--	14
Quadro n.º 3 – Evolução do número de famílias e da sua dimensão -----	20
Quadro n.º 4 – Movimentos da População entre 1981 / 1991 e 1991 / 2001 -----	33
Quadro n.º 5 – População residente , segundo as migrações (de 31/12/95 a 31/12/99), por concelho, de residência habitual em 12/03/2001-----	34
Quadro n.º 6 – Migrações internas no concelho de Montalegre, nos períodos de 1985/1991 e 1989/1991 -----	35
Quadro n.º 7 – Saldos migratórios, por grupo etário, no período de 1985/1991--	36

2 - Habitação

Quadro n.º1 – Alojamentos familiares segundo a forma de ocupação, variação 1991/2001-----	42
Quadro n.º 2 – Condições de habitabilidade dos alojamentos, variação 1991/2001 -----	44
Quadro n.º 3 – Tipologia das habitações sociais construídas / em construção-----	49
Quadro n.º 4 – Habitações Recuperadas/ Beneficiadas pelo P.N.L.C.P.-----	50

3 – Caracterização socio-educativa

Quadro n.º 1 – População residente por grupos etários, segundo a qualificação académica -----	56
Quadro n.º 2 – Estabelecimentos do ensino Pré-Escolar e 1º CEB -----	57
Quadro n.º 3 – Número de alunos do 2º Ciclo, 3º Ciclo e Secundário-----	58
Quadro n.º 4 - Sucesso /Insucesso /Abandono – 2º e 3º Ciclos e Secundário-----	59
Quadro n.º 5 – Estabelecimentos do ensino Pré-Escolar e do 1º CEB-----	60
Quadro n.º 6 – Número de alunos do 2º Ciclo-----	61
Quadro n.º 7 – Número de alunos 3º Ciclo e Secundário-----	62

Quadro n.º 8 - Sucesso/ Insucesso /Abandono – 2.º e 3.º Ciclos e Ensino Secundário-----	62
Quadro n.º 9 – Número de alunos do 2º Ciclo, 3º Ciclo e Secundário-----	64
Quadro n.º 10 - Sucesso/ Insucesso / Abandono – 2.º e 3.º Ciclos e Ensino Secundário -----	65
Quadro n.º 11- Número de alunos do 2.º Ciclo, 3º Ciclo e secundário-----	65
Quadro n.º 12 – Sucesso/ Insucesso / Abandono – 2.º e 3.º Ciclos e Ensino Secundário -----	66
Quadro n.º 13 – Total de alunos a frequentar o 2º ciclo, 3º ciclo e secundário independentemente de agrupamentos e escolas-----	67
Quadro n.º 14 – Total de alunos aprovados/ retidos abandono no concelho de Montalegre independentemente de agrupamentos e escolas -----	67
Quadro n.º 15 – Abandono escolar, por escolas -----	68
Quadro n.º 16 – Acção social escolar -----	74

4 – Saúde

Quadro n.º 1 – Centro de Saúde e suas extensões-----	78
Quadro n.º 2 – Óbitos segundo a causa de morte, de 1996 a 1999-----	80

5 - Acção Social

Quadro n.º 1 - IPSS's sedeadas no Concelho de Montalegre -----	87
Quadro n.º 2 – Pensionistas -----	89
Quadro n.º 3 – Jardim-de-infância -----	91
Quadro n.º 4 - Caracterização de todos os Beneficiários por Idade e Sexo a frequentar Acções de Inserção -----	96
Quadro n.º 5 - Acordos de Inserção por áreas no ano de 2001 -----	97
Quadro n.º 6 - Motivos de dispensa de disponibilidade activa para a inserção profissional -----	98
Quadro n.º 7 - População residente deficiente, segundo o tipo de deficiência, o género e grau de incapacidade atribuído -----	99
Quadro n.º 8 – População residente, segundo o tipo de deficiência e género, por grupo etário no concelho de Montalegre -----	100
Quadro n.º 9 - População residente deficiente, segundo o tipo de deficiência e	

sexo, por acessibilidade a edifícios e existência de elevador -----	101
Quadro n.º 10 – População residente com 15 anos ou mais, segundo o tipo de deficiência e sexo, por condição perante a actividade económica -----	102
Quadro n.º 11 – População residente com 15 anos ou mais, segundo o tipo de deficiência e sexo, por principal meio de vida -----	103
Quadro n.º 12 - Crianças e jovens com processo de promoção e protecção, em acompanhamento, por sexo e escalão etário -----	104
Quadro n.º 13 - Medidas aplicadas -----	105

6 - Caracterização Sócio – Económica

Quadro n.º 1 - Número de empresas com sede no concelho e na Região segundo CAE2, 2001-----	113
Quadro n.º 2 - Utilização das terras, segundo o número de exploração e superfície -----	116
Quadro n.º 3- População agrícola segundo grupo etário-----	117
Quadro n.º 4 - Efectivo animal e número de explorações -----	119
Quadro n.º 5 - Número de Equipamentos agrícolas ; Número de explorações --	120
Quadro n.º 6 - População residente, com 15 ou mais anos, por condição perante a actividade económica e por sexo, no concelho e na região – 2001 -----	134
Quadro n.º 7 - População residente, com 15 ou mais anos, segundo a condição perante a actividade económica e sexo no concelho e na região – 2001 -----	138
Quadro n.º 8 - Pessoas ao serviço, por sector de actividade – 1991/ 2001 -----	140
Quadro n.º 9 - População residente empregada, segundo o sector de actividade económica e por sexo, por situação na profissão, 2001 -----	141
Quadro n.º 10 - População residente, desempregada (sentido lato) segundo condição de procura de emprego e sexo no concelho – 2001 -----	142
Quadro n.º 11 - População residente desempregada em sentido lato, segundo grupo etário, 2001 -----	143
Quadro n.º 12 - População residente, desempregada, em sentido lato e restrito, segundo a condição de procura de emprego e sexo, 2001 -----	143
Quadro n.º 13 - Beneficiários com prestações de desemprego, segundo o sexo e a idade, 2002 -----	145
Quadro n.º 14 - Montantes e dias processados de prestação de desemprego em	

2002 -----	145
------------	-----

8- Justiça

Quadro nº 1 – Processos-crime -----	153
-------------------------------------	-----

3ª Parte

Quadro n.º1 – Pontos fortes e pontos fracos no concelho de Montalegre -----	160
---	-----

1 - Introdução

O programa Rede Social, criado em Portugal pela Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, de 18 de Novembro, assume-se como um programa estruturante de combate à pobreza e à exclusão social e um instrumento de política social, fundamental no processo de desenvolvimento local pela implementação de processos de planeamento estratégico territorializado, como base da intervenção social.

Esta medida, assente em quatro princípios fundamentais - *integração, articulação, inovação e subsidiariedade* - tem como objectivos fundamentais:

- *Fomentar a articulação e a actuação concertada entre entidades públicas e privadas;*
- *Detectar e promover os encaminhamentos adequados às situações e problemáticas dos indivíduos;*
- *Fomentar uma cobertura concelhia racional e equitativa de equipamentos sociais e serviços;*
- *Potenciar e divulgar o conhecimento sobre as realidades concelhias e fomentar mudanças e inovações a nível da concretização de medidas de política e a nível da intervenção social local.*

A implementação da Rede Social em Montalegre ocorreu em duas fases distintas: a do lançamento e a da execução. Esta última fase teve como principal objectivo a elaboração do Diagnóstico Social do Concelho, instrumento sistémico de objectivação de um conjunto de dados estruturais e conjunturais que retratam a realidade social do concelho e aprofundam as dinâmicas de mudança, as suas potencialidades e os seus obstáculos.

Pretende-se que este Diagnóstico Social funcione como instrumento de reflexão e de participação e como base de trabalho permanente, aberta e dialéctica, para a compreensão da realidade social do concelho de Montalegre, assumindo-se, desde já e sempre, como um documento inacabado.

2 - Metodologia

A metodologia que orientou o presente diagnóstico caracterizou-se pela pesquisa-acção como forma de garantir a eficácia do presente projecto de intervenção. Dele fazem parte um conjunto de indicadores sugeridos pelo Instituto de Desenvolvimento Social (território, demografia, habitação, educação, saúde, acção social, emprego/desemprego, formação profissional, actividades económicas, associativismo, justiça, pobreza e exclusão) que, ao longo do trabalho, foi, cada um deles, explorado com técnicas de recolha de dados (pesquisas na Internet, análise de boletins e de tabelas, estudos sectoriais e entrevistas semi-directas).

Para que pudessem ser analisadas as tendências de cada um dos indicadores pré – definidos, optou-se por uma recolha de dados relativos ao espaço temporal de 1998 a 2003, mas nem sempre esta opção foi passível de concretização. Em algumas circunstâncias e, relativamente a algumas das organizações, não existem dados estatísticos sistematizados e disponíveis. Esta tendência foi, entretanto, cruzada e avaliada pela análise da evolução dos dados oficiais dos Censos de 1991 e 2001.

Posteriormente à compilação, análise e ponderação de todos os dados recolhidos, foi cada indicador sujeito a uma análise SWOT, em espaço de pluridisciplinaridade. Partindo desta definição parcial, foram posteriormente identificados os pontos fortes, os pontos fracos, as oportunidades e as ameaças, no contexto global do concelho, por ordem de prioridade, e foram definidas as principais problemáticas e os principais eixos prioritários de acção.

As nossas fontes de informação:

- INE – Instituto Nacional de Estatística
- Câmara Municipal de Montalegre
- Centro de Saúde de Montalegre
- Agrupamentos de Escolas de Montalegre
- Centro de Emprego de Chaves
- CDSSS – Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social – Serviço Local
- CAE - Ensino Recorrente
- IPSS sedeadas no concelho

3 - Caracterização física do concelho

O concelho de Montalegre, ao norte do distrito de Vila Real, integra-se no Planalto do Barroso, na Província de Trás-os-Montes.

Com uma área total de 805,78 Km², confina a norte com a região da Galiza- Espanha, numa extensão de raia seca de cerca de 78 km, e ainda com os concelhos de Chaves, Boticas, Cabeceiras de Basto e Vieira do Minho.

Com uma extensa área incluída no Parque Nacional da Peneda Gerês (aproximadamente 1/3) é cortado pelos rios Cávado e Rabagão, abrangendo parte da Serra do Gerês, do Larouco e da Cabreira.

A uma altitude que vai desde os 500 aos 1520 m, Montalegre tem um clima frio, com Verões de curta duração e com invernos prolongados, onde a neve cai com alguma regularidade.

Integrado numa zona de planalto, de propriedade minifundiária, a sua matriz sócio-económica é marcada essencialmente pela agricultura de montanha e pela agro-pecuária.

A sua população, num total de 12.762 habitantes (Censos de 2001), está distribuída por 136 aldeias e 35 freguesias.

Do ponto de vista administrativo e institucional, o concelho de Montalegre pertence ao distrito de Vila Real. Integra a Comissão Regional de Turismo do Alto Tâmega e Barroso e os Agrupamentos de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro (AMTAD), do Alto Tâmega (AMAT) e do Vale do Cávado.

A organização social deste concelho, fortemente influenciada por Celtas e Romanos, assenta essencialmente em pequenos núcleos populacionais, em povoado concentrado à volta de uma igreja, destacando-se como maiores núcleos habitacionais a sede do concelho, a Vila de Montalegre, e a Vila de Salto, sede da freguesia com o mesmo nome.

Decorrente da sua situação geográfica, da sua extensa área territorial e da sua configuração orográfica, as acessibilidades deste concelho foram desde sempre

limitadas e difíceis, obrigando-o a relações, económica e culturalmente privilegiadas, com a vizinha Galiza que ainda hoje se mantêm.

O concelho de Montalegre, por força da sua extensa área, apresenta algumas carências e insuficiências várias em matéria de estradas nacionais e transportes rodoviários. Estas carências não se restringem apenas ao número e extensão de estradas nacionais no concelho, mas também à qualidade dos traçados existentes ou, se quisermos, aos vários elementos que caracterizam as vias, o que as impede de desempenharem cabalmente as funções requeridas pelo desenvolvimento económico e social.

O Plano Rodoviário Nacional de 2000 não trouxe nenhuma compensação qualitativa ou quantitativa por parte da Administração Central. Segundo este, a estrutura da rede viária nacional que serve o concelho de Montalegre resume-se a um eixo que atravessa transversalmente o concelho, a EN 103, e que apresenta uma extensão de 50 Km. É esta via que permite a ligação à cidade de Braga, da qual dista 95 Km, e à Área Metropolitana do Porto (150 km à cidade do Porto). Contudo, apesar de ser o principal eixo viário que atravessa o concelho, não serve directamente a sua sede. O seu traçado, apesar das regularizações, apresenta ainda troços pouco dignos, em função da importância estruturante que este eixo tem para o concelho. Pela positiva é de referir que esta estrada passa pela zona das barragens, junto às serras do Gerês e do Barroso, sendo uma das mais valiosas do país, sob o ponto de vista paisagístico e ambiental.

Existe ainda outro eixo referenciado, a EN 103-9, que apresenta um sentido Norte/Sul e faz a ligação da EN 103 à sede do concelho, seguindo em direcção ao concelho espanhol de Xinzo de Limia.

Referenciadas como estradas regionais estão a ER311 e a ER 311-1, vias que apresentam alguma importância supra-municipal pois estabelecem um eixo de ligação entre quatro concelhos – Chaves, Boticas, Cabeceiras de Basto e Montalegre.

Com a desclassificação de um conjunto de estradas que passaram para o domínio municipal e outras para o estatuto de estradas regionais (nível hierárquico mais baixo na classificação das estradas sob a tutela da Administração Central), o panorama das infra-estruturas rodoviárias em nada beneficiou os interesses do desenvolvimento do concelho pois, à forte quebra da densidade das estradas nacionais, temos de adicionar o

facto de estarmos perante um território do interior, de baixa densidade populacional e que, nos últimos 40 anos, perdeu cerca de 60% da sua população.

2ª PARTE

1 - Dinâmicas demográficas e sócio-familiares

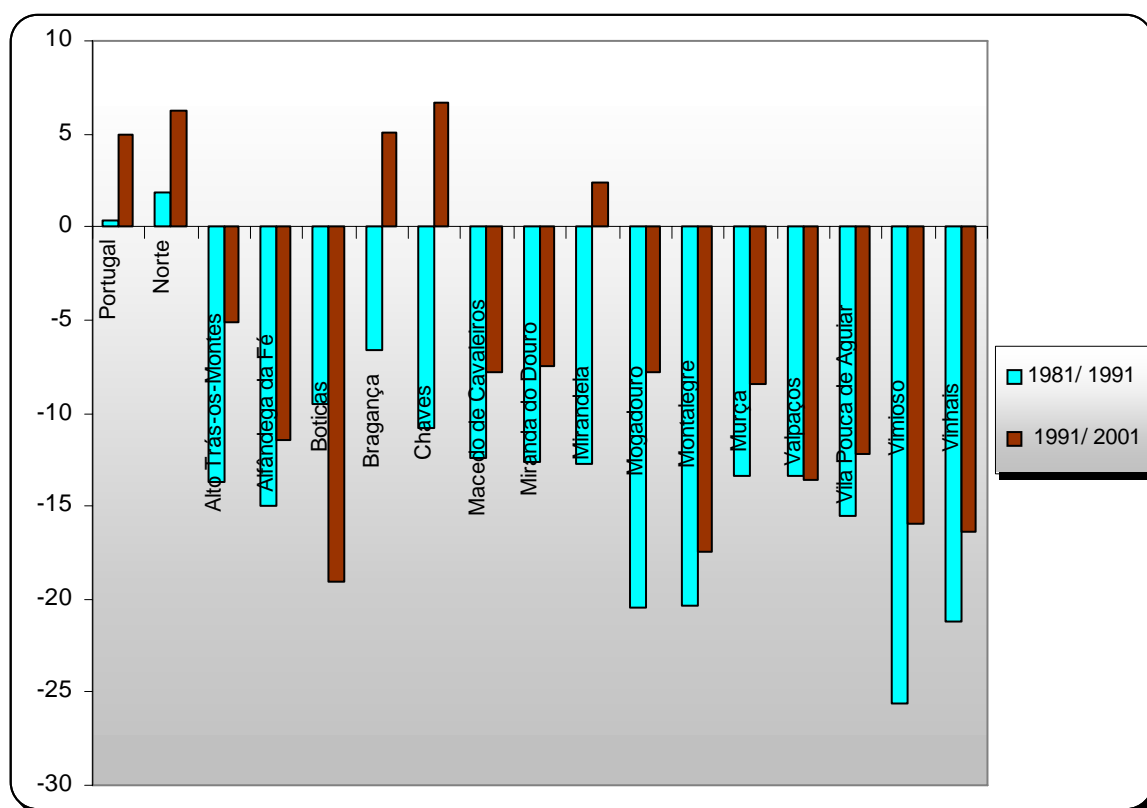
1.1 - Enquadramento demográfico do concelho de Montalegre

A população é o destinatário de todas as acções de planeamento que conduzem ao progresso, ou seja, é o alicerce do desenvolvimento económico e social de uma determinada unidade geográfica.

A análise populacional que se segue pretende enquadrar o concelho de Montalegre na situação demográfica de Portugal, da região Norte e da sub-região do Alto Trás-os-Montes, imprescindível numa perspectiva evolutiva e comparativa da realidade concelhia.

A leitura do gráfico e do quadro n.º 1 permite apurar que o ritmo de crescimento demográfico entre 1981/1991 foi muito lento em Portugal (0,3%) e na região Norte (1,8%). Mas na década seguinte a situação melhorou consideravelmente pois o número de residentes na região Norte cresceu 6,2 %, e no País 5%.

Gráfico n.º 1 – Variação da população residente, por Nuts, entre 1981/1991 e 1991/2001



Fonte – INE, *Recenseamento Geral da População*

Quadro nº 1 - Evolução da população residente, por Nuts

	População residente em 1981	População residente em 1991	População residente em 2001	Varição 1981/ 1991	Varição 1991/ 2001
Portugal	9 833 014	9 867 147	10 318 084	0,3	5,0
Norte	3 410 099	3 472 715	3 680 379	1,8	6,2
Alto Trás-os-Montes	272 486	235 241	223 037	-13,7	-5,1
Alfândega da Fé	7 925	6 734	5 924	-15	-11,4
Boticas	8 773	7 936	6 411	-9,5	-19,1
Bragança	35 380	33 055	34 689	-6,6	5,1
Chaves	45 883	40 940	43 558	-10,8	6,7
Macedo de Cavaleiros	21 608	18 930	17 432	-12,4	-7,8
Miranda do Douro	9 948	8 697	8 085	-12,6	-7,5
Mirandela	28 879	25 209	25 809	-12,7	2,4
Mogadouro	15 340	12 188	11 282	-20,5	-7,8
Montalegre	19 403	15 446	12 792	-20,3	-17,5
Murça	8 518	7 371	6 757	-13,4	-8,4
Valpaços	26 006	22 586	19 374	-13,4	-13,6
Vila Pouca de Aguiar	20 121	17 081	14 962	-15,5	-12,2
Vimioso	8 500	6 323	5 330	-25,6	-15,9
Vinhais	16 142	12 727	10 632	-21,2	-16,4

Fonte – INE, *Recenseamento Geral da população*

A sub-região do Alto Trás-os-Montes sofreu, na década de 80, uma forte regressão populacional (-13,7%) e, embora com uma certa recuperação, não conseguiu obter valores positivos na década seguinte (-5,1%). É extremamente nítida, nesta sub-região, a relação directa entre a interioridade e o declínio populacional pois todos os concelhos que a integram tiveram uma acentuada quebra populacional entre 1981 e 1991.

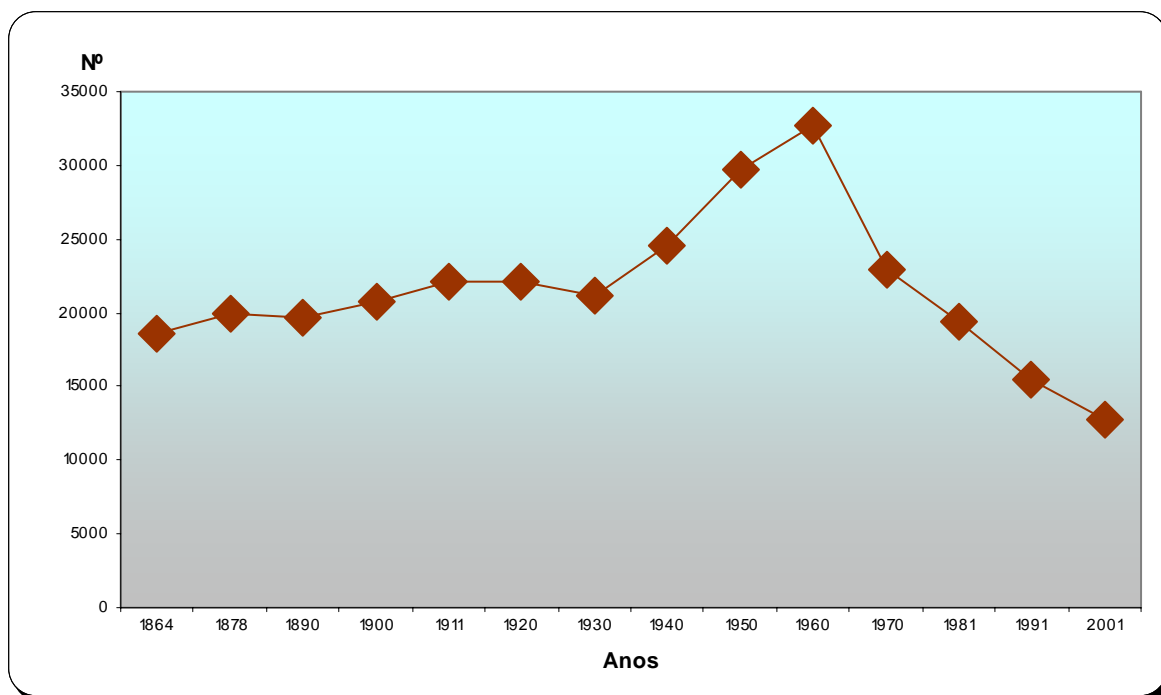
Durante a última década, à excepção dos principais centros urbanos, como Chaves (com um crescimento de 6,7%), Bragança (5,1%) e Mirandela (2,4%), todos os restantes concelhos voltaram a registar perdas populacionais significativas, embora menos intensas que nos anos 80. Destacam-se os concelhos de Boticas (-19,1%) e Montalegre (-17,5) que apresentam o declínio mais evidente da população.

1.2 – Evolução da população no concelho de Montalegre

A evolução da população é um dos factores que caracterizam a mudança da estrutura demográfica ao longo dos anos indicando-nos, em termos evolutivos e comparativos, os efectivos populacionais e a sua variação, numa determinada área geográfica.

Para compreender melhor a situação demográfica actual no concelho de Montalegre, é necessário fazer um estudo retrospectivo da evolução populacional. Considerou-se, assim, o período entre 1864 e 2001, de acordo com o gráfico n.º 2.

Gráfico n.º 2 – Evolução da população residente no concelho de Montalegre



Fonte – INE, *Recenseamento Geral da População*

Verifica-se que a evolução da população no concelho de Montalegre (vide quadro n.º 1, anexo I), de 1864 a 1920, efectuou-se de forma moderada. Entre 1920 e 1930, houve um decréscimo de cerca de 907 efectivos e foi a partir da década de 30 até 1960 que se verificou um grande surto populacional, com o aumento de cerca de 21158 indivíduos para aproximadamente 32728 (mais 11570 pessoas).

A década 60/70 ficou marcada pelo declínio mais evidente da população residente neste concelho (menos 9803 indivíduos).

As razões deste declínio devem-se ao efeito da emigração, fenómeno nacional que marcou, sobretudo, o interior do País. Até aos anos 60, a emigração dirigia-se para o Brasil, Estados Unidos, Canadá, América Latina, África do Sul e colónias portuguesas de África (sobretudo Angola e Moçambique).

A partir de 1960, o fluxo migratório passou a encaminhar-se mais para a Europa, especialmente para a França e para a Alemanha e, mais tarde, para a Suíça, o

Luxemburgo, a Bélgica, a Espanha, entre outros. Na verdade, e pelo facto de estarmos perante um concelho da raia, as saídas, quer legais, quer clandestinas, para o centro da Europa atingem aqui particular importância. Assim sendo, com a emigração, Montalegre vê-se privado do seu mais importante factor potencial de desenvolvimento: os recursos humanos. Aliado a este fenómeno, os fluxos migratórios internos têm também contribuído para o progressivo esvaziamento da região em favor dos centros urbanos do litoral, o que se justifica pelo facto de estarmos perante um concelho com nítidas características de interioridade - falta de dinamismo da economia local, ausência de cultura empresarial, debilidade do sector industrial, subaproveitamento dos recursos endógenos, sector agrícola com baixa produtividade e rentabilidade, deficientes e degradadas condições de acessibilidade interna e externa e insuficiente cobertura de infra-estruturas físicas e sociais. Neste cenário, o desequilíbrio demográfico é uma evidência, agravado pelo facto do retorno dos emigrantes não ter sido suficiente para recompor o perfil demográfico do concelho.

Na primeira metade dos anos setenta, a emigração reduziu-se e, embora o declínio da população se continue a evidenciar, a descolonização introduziu um novo marco evidente em todo o país. O concelho de Montalegre não fugiu à regra, confrontando-se com o retorno de um número considerável de indivíduos (principalmente de Angola e de Moçambique) para atenuar a perda da população residente¹.

No entanto, nas últimas décadas, a regressão populacional é ainda muito acentuada neste concelho, verificando-se a perda de 6 641 residentes entre 1981 e 2001.

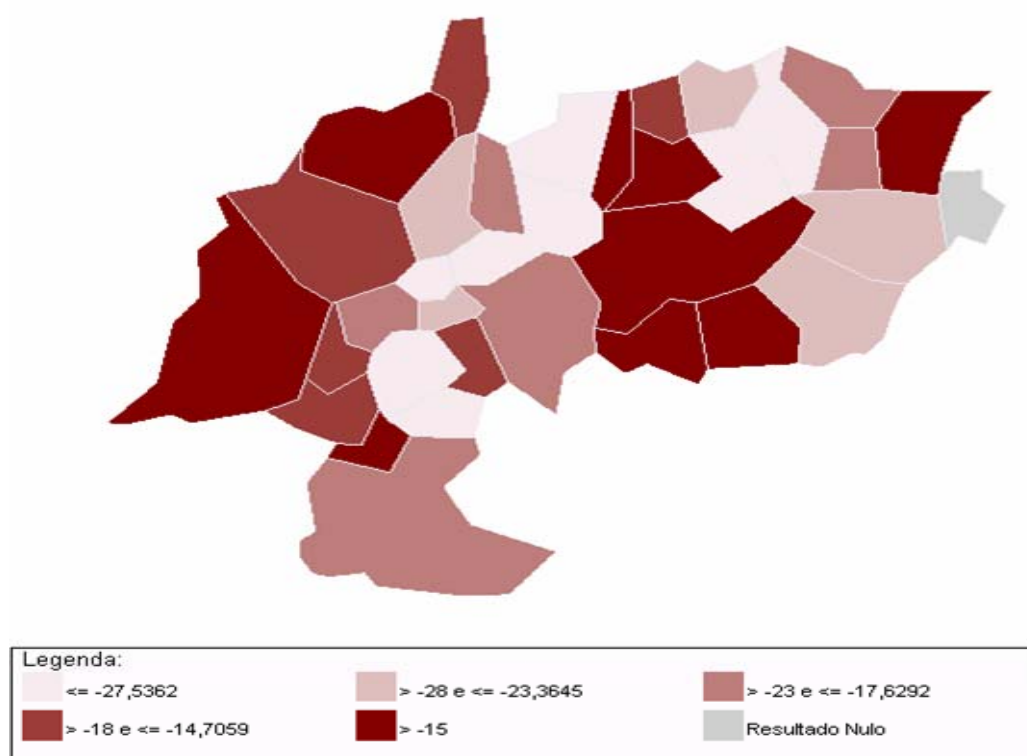
Considerando o ritmo demográfico à escala da freguesia, verifica-se que nos 137 anos em análise houve grandes variações populacionais, como podemos verificar no quadro n.º 2 (anexo I).

Na generalidade das freguesias, houve um crescimento populacional significativo até 1960, atingindo o valor máximo de efectivos nesse ano. Desde então e até ao ano 2001 a população regrediu consideravelmente, diminuindo os efectivos populacionais para menos de metade em quase todas as freguesias, à excepção da freguesia de Montalegre em que o decréscimo não foi tão acentuado.

¹ BARRETO, António; *Mudança Social em Portugal, 1960 – 2001*.

Relativamente à variação da população residente nas últimas décadas - 1991 e 2001 – (figura n.º 1), é evidente uma quebra populacional na pluralidade das freguesias, registando-se valores negativos na quase sua totalidade, sendo a única exceção a freguesia de Meixide cuja população residente não sofreu alterações.

Figura 1 – Variação total da população residente entre 1991 e 2001 no concelho de Montalegre por freguesias



Fonte: INE, *Censos 2001, Dados Comparativos 1991 - 2001*

As freguesias que sofreram um maior esvaziamento populacional (vide quadro n.º 2, anexo I)), foram Cambezes do Rio (-33,9), Fiães do Rio (-31,6), Gralhas (-30,7), Meixedo (-29,6), Reigoso (- 28,6), Pondras (-28, 0), Contim (-27, 5), entre outras.

Conclui-se, assim, que o concelho de Montalegre não logrou aumentos populacionais em nenhuma das suas freguesias. A progressiva desertificação dessas freguesias justifica-se em parte, pela fraca acessibilidade aos bens e serviços necessários, o que provoca um certo isolamento das populações.

Reportando-nos ainda à análise da variação populacional por lugares (vide quadro nº 3, anexo I), entre 1991 e 2001, verifica-se que a maioria perdeu população, atingindo valores acima dos 40%, sendo os exemplos mais evidentes os lugares de Chelo, Frades, Arcos, Cortiço, Fírvidas, Sacozeiro, Paio Afonso, Amiar, Borralha, Rebordelo e Telhado.

Houve, no entanto, alguns lugares que tiveram uma variação positiva na última década, destacando-se Alto Fontão, com um aumento de 56,3%, Santo Ane (51,5%), Sidrós (46,9), São Vicente da Chã (45,8%), Barracão (23,3%), Cabril (21,4), Salto (13,6%), Santa Marinha (11,9%), Lapela (10%), Penedones (6,8%), Pincães (6,7%), Aldeia Nova do Barroso (6,1), Codeçoso (2,9%) e Travassos da Chã (1,7%).

Salienta-se ainda o facto de, em 2001, se registar um número considerável de lugares com menos de 20 residentes. Os casos mais críticos são os dos lugares da Cruz da Estrada, 9 residentes, Sirvozeiro, 12, Pai Afonso, 12, Minas de Carvalhais, 10, Chãos, 14, Covêlo do Gerês, 14, Bosto Chão, Vidoeiro e São Mateus com 17 habitantes cada.

Esta situação reflecte a problemática dos concelhos do Interior Norte: o esvaziamento populacional e a consequente desertificação rural. As razões que conduzem a esta situação devem-se ao elevado número de jovens que saem à procura de melhores condições de vida, ao decréscimo da natalidade e, principalmente, à tendência cada vez mais evidente do envelhecimento populacional, factores que dificultam a renovação das gerações.

1.3 – Estrutura etária

A caracterização que vamos efectuar da estrutura etária em diferentes entidades espaciais (Portugal, Norte, Alto Trás-os-Montes e Montalegre) é crucial para analisar, em termos comparativos, a evolução das diferentes classes de idades entre o recenseamento de 1991 e 2001, averiguando as mudanças ocorridas, ou seja, se existe uma tendência para o envelhecimento ou rejuvenescimento populacional.

A variação da população residente, segundo a estrutura etária entre os dois períodos intercensitários em Portugal, região Norte e Alto Trás-os-Montes, demonstrou uma tendência similar nas classes etárias mais jovens.

Pela análise do quadro n.º 2 é notório, desde logo, em todas as regiões consideradas uma quebra populacional no grupo etário dos 0 aos 14 anos, sendo esta mais evidente na sub-região do Alto Trás-os-Montes. Dos concelhos que a integram, destaca-se Vimioso (-49,8%), Vinhais (-49,5%), Boticas (47,4%) e Montalegre (46,6%), que perdeu quase metade da população mais jovem, denunciando, assim, um decréscimo acentuado da natalidade e da fecundidade.

Quadro n.º 2 – Variação da estrutura etária, entre 1991 e 2001, por NUTs (%)

Zona Geográfica	Variação 1991/2001	Grupos Etários			
		0-14 Anos	15-24 Anos	25-64 Anos	65 ou mais Anos
Portugal	5,0	-16,0	-8,1	11,8	26,1
Região Norte	6,2	-16,0	-10,9	17,1	29,7
Alto Trás-os-Montes	-5,1	-34,6	-15,9	0,1	24,7
Alfândega da Fé	-11,4	-37,2	-27,7	-11,0	22,0
Bragança	5,1	-24,6	-4,6	13,0	27,0
Macedo de Cavaleiros	-7,8	-37,3	-22,3	-1,8	29,1
Miranda do Douro	-7,5	-34,5	-17,4	-8,8	24,9
Mirandela	2,4	-25,3	-5,9	7,8	31,3
Mogadouro	-7,8	-37,1	-17,4	-5,4	20,2
Vimioso	-15,9	-49,8	-22,8	-18,3	23,3
Vinhais	-16,4	-49,5	-30,2	-13,7	13,7
Boticas	-19,1	-47,4	-28,2	-18,1	14,2
Chaves	6,7	-23,9	-5,7	14,4	34,8
Montalegre	-17,5	-46,6	-21,0	-15,8	9,7
Murça	-8,4	-42,0	-18,0	-2,3	28,8
Valpaços	-13,6	-41,3	-31,1	-9,9	24,9
Vila Pouca de Aguiar	-12,2	-42,3	-22,2	-4,2	20,7

Fonte – INE, *Recenseamento Geral da População*

É também visível, na faixa etária dos 15 aos 24 anos, uma variação negativa na generalidade das entidades em estudo, evidenciando-se com maior intensidade os concelhos do Alto Trás-os-Montes, de que é exemplo, Montalegre com menos 21%.

A classe etária considerada em “idade activa”, que engloba a população entre os 25 e os 64 anos, denota uma variação positiva na região Norte com um aumento significativo de 17%. Em Portugal o aumento foi menor (11,8%), e no Alto Trás-os-Montes a variação foi quase nula (apenas 0,1%).

No entanto, a maioria dos concelhos pertencentes ao Alto Trás-os-Montes teve uma variação negativa, não fugindo à regra Montalegre com uma variação de menos 15,8%.

Apenas as cidades de Chaves, Bragança e Mirandela tiveram variações positivas na faixa etária dos 24 aos 64 anos.

Na classe etária a partir dos 65 anos, verificou-se um crescimento considerável, superior a 20%, na maioria das entidades em análise, dando-se especial destaque para o concelho de Chaves em que a população idosa aumentou 34,8%, contrastando com o concelho de Montalegre que, dentro do grupo considerado, obteve o menor crescimento nesta faixa etária (9,7%).

Deste modo, e em forma de conclusão, verificou-se que o perfil apresentado nas diferentes entidades geográficas mostra uma “população regressiva”, salientando-se um aumento significativo da população idosa e a diminuição das classes mais jovens.

Reportando-nos à análise por freguesia, (quadro n.º 4, anexo I), a variação da estrutura etária torna-se evidente na pluralidade das freguesias verificando-se o declínio populacional na primeira classe etária (0-14 anos), com perdas muito acentuadas, superiores a 50% da população mais jovem.

Das freguesias mais atingidas, salienta-se Cambezes do Rio, com menos 78%, Contim, com menos 72%, Gralhas, menos 71%, Reigoso, menos 68%, Meixedo, menos 68%, Vilar de Perdizes, menos 61%, Fervidelas, menos 57% e Covelães, com menos 56%.

A variação da classe etária dos 15 aos 24 anos é também negativa em grande parte das freguesias, à excepção de Pitões das Júnias, que obteve um crescimento populacional de 29%, Donões, 22%, Cabril, 18%, Tourém, 11%, Santo André, 10%, Paradela e Vila da Ponte, cerca de 7%. Contrariamente a estas freguesias, Venda-Nova, Solveira e Negrões não registaram mudanças entre 1991/2001.

Relativamente à população em “idade activa”, dos 25 aos 64 anos, o fenómeno da regressão continua bem marcado pelos valores negativos, evidentes na generalidade das freguesias, exceptuando-se Venda-Nova, com um acréscimo de 16%, Pitões das Júnias, 5%, e Donões, 3%.

Na classe dos idosos, considerada a partir dos 65 anos, é notável o crescimento positivo em quase todas as freguesias, realçando-se Meixide, com um aumento de 50% dos

idosos, Vilar de Perdizes, 44%, Ferral, 33%, Montalegre e Padroso, 29%, Chã, 27% e Santo André 22%, entre outras.

No entanto, algumas freguesias contrariaram esta tendência, como é o caso de Pitões das Júnias com menos 33%, Donões com menos 27%, Outeiro e Vila da Ponte com menos 9% da população mais idosa.

Esta situação dá-nos a imagem de um concelho em que, para além das variações negativas evidentes nas classes etárias mais baixas e nas mais elevadas, há também mudanças na população em idade activa, o que provoca repercussões ao nível sócio-económico no concelho. Estas alterações fazem perspectivar uma nova sociedade em que o envelhecimento demográfico constitui um dos desafios mais importantes a enfrentar no futuro.

No que concerne à análise da estrutura etária por sexo, em 2001, (gráficos n.º 1 e quadro n.º 5, anexo I)), salienta-se o estreitamento na base das pirâmides em todas as freguesias, reflectindo o estrangulamento das classes etárias dos 0 aos 14 anos e dos 15 aos 24 anos.

No entanto, existem disparidades entre homens e mulheres nestas faixas etárias, havendo um predomínio dos homens em relação às mulheres em grande parte das freguesias do concelho, à excepção das freguesias de Salto, Ferral, Vilar de Perdizes, Serraquinhos, Viade de Baixo, Pondras e Sezelhe, com menos homens do que mulheres na classe dos 0 aos 14 anos, invertendo-se essa posição na classe seguinte.

Na faixa etária da população considerada em “idade activa”, a situação inverte-se, passando a haver mais mulheres do que homens, o que pode resultar do fenómeno migratório, que continua a afectar as camadas jovens, sobretudo do sexo masculino.

Do mesmo modo, existem mais mulheres do que homens na classe etária mais idosa, devido à maior esperança de vida das mulheres em relação aos homens. Torna-se, assim, evidente a assimetria das pirâmides etárias em virtude do fenómeno da “sobre mortalidade” masculina, quer da “sobre masculinidade” dos nascimentos, começando a parte esquerda da pirâmide por ser maior do que a parte direita, esbatendo-se sucessivamente à medida que se avança para o topo das pirâmides.

Conclui-se, com esta análise, que Montalegre é um concelho profundamente atingido pela emigração e por migrações internas, o que traduz uma forte ameaça à capacidade de fixação da população no concelho. Os fluxos migratórios vieram contribuir para um duplo envelhecimento da população, por um lado, devido ao envelhecimento precoce da população e, por outro lado, devido a um “envelhecimento na base” originado pelo decréscimo da natalidade.

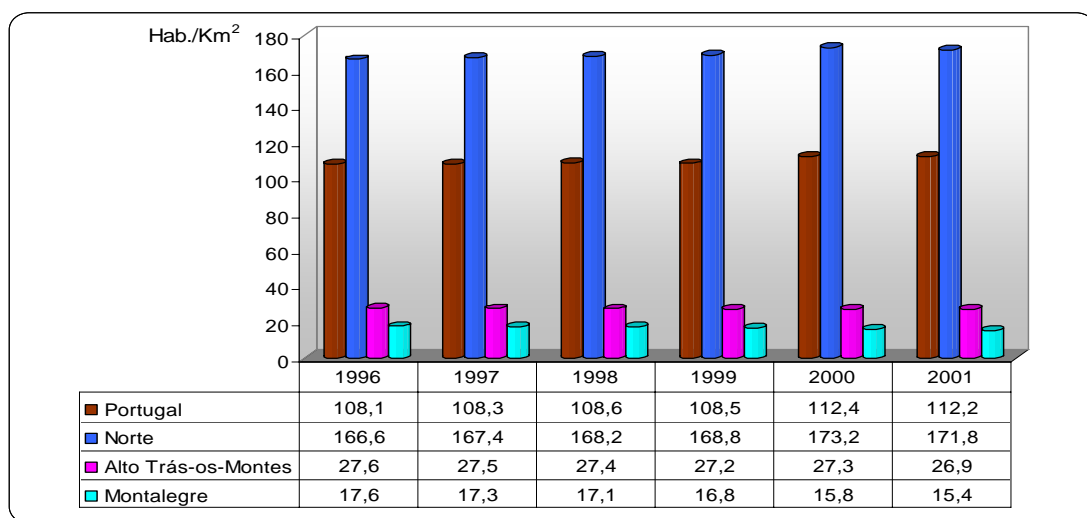
1.4 – Densidade populacional

A densidade populacional indica-nos a população residente por Km², ou seja, diz-nos se um determinado espaço é muito ou pouco habitado, considerando a sua área total e o número de habitantes que aí reside.

É importante fazer uma análise comparativa da densidade populacional a diferentes escalas espaciais de análise.

A análise do gráfico seguinte (gráfico nº 3), indica-nos, claramente, as diferenças na distribuição da população no território. Constata-se que o concelho de Montalegre possui os valores mais baixos de densidade populacional (15,8 h/km², em 2001), assim como registou um decréscimo significativo entre o ano de 1996 até 2001. A sub-região do Alto Trás-os-Montes tem também uma baixa densidade populacional (26,9 h/km², em 2001), e teve uma redução dos habitantes por Km² no período em análise (de 1996 a 2001).

Gráfico nº 3– Densidade populacional, por NUTs, entre 1998 e 2001



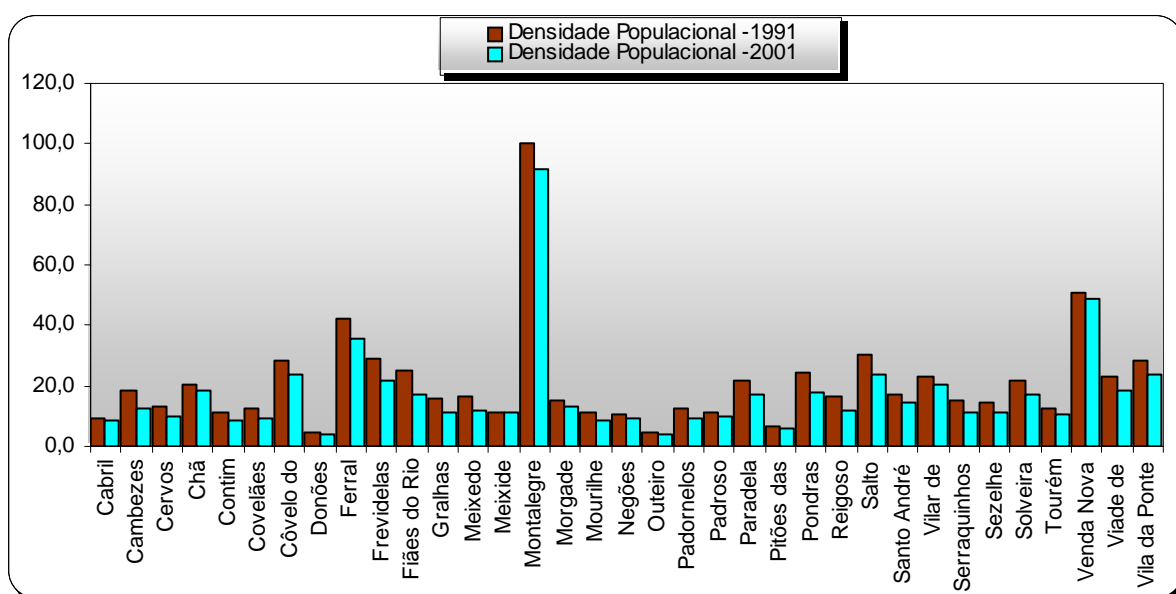
Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal e Região Norte*

É visível uma maior concentração populacional na região Norte, com 171,8 h/km², em 2001, obtendo uma evolução positiva nos anos considerados (de 1996 até 2001). Em Portugal também se registou um aumento dos habitantes por Km², mas os valores apresentados são bastante inferiores à região Norte (112, 2 h/km²).

A análise por freguesias (vide quadro n.º 6, anexo I), demonstra uma diminuição do número de habitantes por km² entre 1991 e 2001, em quase todas as freguesias, à excepção de Meixide, que manteve os mesmos habitantes por Km², na última década.

Constata-se que a sede do concelho (Montalegre) possui a maior densidade populacional, 91,75 habitantes/ km². A seguir está a freguesia da Venda Nova, com 48,66 h/km², Ferral, 35,79 h/km², Salto, 23,77 h/km², Covêlo do Gerês, 23,61 h/km², Vila da Ponte, 23,9 h/km², Fervidelas, 22,05 h/km² e Vilar de Perdizes, 20,7 h/km².

Gráfico nº 3 - A– Densidade populacional, por freguesias em 1991 e 2001



Fonte – INE, *Recenseamento Geral da População*

É ao longo dos principais eixos viários que se registam as maiores densidades de ocupação no concelho, como é o caso das freguesias da Venda-Nova, Vila da Ponte e Vilar de Perdizes.

Por outro lado, as freguesias de relevo mais acidentado e de transição para um interior mais rural possuem os valores mais baixos de ocupação. São exemplo as freguesias de Outeiro, com 3,87 h/km², Donões, 4,19 h/km², Pitões das Júnias, 6,01 h/km², entre outras.

Verifica-se uma crescente magnitude do fenómeno da perda populacional no concelho de Montalegre, com uma concentração populacional na sede do município, bem como a preferência por freguesias à volta dos principais eixos viários, que proporcionam melhores acessibilidades.

1.5 – Estrutura familiar

1.5.1 – Famílias clássicas segundo o número de residentes

Relativamente à variação do número de famílias entre 1991 e 2001, o quadro n.º 3 revela uma posição idêntica para Portugal, Região Norte e Alto Trás-os-Montes, com tendência para o aumento do nº de famílias.

Quadro n.º 3 – Evolução do número de famílias e da sua dimensão

	N.º de Famílias			Dimensão Média das Famílias		
	1991	2001	Variação (%)	1991	2001	Diferença
Portugal	3 149 803	3.734.056	19	3	2,8	-0,4
Norte	1 009 594	1 231 612	22	3,4	3	-0,5
Alto Trás-os-Montes	76 431	86 198	12,8	3,1	2,6	-0,5
Montalegre	5 025	4 926	-2	3,1	2,6	-0,5

Fonte – INE, *Recenseamento Geral da População*

No entanto, a região Norte foi a que teve um crescimento maior (22%). Em situação oposta está o concelho de Montalegre, apresentando um valor negativo (-2 %), ou seja, houve a diminuição de 5025 famílias, em 1991, para 4926, em 2001 (menos 99 famílias).

No que respeita à dimensão média das famílias, há uma certa homogeneidade entre as entidades consideradas, com uma queda média de 0,5, entre 1991 e 2001. O agregado familiar é maior, em média, na região Norte (3 pessoas) e em Portugal (2,8 pessoas) do que no Alto Trás-os-Montes e no concelho de Montalegre (2.6 pessoas).

A leitura do quadro n.º 7 (anexo I) permite averiguar que no concelho de Montalegre predominam as famílias clássicas, com 2 residentes (1555), com 1 residente (1150) e com 3 residentes (866). À medida que aumenta o número de residentes, diminui o número de famílias clássicas.

Relativamente à escala das freguesias, a tendência mantém-se pois a maioria possui famílias clássicas com 2 residentes, destacando-se as freguesias de Montalegre, Meixedo, Cabril, Chã, Ferral, Gralhas, Salto, Vilar de Perdizes, Viade de Baixo, seguindo-se as famílias com 3 residentes e 1 residente. As famílias com mais de 5 residentes são as menos frequentes na generalidade das freguesias.

Quando comparamos a variação do número de famílias entre 1991 e 2001 (vide gráfico n.º 2 e quadro n.º 8, anexo I), torna-se evidente o seu decréscimo em quase todas as freguesias, destacando-se as freguesias de Meixedo, com menos 30%, Fiães do Rio, menos 29,82%, Gralhas, menos 21,76%, Fervidelas, menos 20,75%, Padornelos, menos 21,51%, Mourilhe, menos 16,43% e Pondras, com menos 16,85%.

No entanto, é de salientar a variação positiva que houve em outras freguesias, por exemplo, em Negrões que logrou um aumento de 40,8%, Vilar de Perdizes, 32,0%, Morgade, 13,5%, Venda Nova, 9,8%, Donões, 3,7%, Montalegre, 1,4% e Outeiro, 1,3%. Nas freguesias da Chã e Meixide o número de famílias manteve-se.

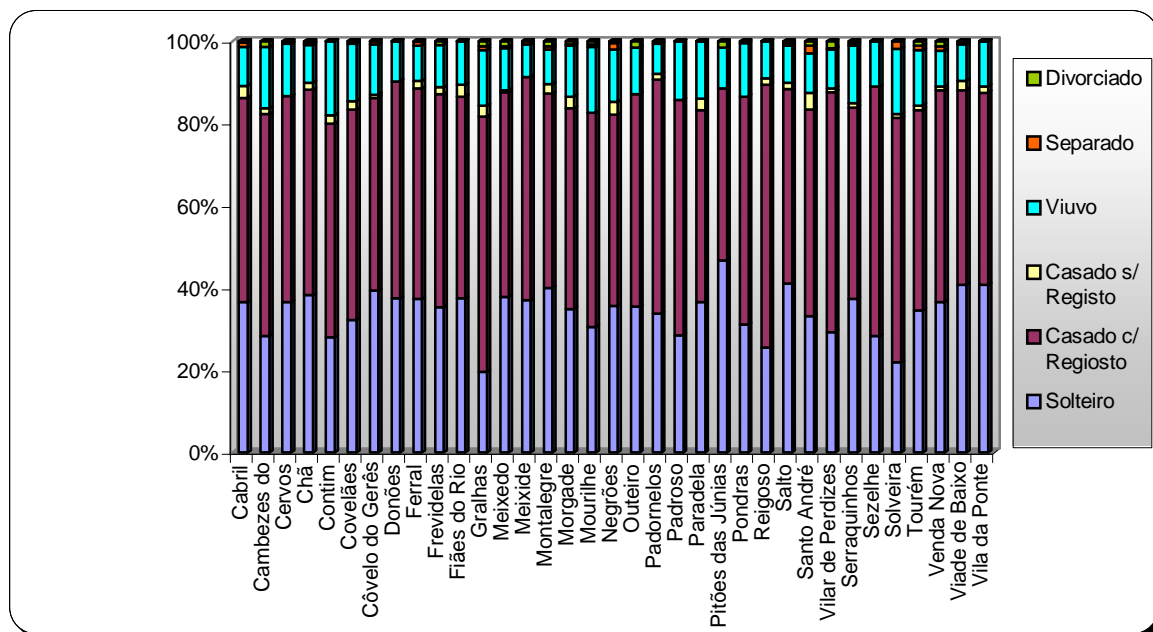
O decréscimo do número de famílias e da sua dimensão, assim como a perda de relevância das famílias numerosas, com uma concentração nas famílias com 2 e 1 residentes no concelho de Montalegre, leva-nos a ter em conta factores como o aumento da esperança de vida (acréscimo de idosos a viver sozinhos), a queda acentuada da fecundidade e da natalidade, o acesso generalizado a formas de contracepção médica eficaz, o aumento dos divórcios, a diminuição do número de casamentos, entre outros factores socio-económicos.

1.5.2 – Estado civil da população residente no concelho de Montalegre

Da análise do estado civil da população residente no concelho de Montalegre (vide quadro nº 9, anexo I), denota-se que uma grande parte da população se encontra *Casado com Registo* (6391 habitantes), representando metade da população (50%). Seguem-se os *Solteiros*, com 36,7% equivalente a 4 687 habitantes e existe ainda uma percentagem considerável de população *Viúva* (10, 3%), ou seja, 1313 habitantes.

Em menor percentagem estão os *Casados sem Registo*, 1,7% (212 habitantes), *Separados*, 0,49 % (62 residentes) e *Divorciados*, 0,71% (90 habitantes), o que reflecte uma sociedade que ainda dá muito valor ao casamento clássico.

Gráfico n.º 4 – Estado civil da população no concelho de Montalegre, por freguesia em 2001 (%)



Fonte – INE, *Recenseamento Geral da População e da Habitação*

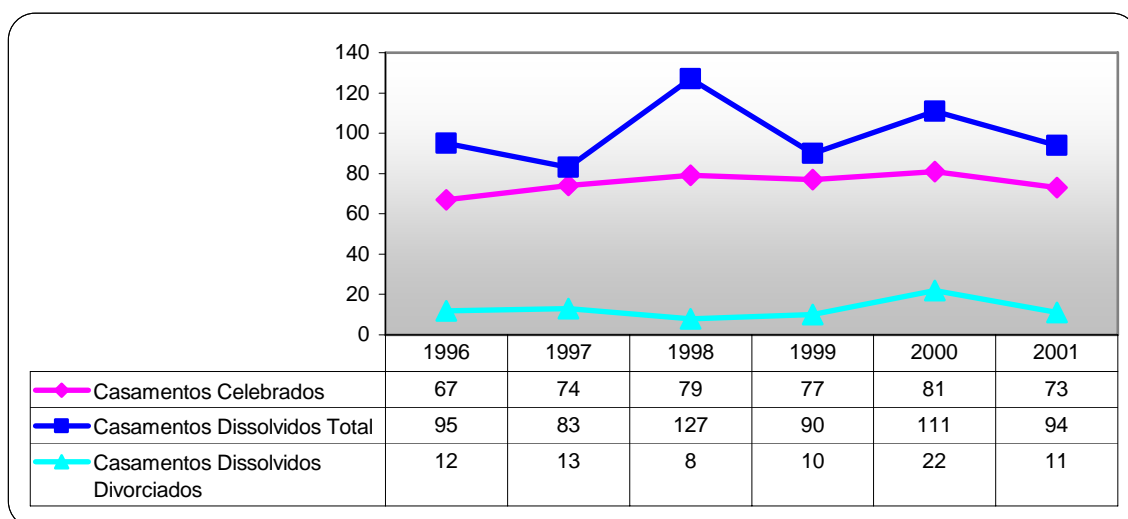
Conclui-se, pela análise do gráfico acima, que, na generalidade das freguesias, mais de 50% da população residente encontra-se no estado civil de *Casada com Registo*, excepto na freguesia de Pitões das Júnias onde existem mais solteiros do que casados. Em segundo lugar encontram-se os *Solteiros*, representando mais de 30% da população residente na maioria das freguesias.

É de salientar, ainda, uma percentagem considerável de população *viúva* (acima dos 15%), sobretudo nas freguesias de Contim, Mourilhe e Solveira.

Quanto ao número de casamentos celebrados no concelho de Montalegre (gráfico n.º 5), verifica-se uma evolução positiva entre 1996 e 1998, decrescendo ligeiramente no ano seguinte. No ano 2001, voltam a ser evidentes os sinais de recuperação, mas em 2001 diminuem novamente.

No que concerne aos casamentos dissolvidos em 1998 e em 2000, houve um aumento considerável. No entanto, dos casamentos dissolvidos, apenas uma pequena parte são divorciados, os restantes devem-se a outros motivos (separação ou morte de um dos parceiros).

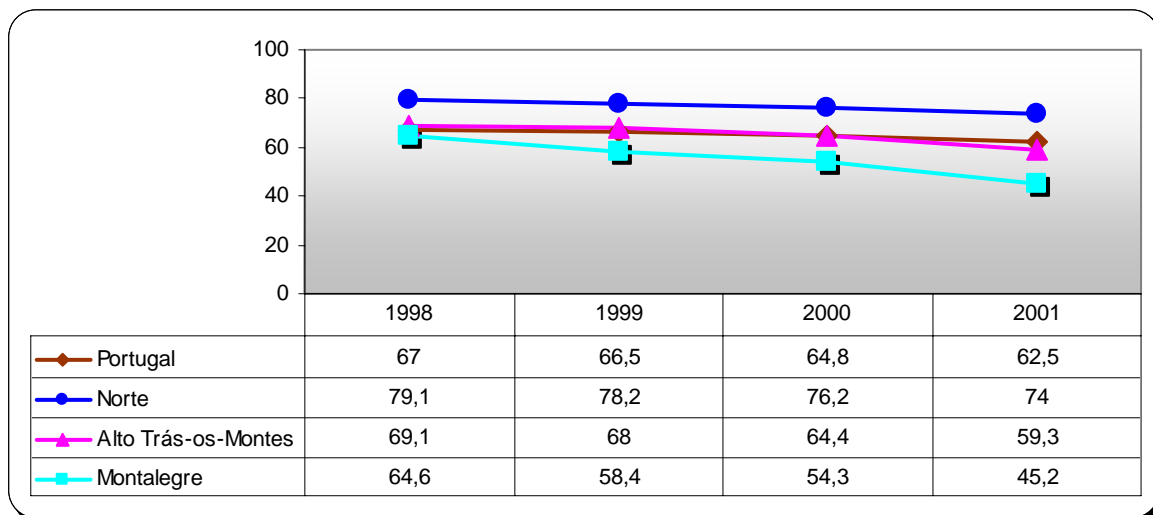
Gráfico n.º 5 – Evolução do número de casamentos celebrados e dissolvidos entre 1996 e 2001, no concelho de Montalegre



Fonte: INE, *Anuário Estatístico de Portugal e Região Norte*

Em relação aos casamentos católicos (gráfico n.º 6), denota-se uma tendência decrescente entre 1998 e 2001 em todas as entidades espaciais consideradas, especialmente no concelho de Montalegre, em 2001.

Gráfico n.º 6 – Evolução do número de casamentos católicos entre 1998 e 2001



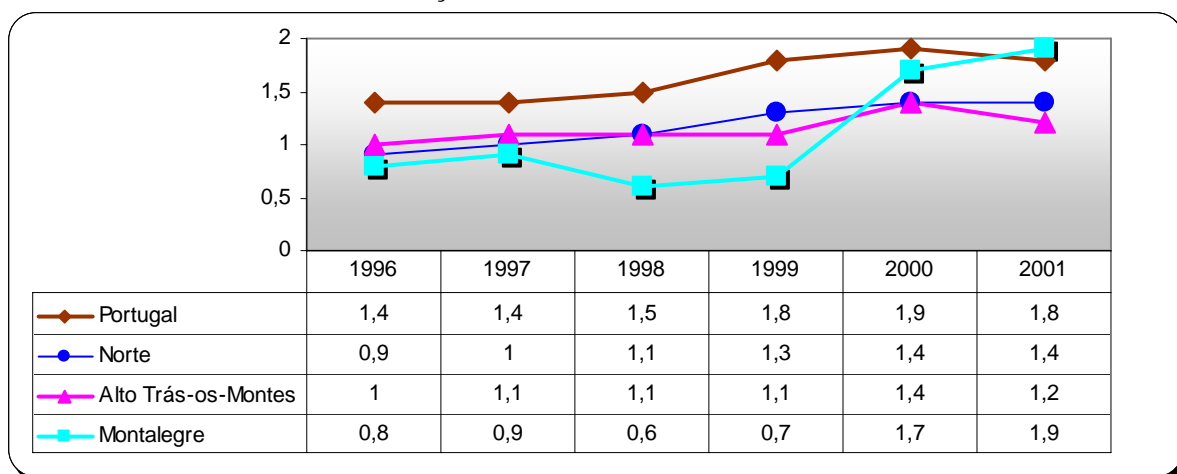
Fonte: INE, *Anuário Estatístico de Portugal e Região Norte*

A análise da taxa de divórcio² (gráfico n.º 7), difere nas entidades consideradas. Em Portugal, aumentou de 1996 até 2000 e em 2001 houve uma ligeira descida. Na região Norte e no Alto Trás-os-Montes, evoluiu de forma mais ou menos homogénea, embora o Alto Trás-os-Montes apresente valores mais baixos no último ano. Já no concelho de

² **Taxa de Divórcio** – Número de divórcios ocorridos durante um certo período de tempo, normalmente um ano, por 1000 habitantes.

Montalegre, os valores da taxa de divórcio são irregulares até 1999, elevando-se no ano seguinte para quase o dobro e em 2001 ultrapassando o valor das restantes entidades.

Gráfico n.º 7 – Evolução da taxa de divórcio entre 1998 e 2001

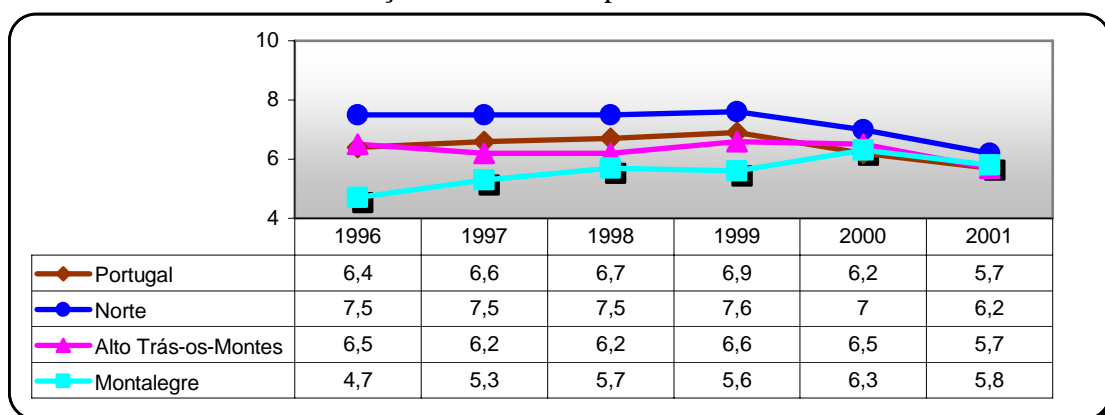


Fonte: INE, *Anuário Estatístico de Portugal e Região Norte*

Quanto à evolução da taxa de nupcialidade³ entre 1998 e 2001 (gráfico n.º 8), é notável uma tendência evolutiva em Portugal, na região Norte e no Alto Trás-os-Montes até 1999, mas em 2000 e 2001 tende a diminuir.

No entanto, a região Norte apresenta os valores mais elevados, com 6,2 casamentos por mil habitantes em 2001. Pelo contrário, o concelho de Montalegre obteve os valores mais baixos comparativamente às restantes entidades, até 1999, mas em 2001 evidenciou sinais de recuperação, superando o valor de Portugal e do Alto Trás-os-Montes.

Gráfico n.º 8 – Evolução da taxa de nupcialidade entre 1998 e 2001



Fonte – INE, *Recenseamento Geral da População*

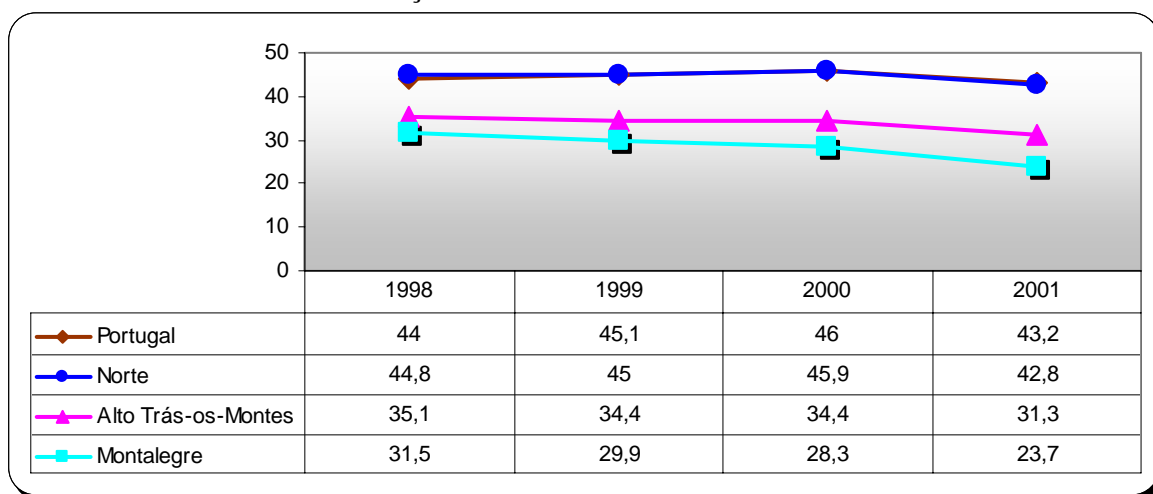
³ **Taxa de Nupcialidade** – Número de casamentos celebrados, por cada mil habitantes.

A taxa de nupcialidade é fortemente influenciada pela estrutura etária de cada concelho. Assim, numa população particularmente envelhecida, de que é exemplo o concelho de Montalegre, é natural que se verifiquem, em média, menos casamentos (por mil habitantes) do que numa população com uma estratificação social mais jovem, como é o caso da região Norte.

Por outro lado, é também necessário ter em conta os fenómenos migratórios (migrações/emigrações). O hábito comum de “ir casar à terra” pode ter como consequência que o número de casamentos ocorridos num concelho seja independente de os nubentes aí residirem ou não, facto que pode levar a que haja um anormal desequilíbrio entre as populações dos dois sexos e afectar a relação entre o número de casamentos celebrados e o número de residentes num determinado concelho ⁴.

Da análise da taxa de fecundidade⁵ (gráfico nº 9), resulta uma certa dualidade. Por um lado, o País e a região Norte ostentam valores similares, com uma evolução positiva até 2000 e um ligeiro decréscimo em 2001; por outro lado, o Alto Trás-os-Montes e Montalegre revelam uma diminuição ténue até 2000 e mais acentuada em 2001. Apesar disso, o concelho de Montalegre apresenta os valores mais baixos relativamente às entidades espaciais consideradas.

Gráfico n.º 9 – Evolução da taxa de fecundidade entre 1998 e 2001



Fonte – INE, *Recenseamento Geral da População*

⁴ PEREIRA, António Eduardo, *Uma História com Moral, Nupcialidade, Divorcialidade e Natalidade na Região Norte*, publicação do Instituto Nacional de Estatística (1991-1992).

⁵ **Taxa de Fecundidade** – Número de nados vivos, por cada 1000 mulheres, em idade fecunda (15-49 anos).

Conclui-se que o concelho de Montalegre tem registado alterações na estrutura familiar, resultantes sobretudo do declínio das taxas de nupcialidade, da subida das taxas de divórcio, da diminuição do número de casamentos, entre outros factores, que conduzem à redução do número de famílias e da dimensão do agregado familiar.

1.6 – Indicadores demográficos

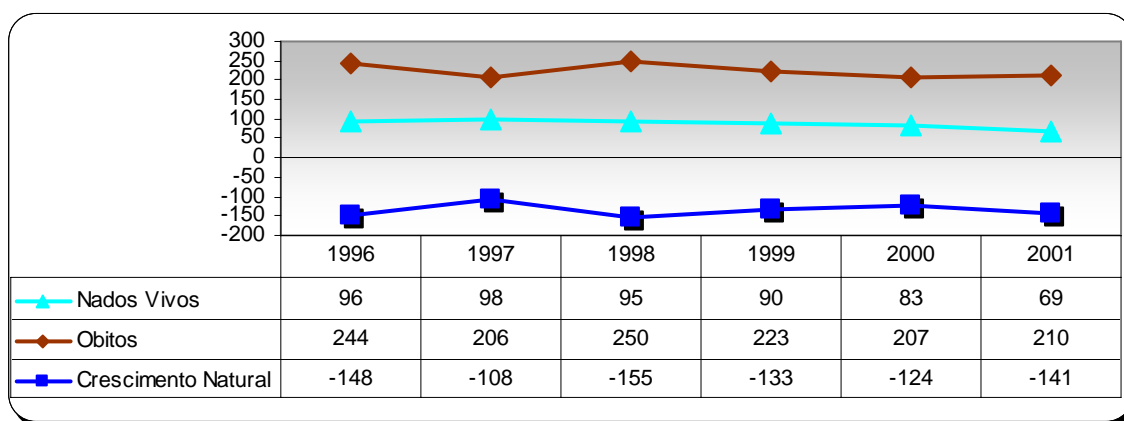
1.6.1 – Movimentos naturais da população

O estudo dos movimentos naturais da população permite-nos compreender a forma como a população está a evoluir no concelho de Montalegre.

Relativamente ao número de nados-vivos⁶ (gráfico nº 10), é saliente o seu declínio desde 1996 até 2001, pese embora um ligeiro aumento em 1997, facto que coincide com um decréscimo dos óbitos no mesmo ano.

No que concerne à evolução do número de óbitos⁷, constata-se algumas oscilações pois, de 1996 para 1997, diminuíram e voltaram a aumentar em 1998. A partir deste ano, decresceram novamente até 2000, aumentando ligeiramente em 2001.

Gráfico n.º 10 – Evolução dos nados vivos, óbitos e crescimento natural no concelho de Montalegre entre 1996 e 2001



Fonte - INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

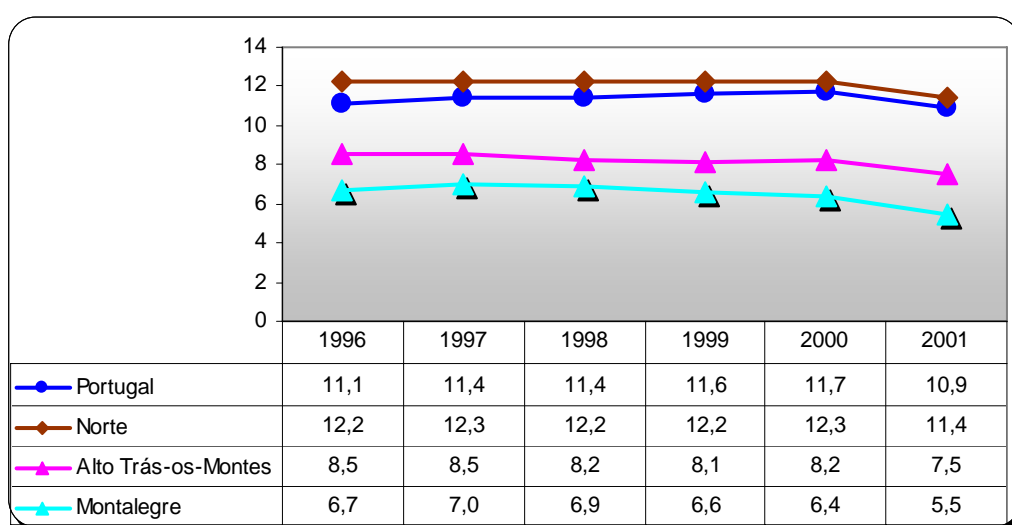
⁶ **Nado-vivo:** produto da fecundação que, após a expulsão ou extracção completa do corpo materno, independente da duração da gravidez, do corte do cordão umbilical e da retenção da placenta, respira ou manifesta sinais de vida, tais como pulsações do coração ou do cordão umbilical ou contracções efectivas de qualquer músculo sujeito à acção da vontade.

⁷ **Óbito:** desaparecimento permanente de qualquer sinal de vida em qualquer momento, após o nascimento com vida.

1.6.2 – Taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de crescimento natural da população

Da análise dos indicadores demográficos em termos comparativos para diferentes entidades espaciais (Portugal, região Norte, Alto Trás-os-Montes e Montalegre), destaca-se a região Norte com a maior taxa de natalidade⁸ (gráfico n.º 11) em todos os anos considerados, superando a média do País, ao contrário do concelho de Montalegre, que apresenta os valores mais baixos.

Gráfico n.º 11 – Evolução da taxa de natalidade entre 1996 e 2001



Fonte – *Anuário Estatístico de Portugal e Região Norte*

O concelho de Montalegre obteve, assim, um crescimento natural⁹ negativo, atingindo valores muito baixos pois a mortalidade é muito superior à natalidade. Os valores tão elevados de óbitos resultam de uma estrutura etária muito envelhecida, maioritariamente com 65 e mais anos, sendo, logo, a mortalidade elevada.

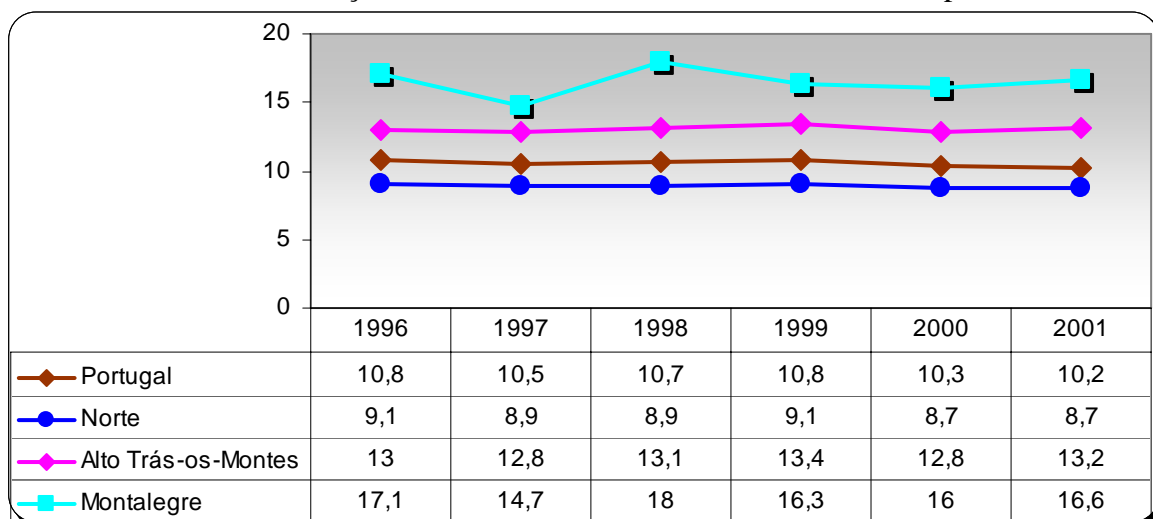
Ao nível da taxa de mortalidade, o concelho de Montalegre supera todas as restantes entidades, atingindo os valores mais elevados em 1996 e 1998. O facto de ser um concelho fortemente atingido pelo fenómeno do envelhecimento populacional, aliado ao facto de uma das principais causas de morte resultar de doenças cerebro-vasculares (vide capítulo da Saúde), originadas principalmente pela alimentação (à base de

⁸ **Taxa de Natalidade** - número de nados-vivos ocorridos durante o ano, referido à população residente média desse ano (número de nados-vivos por 1000 habitantes).

⁹ **Crescimento Natural** – Diferença entre os Nados Vivos e Óbitos.

produtos derivados do fumo), pode ser a causa de tão elevadas taxas de mortalidade neste concelho.

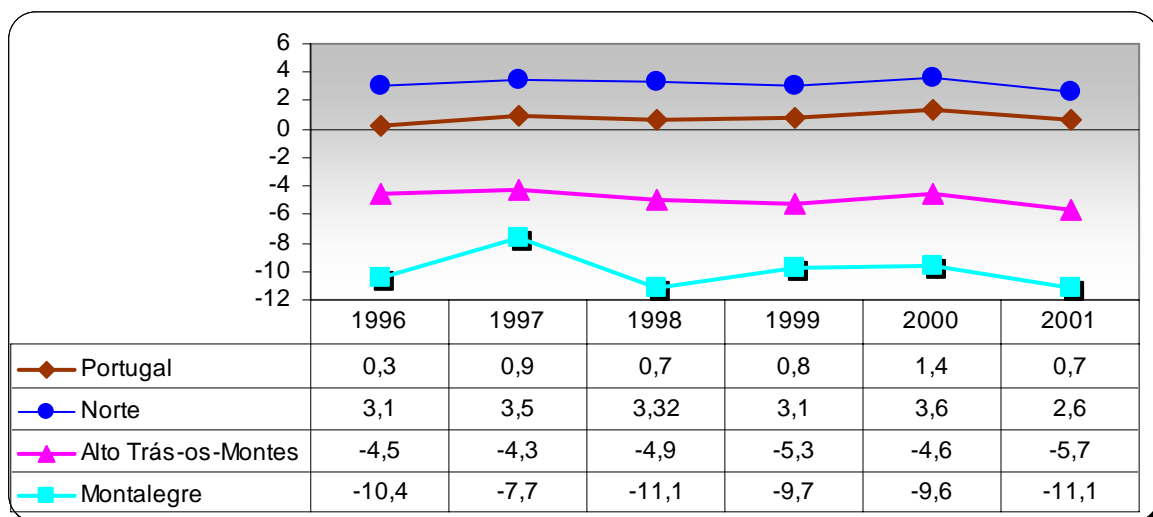
Gráfico n.º 12 – Evolução da taxa de mortalidade entre 1996 e 2001, por NUTs



Fonte – Anuário Estatístico de Portugal e Região Norte

O concelho de Montalegre obtém, assim, uma taxa de crescimento natural negativo¹⁰, bastante inferior a Portugal e à região Norte. No entanto, a sub-região do Alto Trás-os-Montes também possui um crescimento natural negativo, embora não tão acentuado como o do concelho de Montalegre.

Gráfico n.º 13 – Evolução da taxa de crescimento natural, entre 1996 e 2001, por NUTs



Fonte – Anuário Estatístico de Portugal e Região Norte

¹⁰ **Taxa de Crescimento Natural** - Diferença entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade

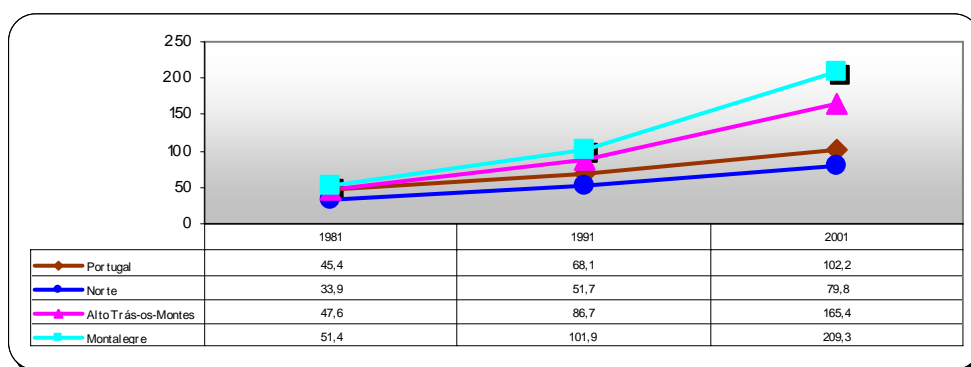
1.6.3 - Índice de Envelhecimento (IE)

O envelhecimento demográfico resulta de uma transição demográfica, normalmente definida como a passagem de um modelo demográfico de fecundidade e natalidade elevadas, para um modelo em que ambos os fenómenos atingem níveis baixos, originando o estreitamento da base da pirâmide de idades (redução dos efectivos populacionais jovens) e o alargamento do topo (acréscimo dos efectivos populacionais idosos)¹¹.

Verifica-se pela análise do gráfico n.º 14, um aumento generalizado do índice de envelhecimento¹², de 1981 até 2001, em Portugal, no Norte, no Alto Trás-os-Montes e em Montalegre. Salienta-se, no entanto, o facto da população da região Norte não só se manter mais jovem que a média nacional, como, inclusive, denotar uma evolução mais lenta do índice de envelhecimento.

Constata-se, por outro lado, que a sub-região do Alto Trás-os-Montes, e mais intensamente no concelho de Montalegre, o índice de envelhecimento evoluiu de forma alucinante nas últimas três décadas. Em Montalegre o valor do IE, em 1981, era de apenas 54%, atingindo, em 2001, um índice de 200,3% (200 idosos por cada 100 jovens), conseguindo assim, duplicar o valor da média nacional (103,6% de idosos por cada 100 jovens) e mais do dobro da região Norte (81,9 % de idosos por cada 100 jovens).

Gráfico n.º 14 – Evolução do Índice de Envelhecimento entre 1981, 1991 e 2001, por NUTs



Fonte – Anuário Estatístico de Portugal e Região Norte

¹¹ O envelhecimento em Portugal

¹² **Índice de Envelhecimento** – Representa o número de indivíduos com mais de 64 anos, por cada 100 indivíduos, com menos de 15 anos.

Analisando a situação nas freguesias do concelho de Montalegre e considerando o período entre 1991 e 2001, (vide quadro n.º 10 e gráfico n.º 3, anexo I), torna-se evidente o aumento do índice de envelhecimento, para valores extremamente elevados, com maior relevo nas freguesias junto da fronteira com Espanha e situadas a Norte do concelho, sendo os casos mais relevantes os de Gralhas (que passou de um IE de 207%, em 1991, para 750%, em 2001) Cambezes do Rio, Contim, Sezelhe, Cervos e Padornelos.

A freguesia de Pitões das Júnias, embora seja uma aldeia fronteiriça, foi a que apresentou uma menor evolução do IE no o decénio (de um IE de 106%, em 1991, passou para 123%, em 2001).

Por outro lado, é na sede do concelho que o IE é menor pois em 1991 era de 55 idosos por cada 100 jovens, duplicando para 103% em 2001.

O concelho de Montalegre sofreu um processo de envelhecimento muito rápido, principalmente na última década, devido à redução drástica da natalidade e da fecundidade, tendo como consequência o decréscimo da população mais jovem (com menos de 15 anos) e o aumento da população idosa (com mais de 65 anos). Este fenómeno acarreta problemas do ponto de vista da inserção social e de resposta às necessidades postas pelos idosos pois é um grupo muito vulnerável a situações de isolamento, pobreza e discriminação social.

O fenómeno do envelhecimento é, assim, um dos desafios mais importantes do século XXI e obriga à reflexão sobre questões com relevância crescente como a idade da reforma, os meios de subsistência, a qualidade de vida dos idosos, o estatuto dos idosos na sociedade, a solidariedade intergeracional, a sustentabilidade dos sistemas de segurança social e de saúde e o próprio modelo social vigente¹³.

Neste cenário, será de admitir uma elevada incidência de problemáticas como o isolamento social e a solidão, assim como o agravamento das carências ao nível da prestação de cuidados de saúde.

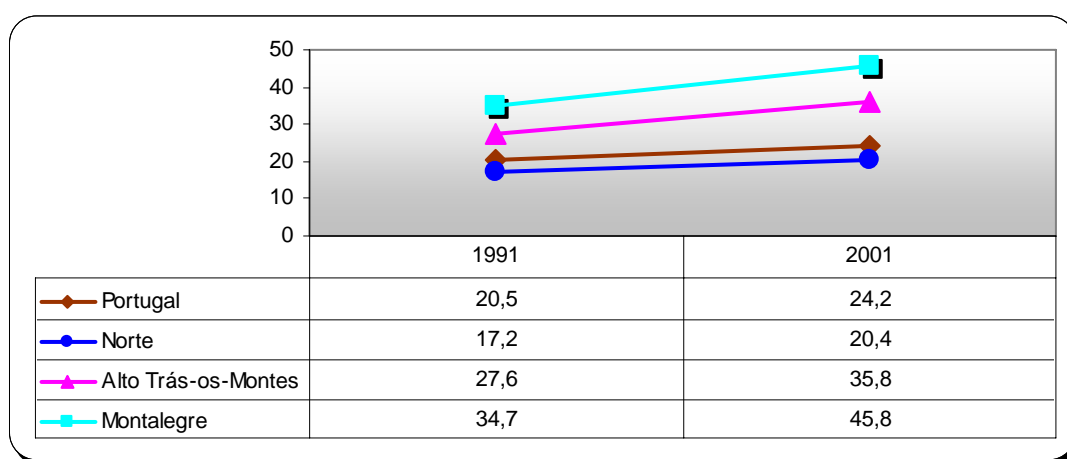
¹³ Revista de Estudos demográficos – *O Envelhecimento em Portugal: situação demográfica e sócio-económica recente das pessoas idosas*, Publicação do INE

1.6.4 - Índices de dependência

1.6.4.1 – Índice de Dependência dos Idosos (IDI)

Como se verifica pela leitura do gráfico n.º 15, o Índice de dependência dos idosos¹⁴, entre 1991 e 2001, aumentou de forma generalizada em todas as entidades espaciais em estudo, embora com maior relevância no Alto Trás-os-Montes e principalmente no concelho de Montalegre, exprimindo um crescimento mais acelerado da população idosa, com 65 e mais anos, em relação à população em idade activa (25 - 64 anos).

Gráfico n.º 15 – Evolução do Índice de Dependência dos Idosos, entre 1991 e 2001, por NUTs



Fonte – Anuário Estatístico de Portugal e Região Norte

Relativamente às freguesias, o índice de dependência dos idosos, entre 1991 e 2001, (vide gráfico n.º 3 e quadro n.º 11, anexo I), aumentou em quase todas, excepto em Pitões das Júnias, Donões e Venda-Nova.

1.6.4.2 - Índice de Dependência dos Jovens (IDJ)

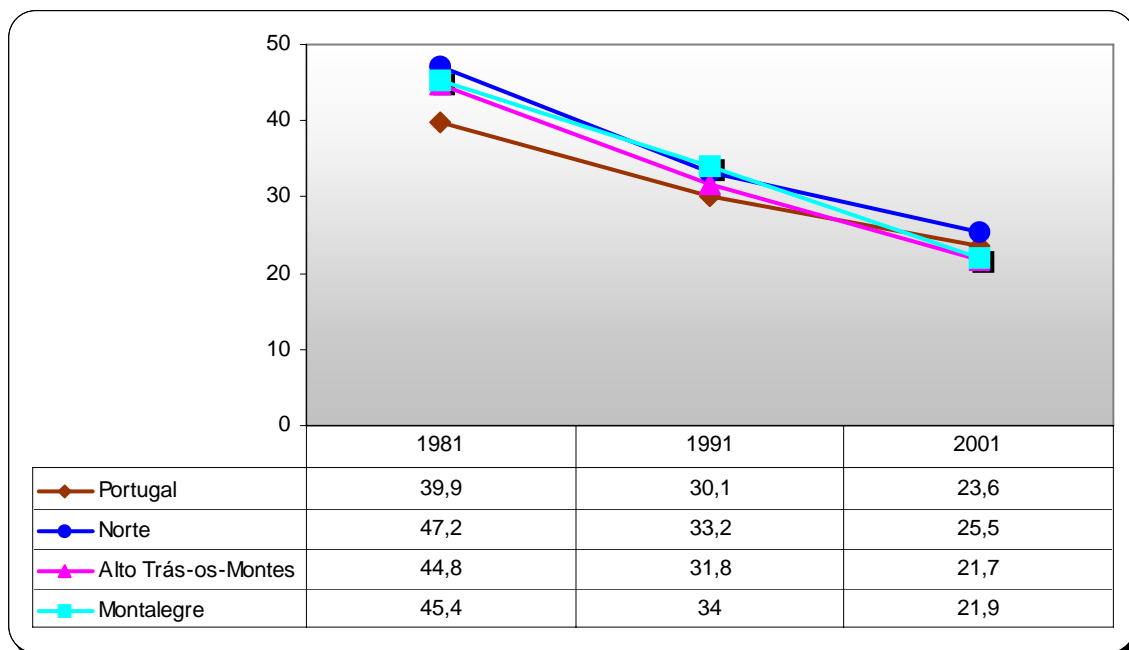
No que concerne ao índice de dependência dos jovens¹⁵, é clara a sua redução em todas as entidades geográficas em análise, nos dois últimos recenseamentos. O concelho de Montalegre, que em 1991 tinha o maior IDJ (34%), passou para um dos menores índices de dependência em 2001 (21,9%), comparativamente às restantes entidades, o que

¹⁴ **Índice de Dependência dos Idosos** – Representa o número de indivíduos com mais de 64 anos, por cada 100 indivíduos, em idade activa (15-64 anos).

¹⁵ **Índice de Dependência dos Jovens** – Representa o número de indivíduos com menos de 15 anos, por cada 100 indivíduos em idade activa (15-64 anos).

reflecte uma diminuição considerável da classe etária mais jovem (menos de 15 anos) relativamente à estrutura etária em idade activa, dos 15 aos 64 anos.

Gráfico n.º 16 – Evolução do Índice de Dependência dos Jovens entre 1981, 1991 e 2001, por NUTs



Fonte – *Anuário Estatístico de Portugal e Região Norte*

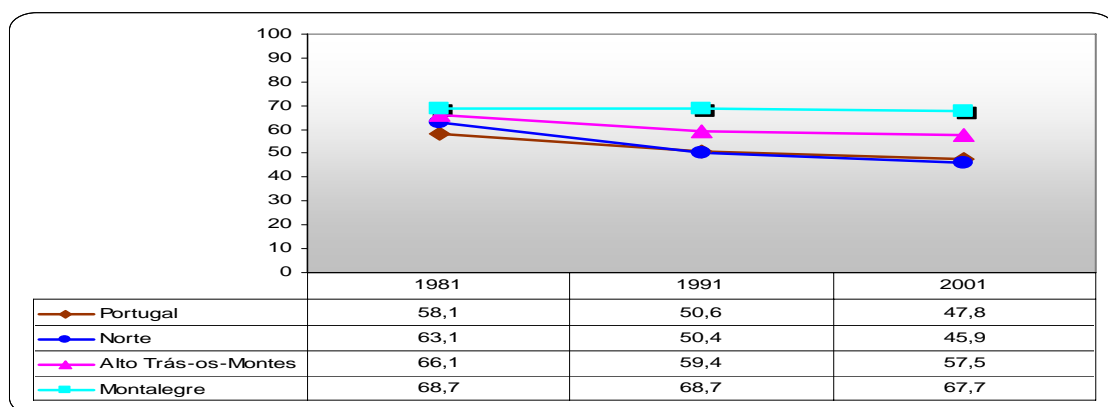
A análise por freguesia entre 1991/2001, (vide gráfico n.º 5 e quadro n.º 16, anexo I), demonstra igualmente um decréscimo do peso dos Jovens em quase todas as freguesias, apenas contrariando essa tendência Meixide onde o índice de dependência dos jovens subiu de 23% para 26%.

1.6.4.3 - Índice de Dependência Total (IDT)

O índice de dependência total¹⁶ no concelho de Montalegre, é mais elevado do que em Portugal, no Norte e no Alto Trás-os-Montes. No entanto, verifica-se uma tendência geral para o decréscimo deste índice nas últimas décadas, o que se deve, sobretudo, ao contínuo declínio da população mais jovem, ou seja, da população com menos de 15 anos.

¹⁶ **Índice de Dependência Total** – Representa o número de indivíduos com mais de 64 anos e com menos de 15 anos, por cada 100 indivíduos, em idade activa (15-64 anos).

Gráfico n.º 17 – Evolução do Índice de Dependência Total, entre 1991, 1991 e 2001,
por NUTs



Fonte – Anuário Estatístico de Portugal e Região Norte

Em algumas freguesias, entre o recenseamento de 1991 e o de 2001, (vide gráfico n.º 6 e quadro n.º 13, anexo I), ocorreram oscilações devido ao aumento ou diminuição do peso dos jovens ou idosos na população em idade activa. Por exemplo, na freguesia de Pondras, o índice de dependência total aumentou de 87% para 105%, porque o decréscimo do IDJ não foi tão acentuado (menos 10% entre 1991/2001) como o aumento do IDI (cerca de 30%). Logo, o IDT aumentou devido ao acréscimo da dependência dos idosos.

1.7 – Movimentos migratórios o concelho de Montalegre

A análise das migrações e do movimento natural permite observar mais detalhadamente o dinamismo demográfico existente num determinado concelho.

O saldo migratório¹⁷ indica-nos até que ponto determinado concelho é ou não atractivo do ponto de vista demográfico.

Quadro n.º 4 – Movimentos da população entre 1981/1991 e 1991/2001

Movimentos da População	Saldo Natural		Saldo Migratório		Crescimento Efectivo	
	1981/1991	1991/2001	1981/1991	1991/2001	1981/1991	1991/2001
Portugal	3,4	0,9	3,1	3,7	0,4	4,6
Norte	6,6	3,6	4,7	2,4	1,8	6
Alto Trás-os-Montes	1,3	4,2	-15	-1	-13,7	-5,2
Montalegre	-1,1	-8	-19,2	-9,3	-20,3	-17,3

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População

¹⁷ **Saldo Migratório** – Diferença entre o número de indivíduos que entram num território para nele passarem a residir e os que, pelo contrário, deixam de aí residir.

Através da leitura do quadro n.º 4, podemos apurar que a região Norte, apesar de ter um saldo natural elevado entre 1981/1991, diminui para metade nos últimos recenseamentos (1991/2001). No entanto, o saldo migratório, que era negativo entre 1981/1991, passou para positivo nas últimas décadas, levando a um aumento significativo do crescimento efectivo (6%), superior ao do País (4,6).

O concelho de Montalegre, no recenseamento entre 1981 e 1991, apresenta um saldo natural negativo, mas o valor tão baixo do crescimento efectivo (-20,3%) deve-se sobretudo ao saldo migratório (-19,2%). Já nos dois últimos censos (1991/2001), aconteceu o inverso pois verificou-se uma diminuição drástica do crescimento natural relativamente aos períodos anteriores (1981/1991), enquanto o crescimento migratório subiu, levando a um ligeiro aumento do crescimento efectivo.

Nesta óptica, o concelho de Montalegre pode ser considerado a entidade espacial, em análise, mais repulsiva.

No que concerne à análise das migrações internas no concelho de Montalegre (quadro n.º 5), relativas a 95/12/31, é evidente o elevado número de emigrantes do concelho para outro concelho, face aos imigrantes de outros concelhos, resultando num saldo migratório interno demasiado negativo (-394 indivíduos). No entanto, este saldo migratório reduziu para menos de metade em 99/12/31.

Quadro n.º5 – População residente segundo as migrações (de 31/12/95 a 31/12/99), por concelho, de residência habitual em 12/03/2001

População Residente em 2001		População que não mudou de concelho		Imigrantes no Concelho				Emigrantes do concelho para outro concelho		Saldo das Migrações Internas I-E	
				Provenientes de outro concelho		Provenientes do Estrangeiro					
HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
12762	6275	11616	5717	211	96	445	230	605	285	-394	-189

População Residente em 2001		População que não mudou de concelho		Imigrantes no Concelho				Emigrantes do concelho para outro concelho		Saldo das Migrações Internas I-E	
				Provenientes de outro concelho		Provenientes do Estrangeiro					
HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
12762	6275	12410	6106	105	42	149	75	219	102	-114	-60

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População

Os movimentos migratórios no concelho de Montalegre, entre 1985-1991, revelam a existência de uma enorme diferença entre imigrantes e emigrantes, acusando um saldo migratório muito negativo (-378), devido ao fluxo de entrada de indivíduos no concelho ser muito inferior à saída.

Quadro n.º 6 – Migrações internas no concelho de Montalegre, nos períodos de 1985/1991 e 1989/1991¹⁸

Movimentos Migratórios	Imigrantes (Internos)	Emigrantes (Internos)	Saldo Migratório Interno	Taxas de Saldo Migratório Interno
1985/1991	160	538	-378	-2,44
1989/1991	82	200	-118	-0,76

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População*

Desde o período de 1985/1991 ao período de 1989/1991, o valor do saldo migratório interno reduziu-se para menos de metade. As principais causas foram a diminuição drástica dos imigrantes e emigrantes internos, ainda que continue a existir um fosso entre saída (200 emigrantes) e entrada de população no concelho (82 imigrantes).

Verifica-se que a taxa de saldo migratório médio interno, entre 1985 e 1991, é negativa (-2,44), diminuindo consideravelmente entre 1989 e 1991 (-0,76). Em conclusão, o perfil de 1985 é idêntico ao de 1989, isto é, o comportamento migratório não se altera, apenas diminui de intensidade, entre estes dois períodos.

A leitura do quadro que se segue (quadro nº 7) permite averiguar o saldo migratório por grupos etários. Assim, no sentido de analisar os saldos migratórios por grupo etário, entre 1985-1991, delineou-se uma caracterização sucinta das migrações internas em termos de idades:

- 0 - 14 anos - são os inactivos, na maioria estudantes;
- 15-24 anos - podem ser estudantes ou activos;
- 25-64 anos - corresponde à classe mais ampla, dos activos;
- 65 ou mais anos, é a classe dos idosos;

¹⁸ CAMPOS, P., SALEIRO, E. – *As Migrações Internas na Região Norte*, INE- Direcção Regional do Norte

Quadro n.º 7 – Saldos migratórios, por grupo etário, no período de 1985/1991¹⁹

Saldo Migratório por Grupo Etário 1985/1991			
0-14 Anos	15-24 Anos	25-64 Anos	65 ou + anos
-0,46	-0,79	-0,96	-0,24

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População*

Este indicador mede a proporção de indivíduos por idades que o concelho perdeu ou ganhou com as migrações.

Da análise, denota-se, desde logo, uma divergência entre as diferentes classes etárias. O saldo migratório da classe etária dos 25 aos 64 anos é o mais baixo (-0,96), ou seja, é a classe em que se verifica uma maior saída da população. Segue-se a classe dos 15 aos 24 anos com (-0,79), a classe dos 0 a 14 anos (-0,46) e, por fim, a classe etária com 65 e mais anos, que apresenta um saldo migratório menos negativo que as restantes (- 0,24).

Assim sendo, as classes dos 25 aos 64 anos e a classe dos 15 aos 24 anos surgem como as mais repulsivas, ao contrário da classe dos idosos, com menor mobilidade como seria de esperar.

Verifica-se, neste caso, um enfraquecimento do fenómeno migratório devido ao elevado número de indivíduos na camada etária mais idosa. A imobilidade, no concelho de Montalegre é superior a 90%.

Este fenómeno designa-se “*inércia migratória*”, isto é, representa o número de indivíduos que não mudaram de concelho no período considerado (1985-1991).

Este facto pode indicar que a diminuição das saídas é consequência de uma redução de “potenciais migrantes”, situados predominantemente no grupo etário dos 25 aos 64 anos.

1.8 - Síntese conclusiva

As dinâmicas demográficas do concelho de Montalegre são pautadas por um progressivo e persistente envelhecimento populacional e apelam não só para um reconhecimento dessa evidência, mas para a existência de um esforço no sentido de um

¹⁹ CAMPOS, P., SALEIRO, E., *As Migrações Internas na Região Norte*, INE, Direcção Regional do Norte

maior reconhecimento das idades pós-activas, através da criação de incentivos à criação de novas oportunidades de emprego e inserção social, direccionadas para um estrato populacional geralmente não contemplado por este tipo de iniciativas. Poder-se-á, eventualmente, apoiar financeiramente o desempenho de iniciativas de interesse público (culturais, assistenciais, etc.) e que, pela sua natureza específica, não colidam necessariamente com os postos de trabalho existentes, contribuindo, assim, para uma diminuição do número de idosos que dependem financeiramente da sociedade, sendo uma via também para a reanimação de costumes, usos e tradições locais.

Assim, podemos dizer que o alcance de níveis de coesão social aceitáveis não é incompatível com uma sociedade envelhecida. Neste caso concreto, o envelhecimento populacional traduz-se essencialmente em situações de isolamento face à sociedade exterior (muitos dos idosos encontram-se numa situação de abandono e solidão até porque os seus familiares mais directos encetaram percursos emigratórios), relativo abandono e declínio social das pessoas, más condições de habitabilidade e alimentação, forte apego ao meio de origem – casa – individualismo, enquanto forma de relacionamento, e fatalismo, enquanto perspectivação de futuro, o que constitui um somatório de dinâmicas sociais pouco animadoras do ponto de vista do envolvimento e da participação sociais.

Acresce a tudo isto, o facto de a sociedade civil, em geral, não estar preparada para encarar a velhice enquanto modo de estar na vida e forma de coexistência social. Para além disso, convém salientar que o envelhecimento populacional é muito exigente relativamente ao meio envolvente no que concerne às infra-estruturas e aos serviços de apoio para lhe fazer face; ora, este é um contexto novo relativamente ao qual as fórmulas clássicas e em geral estigmatizantes de protecção social ao idoso não se adequam, quer pela extensão quantitativa, quer pela extensão qualitativa do fenómeno.

A chamada sociedade providência, assente em relações de vizinhança e solidariedade, tende ainda a entrar em declínio, quer pela fuga sucessiva dos campos por parte das populações mais jovens, quer pela penetração de modos de vida e de relacionamento orientados por padrões de maior anonimato e conformismo face ao meio envolvente.

Acresce a tudo isto, o facto de, nesta região, a forte dispersão geográfica condicionar os contactos e as redes de relações sociais.

2 – HABITAÇÃO

Considerando o povoamento e o espaço construído, podemos avançar, em primeiro lugar, com uma análise das principais tendências de evolução das condições de habitabilidade presentes no território do Barroso.

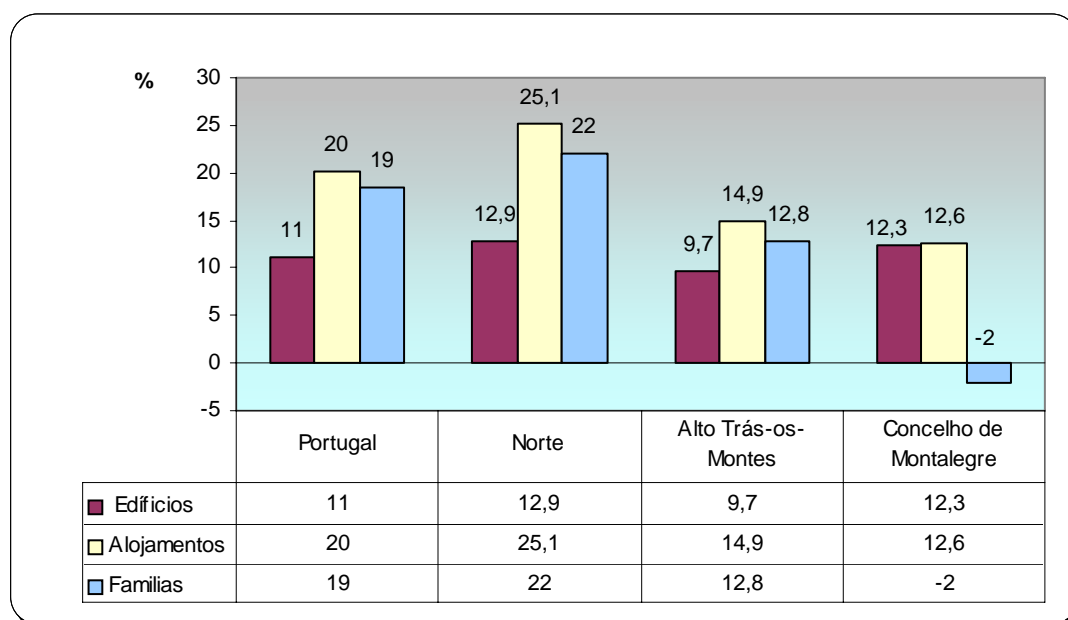
2.1 – Evolução do número de alojamentos, edifícios e famílias entre 1991 e 2001

Para analisarmos esta temática, foi necessário aceder a um vasto conjunto de dados que permitem uma melhor e mais completa abordagem desta área.

Em 2001, residiam no concelho de Montalegre 12 792 pessoas e existiam 9736 alojamentos familiares, repartidos por 9390 edifícios.

Verifica-se, assim, pela análise do gráfico n.º 1 (vide quadro n.º 1, anexo II), a existência de uma tendência geral para a expansão do parque habitacional no Continente, Região Norte, Alto Trás-os-Montes e Montalegre, devido a uma dinâmica significativa de investimento na habitação, no período em análise.

Gráfico n.º 1 – Variação do número de alojamentos, edifícios e famílias, entre 1991 e 2001,
por
NUT's



Fonte: Anuário Estatístico de Portugal e da Região Norte

No entanto, essa tendência materializa-se de forma diferenciada quando comparamos a evolução dos alojamentos, edifícios e famílias.

Através do cruzamento destas fontes de informação, é possível averiguar o seguinte: quer no Continente, quer na região Norte a evolução do número de famílias acompanhou a evolução do número de alojamentos, apresentando valores próximos.

A região Norte, na década de 1990, obteve uma forte expansão habitacional, com um crescimento de 25,1% (gráfico n.º1), quase o dobro do crescimento percentual do número de edifícios (12,9%). No Continente a situação é idêntica embora com valores mais baixos devido a um aumento da dimensão dos edifícios, isto é, há um maior número de alojamentos por cada edifício.

A sub-região do Alto de Trás-os-Montes, apesar de ter uma evolução similar ao Continente e à região Norte quanto ao crescimento dos alojamentos, possui valores inferiores e uma menor discrepância entre os indicadores anteriormente referidos, registando mesmo o menor crescimento do número de edifícios no período inter censitário em análise.

No concelho de Montalegre, constatou-se uma evolução paralela entre o número de alojamentos e o número de edifícios, apresentando valores idênticos, cerca de 12,6% para os edifícios e 12,3 % para os alojamentos, respectivamente. Esta situação inverteu-se consideravelmente para as famílias pois estas diminuíram, atingindo um valor de -2% entre os dois recenseamentos (1991/2001). Deduz-se com isto que o ritmo de crescimento habitacional, neste concelho, é muito superior ao ritmo de crescimento populacional.

Relativamente ao número médio de alojamentos por edifício, registaram-se os valores mais elevados em Portugal, com 1.5 em 1991 e 1.6 em 2001. No entanto, a região Norte obteve uma maior evolução no período em análise, passando de 1.3 para 1.5 alojamentos por edifício.

No Alto Trás-os-Montes e no concelho de Montalegre, o número médio de alojamentos por edifício não se alterou no período em análise, mantendo-se um alojamento por edifício. A construção unifamiliar continua, assim, a ser a solução habitacional dominante nestas áreas.

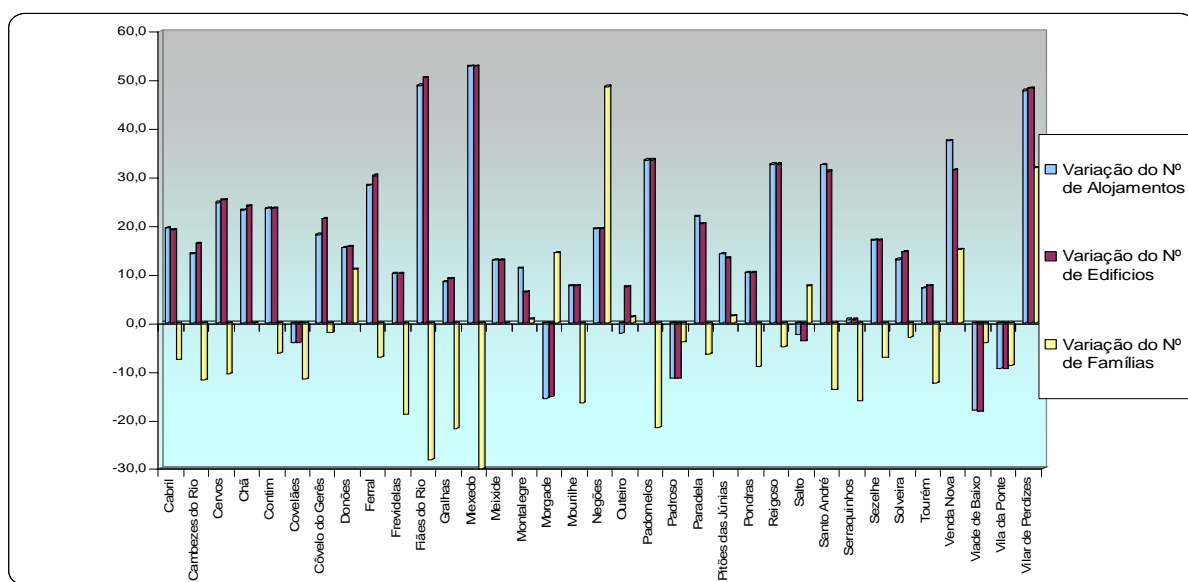
A análise dos dados relativos aos dois últimos recenseamentos da habitação ao nível das freguesias no concelho de Montalegre (gráfico n.º2), demonstra a quase total coincidência do aumento do número de alojamentos e do número de edifícios. A evolução é positiva na maioria das freguesias. Em especial destaque estão as freguesias de Meixedo (52,9%), Fiães do Rio (48%9), Vilar de Perdizes (48%), Santo André (32,5%), Reigoso (32,7%) e Padornelos (33,5%).

No entanto, o número de famílias diminuiu acentuadamente nestas freguesias, à excepção de Vilar de Perdizes que obteve um acréscimo de 32%.

Existem também algumas freguesias que registaram uma variação negativa (gráfico n.º 2), quer ao nível dos alojamentos, quer ao nível dos edifícios, em proporções idênticas. Os exemplos mais evidentes são as freguesias de Viade de Baixo, com menos 18% dos alojamentos e edifícios, Morgade menos 15%, Padroso menos 11,4%, Vila da Ponte menos 9,3%, Covelães menos 4,1% e Salto com menos 2,4% de alojamentos e menos 3,7% de edifícios.

Porém, em algumas destas freguesias, houve uma variação positiva do número de famílias, como é o caso de Morgade (14,4%), de Outeiro (1,3%) e de Salto (7,6%).

Gráfico n.º 2 – Variação do número de alojamentos, edifícios e famílias,
entre 1991/2001



Fonte – INE, *Recenseamento Geral da População*

Comprova-se, no entanto, a existência de uma tendência crescente do número de alojamentos relativamente ao número de famílias residentes. Logo, é evidente uma situação de sub-ocupação dos alojamentos, característica típica do concelho de Montalegre.

Atendendo ao tipo de alojamentos (vide gráfico n.º 1 e quadro n.º 2, anexo II), verifica-se que os alojamentos familiares clássicos, no concelho de Montalegre obtiveram uma evolução positiva de 12,8%, entre 1991 e 2001 ao contrário dos alojamentos familiares não clássicos que registaram uma variação negativa, de menos 26,7 %. O caso mais notável é o das barracas, estas diminuíram 38,5%, ou seja, passaram de 13 barracas para 8 em todo o concelho. No entanto, na freguesia de Morgade o número de barracas aumentou de 1 em 1991 para 5 em 2001.

Quanto aos alojamentos familiares clássicos, segundo a forma de ocupação (quadro n.º 1), estes evoluíram claramente no concelho, nos últimos recenseamentos, registando um crescimento de 15.7 %.

Quadro n.º1 – Alojamentos familiares segundo a forma de ocupação, variação 1991/2001

Alojamentos familiares segundo a forma de ocupação	Variação 1991/2001
Alojamentos Familiares - Ocupados - Total	15,7
Alojamentos Familiares - Ocupados - Residência habitual	-6,6
Alojamentos Familiares - Ocupados - Uso sazonal ou secundário	54,6
Alojamentos Familiares - Vagos - Total	-17,6
Alojamentos Familiares - Vagos - Para venda	178,3
Alojamentos Familiares - Vagos - Para aluguer	17,6
Alojamentos Familiares - Vagos - Para demolição	-84,7
Alojamentos Familiares - Vagos - Outros casos	-20,4

Fonte – INE, *Recenseamento Geral da População*

A maioria das freguesias teve um aumento considerável na ocupação dos alojamentos (vide quadro n.º5, anexo II), destacando-se as freguesias de Meixedo (54,4%), Vilar de Perdizes (47,4%), Santo André (47,6%), Reigoso (35,4%), Cervos (35,1%), Solveira

(30,1%), Pitões das Júnias (29,8%), Venda-Nova (29,2%) e Tourém (28,6%), entre outras.

Por outro lado, há freguesias cuja ocupação dos alojamentos familiares sofreram um pequeno decréscimo como por exemplo Vila da Ponte (-10,1%), Meixide (-7,5%), Viade de Baixo (-5,8%), Morgade (-2,9%), Gralhas (-1,1%) e Covelães (-0,7%).

A maioria dos alojamentos ocupados no concelho são de residência habitual, mas estes, no período em questão (1991 e 2001), decresceram 6,6%. Ao nível das freguesias, também houve um decréscimo significativo desta forma de ocupação na última década, à excepção de Vilar de Perdizes, Morgade, Venda Nova, Donões e Outeiro.

Os alojamentos ocupados de uso sazonal ou secundário aumentaram mais do dobro no concelho atingindo valores mais elevados em algumas freguesias entre as quais Covêlo do Gerês (290,9%), Meixedo (252%), Santo André (177%), Paradela (112,5%), Vilar de Perdizes (108,7), Cervos (102,1%), Montalegre (90,9%), Covelães (82,6%), Tourém (81,9%) e Cambezes do Rio (80%).

Este cenário pode resultar em grande parte, da construção de alojamentos destinados apenas a serem ocupados temporariamente pela população emigrante que regressa sazonalmente originando oscilações significativas em termos de ocupação dos alojamentos existentes, bem como da construção de segundas habitações, promovidas por não residentes e ocupadas apenas nos fins-de-semana e períodos de férias.

Houve, no entanto, excepções como é o caso das freguesias de Morgade, onde os alojamentos ocupados de uso sazonal diminuíram 27%, Meixide menos 13,6%, Vila da Ponte menos 11,9% e Viade de baixo, com menos 3,9%.

Os alojamentos familiares vagos registaram uma variação negativa de menos 17,6%, no concelho. Já no que respeita às freguesias a situação é muito díspar pois, embora a maioria apresentem uma variação negativa, em determinadas freguesias registou-se um forte aumento, sendo os exemplos mais salientes os das freguesias de Ferral que passou de 2 para 72 alojamentos vagos, de Fiães do Rio, de Negrões, de Venda-Nova, de Vilar de Perdizes e de Sarraquinhos, entre outras.

Dos alojamentos familiares vagos existentes no concelho a maioria são casos não identificados, mas tiveram um decréscimo de 20%, na última década. Em grande parte das freguesias, o decréscimo deste tipo de alojamentos familiares vagos atingiu os 100%, ao contrário de outras freguesias em que o aumento foi muito elevado, como é o caso de Ferral, de Fiães do Rio, de Cabril, de Negrões, de Venda-nova, de Viade de Baixo, de Gralhas e da chã.

Os alojamentos familiares vagos para vender aumentaram 178% entre 1991 e 2001. Por sua vez, existem ainda os destinados a arrendar/ alugar, sendo que estes também registaram um crescimento positivo de 17%. Os restantes encontram-se para demolir e decresceram 84,7% na última década.

O quadro n.º 2 permite uma análise das condições de habitabilidade dos alojamentos do concelho. Relativamente à existência de electricidade nos alojamentos de residência habitual no concelho torna-se evidente o seu decréscimo entre os dois recenseamentos (1991 e 2001). Por sua vez, quase todas as freguesias incorreram na mesma situação (vide quadro n.º3, anexoII), à excepção de Vilar de Perdizes, que conseguiu um aumento de 20,3%, Morgade, de 14%, Venda-Nova, de 9,4%, Donões, de 8,7%, Meixide, de 7,1% e a Chã, de 2,2%.

Quadro n.º 2 – Condições de habitabilidade dos alojamentos, variação 1991/2001

Unidade Geográfica	Montalegre	
	2001	
Com electricidade	2001	4620
	Variação 1991-2001	-3,5
Sem electricidade	2001	64
	Variação 1991-2001	-71,7
Tem Água Canalizada no Interior do Alojamento - Ligada à rede pública	2001	4459
	Variação 1991-2001	6,2
Tem Água Canalizada no Interior do Alojamento - Ligada à rede privada	2001	3945
	Variação 1991-2001	7,2
Tem Água Canalizada no Edifício mas Fora do Alojamento	2001	514
	Variação 1991-2001	-0,6
Tem Água Canalizada no Edifício mas Fora do Alojamento	2001	26
	Variação 1991-2001	-45,8

Fonte – INE, *Recenseamento Geral da População*

Há também uma acentuada quebra dos alojamentos sem electricidade no concelho (menos 71,7%), mas algumas freguesias ultrapassaram este valor, como é o caso de Cabril (-83,3%), de Santo André (-87,5), de Tourém (-83,3%), e de Viade de Baixo (-86,4%).

No que concerne ao abastecimento de água canalizada no interior dos alojamentos, este existe na maioria dos casos e está, sobretudo, ligado à rede pública, embora a rede privada também albergue uma importante fracção de alojamentos no concelho.

Por sua vez, o abastecimento de água canalizada fora dos alojamentos é pouco significativo e diminuiu 45%, entre 1991 e 2001.

Apesar de nos censos de 1991 ainda se registar uma fracção considerável de alojamentos sem água canalizada, em 2001 decresceram 74,1%. A maior parte destes alojamentos abastece-se em fontanários ou bicas. Os poços ou furos artesianos são insignificantes e a sua utilização foi drasticamente reduzida, cerca de 82,9%, passando de 35 para 6 na última década.

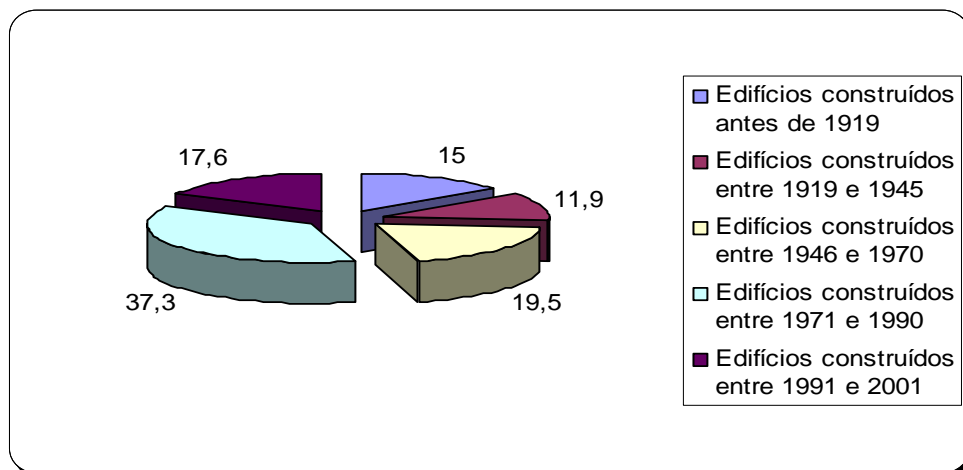
A maioria dos alojamentos familiares de residência habitual no concelho possui retrete para uso exclusivo do alojamento e, no período considerado, esta situação aumentou 20%. Grande parte destes alojamentos possui um dispositivo de descarga, verificando-se mesmo um aumento de 24,8%.

O uso partilhado de retrete, no edifício, é pouco usual, mas, na última década, aumentou, passando de 58 para 231 alojamentos.

2.2 - Edifícios segundo a época de construção

Segundo o gráfico n.º 3, relativo à época de construção dos edifícios por freguesias, é notável o maior impacto da construção no período entre 1971 e 1991. Na última década, também se verificou um grande dinamismo na edificação.

Gráfico n.º 3 – Número de edifícios segundo a época de construção

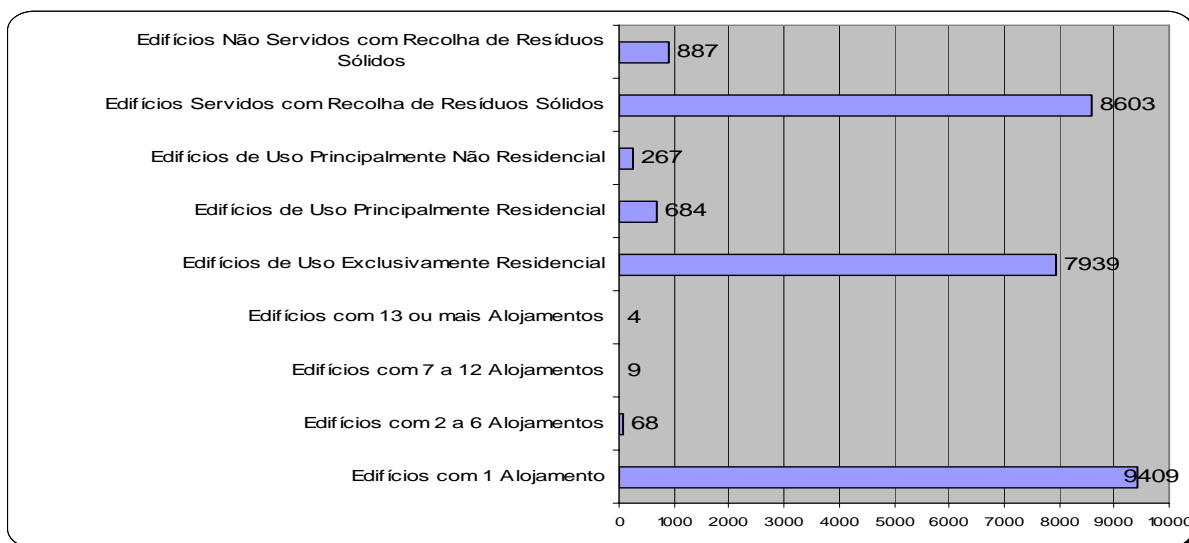


Fonte – INE, Recenseamento Geral da População

2.3 - Edifícios segundo o número de alojamentos e principal uso

No concelho de Montalegre, predominam os edifícios com um só alojamento (vide gráfico n.º 4), tal como em todas as freguesias (vide quadro n.º4, anexo II) A seguir estão os edifícios com 2 a 6 alojamentos, embora sejam pouco expressivos no concelho (68 edifícios). Ao nível das freguesias, assume maior relevo a sede do concelho, Montalegre (23 edifícios), Venda-Nova (17 edifícios), Salto (14 edifícios), Santo André (4 edifícios) e Cabril (3 edifícios).

Gráfico n.º 4 – Edifícios segundo o número de alojamentos e principal uso



Fonte – INE, Recenseamento Geral da População

Só na freguesia de Montalegre é que se encontram edifícios com 7 a 12 alojamentos, num total de 9 edifícios, e 4 edifícios com 13 ou mais alojamentos.

São dominantes no concelho os edifícios de uso exclusivamente residencial e a maioria estão servidos com recolha de resíduos sólidos (vide gráfico n.º 4).

Na maioria das freguesias, os edifícios são de uso exclusivamente residencial, destacando-se Reigoso com 187 edifícios nesta categoria, Ferral com 126 e Montalegre com 105.

São poucas as freguesias no concelho com edifícios de uso principalmente não residencial, sendo os casos mais evidentes as freguesias de Sarraquinhos (130), de Vilar de Perdizes (77), de Salto (26), de Montalegre (19) e poucos mais.

Na maioria das freguesias, os edifícios estão servidos com recolha de resíduos sólidos. A freguesia de Reigoso é uma excepção pois não existe nenhum edifício servido com recolha de resíduos sólidos e em outras freguesias ainda existe um número considerável de edifícios sem recolha, como é exemplo Padornelos (219), Salto (107), Chã (115) e Viade de Baixo (79).

2.4 – Habitação social

O conceito de Política Social de Habitação traduz, em primeiro lugar, a preocupação com os indivíduos e com a valorização da qualidade de vida destes, em termos de habitação, contudo não se esgota nesta. A aquisição de habitação social deverá despoletar um processo global de melhoria da qualidade de vida dos indivíduos.

No concelho de Montalegre existem, actualmente, dois parques habitacionais de Habitação Social, um situado na freguesia de Montalegre, na localidade do Bairro do Crasto, e um segundo, sito nas Minas da Borralha, freguesia de Salto, Bairro Novo da Borralha .

O parque habitacional do Bairro do Crasto agrega, neste momento, três conjuntos de habitações. O primeiro conjunto, denominado Agrupamento Habitacional Ex – CAR, tem 86 habitações unifamiliares, geminadas, construídas em pré-fabricado de madeira, no ano de 1975 pelo Ex-Fundo de Fomento de Habitação. Estas habitações, inicialmente distribuídas em regime de arrendamento social, foram, entretanto, cedidas à Câmara

Municipal de Montalegre que, posteriormente, as vendeu aos arrendatários que nelas habitassem permanentemente a preços simbólicos e pagas em 36 prestações mensais. Actualmente o Município detém apenas a propriedade de 12 destas habitações que continuam atribuídas em regime de arrendamento, tendo já a maioria das vendidas, sido recuperadas/reconstruídas pelos seus proprietários.

O segundo conjunto habitacional do Bairro do Crasto é constituído por 1 edifício com 2 blocos de 8 habitações, construídas ao abrigo de um Programa de Desenvolvimento de Construção de Habitação a Custos Controlados (CDH), sendo todas actualmente, propriedade dos seus ocupantes. Neste conjunto, estão ainda a ser construídos mais dois blocos, num total de 8 habitações, construídas ao abrigo do mesmo programa e que serão também vendidas.

O terceiro conjunto, composto por um edifício com 18 alojamentos – Edifício Albino Fidalgo está actualmente a ser construído pelo Município (em fase de acabamento) e, como resulta de um testamento de um benemérito do concelho, estas habitações serão atribuídas em regime de comodato, de acordo com a vontade testamentária.

No âmbito deste mesmo testamento, o Município prevê ainda construir um edifício na Freguesia de Salto que comportará 12 alojamentos.

O parque habitacional situado na localidade da Borralha, freguesia de Salto e denominado Bairro Novo da Borralha, constituído por 141 habitações, foi o bairro que albergou os trabalhadores das extintas Minas da Borralha. Com o encerramento das minas, e posterior venda de todo o património, este bairro foi parar às mãos de um investidor particular. Face à precaridade em que as pessoas ocupavam estas habitações, o Município adquiriu-as e, posteriormente, deliberou cedê-las gratuitamente a todos os agregados familiares que comprovadamente delas fizessem a sua habitação única e permanente. Actualmente este bairro tem apenas 136 habitações: 5 delas foram já demolidas, 113 foram cedidas a título gratuito e 23 foram vendidas, a preço simbólico e em hasta pública, a residentes na localidade, sem habitação própria. Dado o estado de degradação avançada destas habitações, o Município tem actualmente um programa específico de ajuda à reconstrução

das habitações deste bairro, que sejam ocupadas por famílias carenciadas, com a cedência de materiais de construção.

Quadro nº3 – Tipologia das habitações sociais construídas / em construção

	T1	T2	T3	T4	Total
Agrupamento Ex-Car	12	43	22	9	86
Programa CDH	0	6	8	2	16
Bairro Novo da Borralha	32	86	18	0	136
Em construção	2	4	12	0	18
TOTAL	46	139	60	11	256

Fonte: *Divisão Socio-Cultural, CMM*

O Município de Montalegre, anualmente, prevê, no seu plano de actividades, a recuperação de habitações degradadas de famílias carenciadas ou famílias com pessoas com deficiência que se concretiza através da cedência de materiais ou da execução de pequenas obras de recuperação/beneficiação.

Tem sido política deste município, em termos de habitação social, a venda das habitações aos seus habitantes em permanência, como forma de responsabilização dos seus ocupantes, relativamente à conservação das mesmas.

No quadro dos objectivos estratégicos dos Projectos de Luta contra a Pobreza implementados no concelho de Montalegre no âmbito do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, a recuperação/beneficiação de habitações a agregados familiares carenciados, foi uma das acções comuns aos dois projectos. Estas acções foram justificadas pela necessidade de restituir os laços sociais de uma população que, em espaço rural e porque carece das condições mínimas de habitabilidade, corre risco de ser marginalizada e estigmatizada.

Na vigência do primeiro projecto, “Projecto Rio Beça”, que ocorreu entre 1995-1998, foram recuperadas/beneficiadas 7 habitações.

Com a promoção e desenvolvimento do projecto “Terras de Barroso”, a decorrer entre 2001-2005, foram identificados 83 situações de famílias e indivíduos carenciados a necessitar deste tipo de apoio, tendo sido identificadas famílias de tipo isolado (21), monoparentais (8), alargadas (7) e nucleares (47).

Do total das 83 habitações identificadas, o projecto “Terras de Barroso” recuperou/beneficiou já 11 habitações, restando ainda resolver a situação de 72 famílias carenciadas.

Quadro nº 4 – Habitações recuperadas/ beneficiadas pelo P.N.L.C.P.

Localidades	Projecto Rio Beça			Projecto Terras de Barroso		
	T2	T3	T4	T2	T3	T4
Cervos					1	
Solveira					1	
Ferral					1	2
Negrões						1
Chã					1	
Salto					1	
Padroso	1				1	
Morgade		1		1	1	
Pondras	1					
Covelães	1					
Cambezes	1					
Viade	1					
S.to André	1					
TOTAL	6	1	0	1	7	3

Fonte: *Divisão Socio-Cultural, CMM*

2.5 - Síntese conclusiva

Tendo em conta as tendências demográficas anteriormente apresentadas, é de realçar a baixa proporção de famílias a viver em alojamentos sobrelotados, resultando desta observação um maior número de divisões por alojamento e menos pessoas por divisão. Porém, as condições de habitabilidade e de conforto são agravadas devido à falta de infra-estruturas básicas nos alojamentos. Desta forma, e embora desde 1991 tenha ocorrido uma evolução favorável ao nível das condições de higiene básica da habitação barrosã, ainda se registam carências assinaláveis pelo facto de, em 2001, existir, ainda, um número

considerável de alojamentos sem casas de banho e instalações sanitárias (609 alojamentos). Esta situação vê-se agudizada pela existência de uma cobertura débil ao nível da rede de esgotos e de instalações sanitárias.

No tocante às principais tendências em termos de povoamento e sua relação directa com o espaço construído, poderemos ainda desenhar um cenário de relativa debilidade no que respeita ao estado de conservação física geral das casas. Esta situação prende-se, com a existência de uma população idosa, isolada e com fracos recursos financeiros, o que lhes impossibilita uma tomada de decisão mais intensa em prol da requalificação e conservação das suas casas. As condições precárias de conservação das habitações prendem-se, ainda, com os contínuos fenómenos migratórios que têm avassalado o concelho, levando a um abandono progressivo das casas. O forte sentido de propriedade tem também levado à existência de um relativo imobilismo no sentido da dinamização do mercado imobiliário e fundiário.

Podemos ainda destacar, neste domínio de avaliação, a tendência para a construção de habitações novas, nomeadamente fora do miolo central das aldeias, especialmente por parte da população emigrante. Esta tendência construtiva merece especial destaque sobretudo se equacionarmos o seu respeito pela arquitectura e memória local de habitação. Assim, muitas vezes, opta-se por soluções construtivas muito distantes dos moldes tradicionais, gerando efeitos dissonantes em termos de leitura espacial e social e fomentando, concomitantemente, a desagregação de uma unidade paisagística. Esta dinâmica de construção prende-se com o que podemos apelidar de democratização dos sucessos e reabilitação da imagem social, o que tem conduzido muitos dos emigrantes portugueses, tanto regressados como em antecipação de regresso, a marcar as suas realizações materiais com traços identificáveis da condição de emigrantes. Por outro lado, neste processo, também não podemos deixar de salientar a importância dos novos padrões de conforto que exigem que o acesso às habitações seja feito de automóvel ou que não se adaptam às habitações que integram ainda instalações para o gado, por exemplo. Todas estas exigências se tornam importantes na análise das dinâmicas de povoamento recentes do Barroso.

Nos últimos tempos, o concelho de Montalegre tem vindo a assistir a uma espécie de reocupação rural, pautada pela crescente procura de casas de segunda ou terceira residência

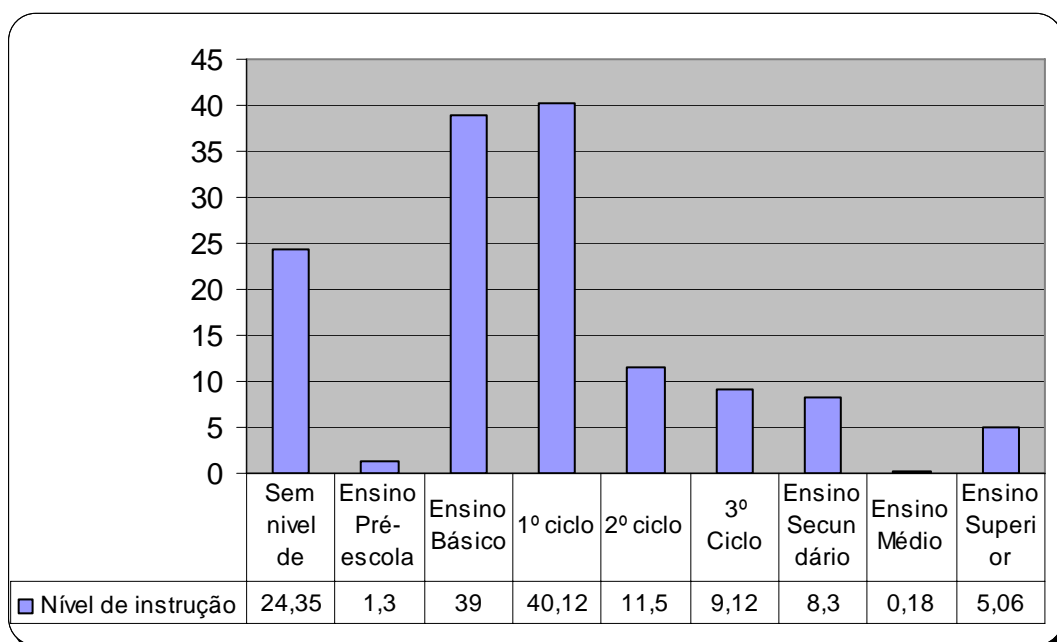
por parte de população oriunda, nomeadamente, dos concelhos de Braga, Guimarães e Porto. Esta ocupação poderá afigurar-se como um importante veículo de dinamização local, como já constatamos, mas torna-se imperioso que exista uma lógica de respeito pelo ambiente e pela paisagem e um intuito de dinamização da mão-de-obra local, encarando a valorização do património como componente incontornável do processo de desenvolvimento local.

3 - CARACTERIZAÇÃO SOCIO-EDUCATIVA

3.1 - Indicadores globais de instrução

Com base nos resultados dos censos de 2001, é possível inferir que o concelho de Montalegre apresenta um quadro de instrução baixo. Em comparação com o enquadramento nacional, o concelho apresenta valores mais elevados do que a média nacional, no que concerne às habilitações mais baixas, e valores menores, no que respeita a habilitações escolares acima do 3º ciclo. Relativamente ao ensino superior, o concelho apresenta muito menos de metade do valor percentual do quadro nacional. É de salientar que mais de 50% da população ou não possui nenhum nível de ensino ou possui o 1º Ciclo.

Gráfico n.º 1 – População residente segundo o nível de instrução

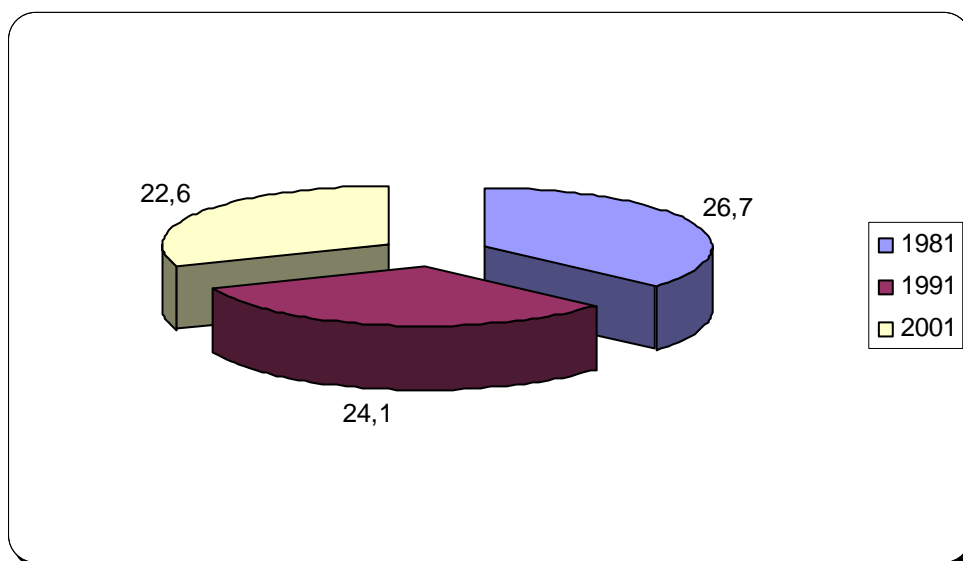


Fonte – INE, *Recenseamento Geral da População*

No que respeita aos indicadores de analfabetismo, a análise do gráfico 2 permite constatar que o concelho de Montalegre, em 2001, apresenta uma taxa de 22.6% de analfabetos, registando um decréscimo nos últimos decénios (24.1% em 1991; 26.7% em 1981). Esta taxa é superior à registada para o total nacional (1991 – 10.9%; 2001 – 8.9%).

Note-se ainda que a condição de analfabeto atinge sobretudo o contingente feminino, situação enquadrada na especificidade do fenómeno em Portugal.

Gráfico n.º 2 – Taxa de analfabetismo, entre 1981, 1991 e 2001



Fonte – INE, *Recenseamento Geral da População*

Estamos, assim, perante um concelho que indicia um fraco investimento em capital escolar por parte da sua população residente. Apenas 13.54% da população residente concelhia possui a escolaridade mínima obrigatória, ou melhor, habilitações superiores ao 9º ano de escolaridade.

Analisando a população residente no concelho de Montalegre, em 2001, segundo a qualificação académica por grupo etário e de acordo com o quadro n.º 1, importa destacar alguns aspectos relevantes: a ausência de qualificações académicas é tendencialmente maior a partir dos 30 anos, adquirindo um peso claramente superior na população com mais de 65 anos (acima de 10%). A observação deste quadro reflecte o crescente processo de democratização do acesso ao ensino em Portugal que se verificou nos últimos 30 anos sendo patente um decréscimo no número de indivíduos sem qualquer qualificação académica. No entanto, é de dar especial atenção aos indivíduos que se situam nos grupos etários dos 15 aos 19 anos (0.22%) e dos 20 aos 24 anos (0.45%) que não atingiram nenhum nível de instrução, facto intimamente relacionado com o fenómeno do abandono escolar precoce.

De um modo geral, constata-se que é entre os 15 e os 44 anos que se encontram os maiores índices de escolaridade. Assim sendo, a partir dos 45 anos verifica-se um decréscimo de habilitações literárias, situação de visível proporcionalidade inversa relativamente ao referido anteriormente.

Quadro n.º 1 – População residente por grupos etários, segundo a qualificação académica

Grupo etário	Sem qualificação académica		Com qualificação académica		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Secundário	Ensino Médio	Ensino Superior
	N.º	%	N.º	%						
< 15 anos	1074	21,21	592	7,79	305	281	6	-	-	-
15-19	11	0,22	836	10,85	58	277	447	54	-	-
20-24	23	0,45	773	10,04	58	166	254	274	-	21
25- 29	28	0,55	580	7,5	97	186	98	122	-	77
30-34	45	0,89	547	7,1	158	192	86	54	-	57
35-39	76	1,5	668	8,67	327	164	99	45	-	33
40-44	88	1,73	718	9,32	451	114	88	44	-	21
45-49	119	2,35	676	8,78	494	84	36	24	-3	35
50-54	135	2,66	593	7,7	481	48	26	21	3	14
55-59	292	5,76	484	6,28	392	42	22	9	3	16
60-64	509	10,05	408	5,3	363	16	6	4	3	16
65-69	690	13,63	328	4,26	296	15	7	3	2	5
70-74	731	14,44	228	2,96	195	18	4	2	5	4
75 ou +	1242	24,53	268	3,48	234	10	9	5	2	8
TOTAL	5063	39,67	7699	60,33	3909	1613	1188	661	21	307

Fonte – INE, *Recenseamento Geral da População*

3.2 - Comunidade Educativa

A rede escolar oficial do concelho de Montalegre é composta por dois agrupamentos: o Agrupamento de Escolas do Baixo Barroso e o Agrupamento de Escolas de Montalegre.

No sector privado, existem duas escolas: a Escola Profissional das Minas da Borralha (sedeada na localidade da Borralha) e a Escola MisarelaCoop (sedeada em Vila Nova – Ferral).

3.2.1 - Agrupamentos escolares do concelho

3.2.1.1 - Agrupamento de Escolas do Baixo Barroso

O Agrupamento de Escolas do Baixo Barroso tem, à data do ano lectivo 2002/2003, 419 alunos, divididos pelas localidades e níveis de ensino conforme expresso nos quadros números 2 e 3.

Quadro n.º 2 - Estabelecimentos de ensino Pré-Escolar e do 1.º CEB (n.º alunos e n.º salas)

Estabelecimentos de Ensino	Pré-Escolar		1.º Ciclo	
	N.º Alunos	N.º de salas	N.º Alunos	N.º de salas
Borralha	18	1	29	2
Cabril	16	1	16	1
Codecoso - Venda Nova	-	-	2	1
Corva	-	-	6	1
Covêlo	-	-	13	1
Fafião	-	-	7	1
Ferral	-	-	22	1
Pereira	-	-	5	1
Pondras	-	-	2	1
Salto	35	2	43	2
Venda Nova	-	-	8	1
Vila da Ponte	6	1	16	1
Vila Nova	-	-	5	1
Total	75	5	174	15

Fonte: *Agrupamento de Escolas do Baixo Barroso*

A média de alunos por sala no pré-escolar é de 15. Sabendo que a capacidade de salas afectas à actividade escolar do ensino pré-primário é de 120 crianças, esta não se encontra esgotada, apresentando uma taxa de ocupação de 62.5%.

No que respeita ao 1.º CEB, a capacidade das salas afectas à actividade é, segundo a legislação em vigor, de 18 alunos, caso exista um só professor e mais de dois anos de escolaridade, 22 alunos, caso existam dois professores e dois ou mais anos de escolaridade e 24 alunos independentemente do n.º de professores, mas com um só ano de escolaridade. Pelo que, o número de salas do 1.º CEB deste agrupamento de escolas poderia acolher 314 crianças e acolhe somente 174 (a média de alunos por sala é de 11.6), o que corresponde a uma taxa de ocupação de 55,41%.

Encontra-se em análise, em Conselho Municipal da Educação, a possibilidade de encerramento (segundo resolução do Ministério) das escolas do 1.º CEB de Pereira e de Pondras.

Quadro n.º 3 – Número de alunos do 2.º Ciclo, 3.º Ciclo e Secundário

Ano		N.º Alunos	Sexo	
			M	F
2.º Ciclo	5.º Ano	27	12	15
	6.º Ano	16	7	9
	Total	43	19	24
3.º Ciclo	7.º Ano	33	19	14
	8.º Ano	31	26	5
	9.º Ano	24	5	9
	Total	88	50	38
Secundário	10.º Ano	16	8	8
	11.º Ano	7	3	4
	12.º Ano	16	7	9
	Total	39	18	21
Total Alunos		170	87	83

Fonte: Agrupamento de Escolas do Baixo Barroso

10,26% dos alunos matriculados frequentam, no ano lectivo de referência, o 2.º Ciclo na Escola Sede do Agrupamento. Pertence ao género masculino 44,19% da população a frequentar o referido ciclo e os restantes 55,81%, da mesma população, pertencem ao género feminino.

Existem três turmas e três salas, uma para cada turma. A média de alunos por turma/sala é de 14,33 alunos.

O 3.º CEB, também sediado na Escola Sede do Agrupamento de Escolas do Baixo Barroso, representa 21% do total de alunos matriculados neste agrupamento de escolas.

O Ensino Secundário representa somente 9,3% dos alunos matriculados no ano lectivo de referência.

Não existindo diferenças significativas no número de alunos dos diferentes géneros, verifica-se no entanto que o 11.º ano é aquele que menos alunos tem, representando somente 17,94% dos alunos matriculados no Ensino Secundário, o que compromete o 12.ºano no ano lectivo seguinte.

3.2.1.1.1 - Sucesso/ Insucesso / Abandono Escolar

Quadro n.º 4 - Sucesso/ Insucesso / Abandono – 2.º e 3.º Ciclos e ensino Secundário

Anos	Sucesso			Insucesso			Abandono		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
5.ºano	10	15	25	2	0	2	0	0	0
6.º ano	5	8	13	2	1	3	0	0	0
7.º ano	13	9	22	5	4	9	1	1	2
8.º ano	23	3	26	2	2	4	1	0	1
9.º ano	3	16	19	1	3	4	1	0	1
10.º ano	1	7	8	2	0	2	5	1	6
11.º ano	3	4	7	0	0	0	0	0	0
12.º Ano	2	4	6	6	4	10	0	0	0
Total	60	66	126	20	14	34	8	2	10

Fonte: Agrupamento de Escolas do Baixo Barroso

Do total de alunos a frequentar o 2.º Ciclo, o 3.º Ciclo e o Ensino Secundário no Agrupamento de escolas do Baixo Barroso, 74,12% obtiveram aproveitamento, enquanto que 25,88% correspondem às taxas de insucesso e de abandono. Verifica-se que é no 10.º ano que a taxa de abandono escolar atinge valores mais elevados. Este indicador pode estar relacionado com o facto de estes alunos já não estarem abrangidos pela escolaridade obrigatória.

3.2.1.2 - Agrupamento de Escolas de Montalegre

O Agrupamento de Escolas de Montalegre tem um total de 1083 alunos, divididos pelas localidades e níveis de ensino conforme expresso nos quadros números 5, 6 e 7.

Quadro n.º 5 – Estabelecimentos de ensino Pré-Escolar e do 1.º CEB (n.º de alunos e n.º de salas)

Estabelecimentos de Ensino	Pré-Escolar		1.º Ciclo	
	N.º Alunos	N.º de salas	N.º Alunos	N.º de salas
Aldeia Nova	10	1	8	1
Arcos	-	-	8	1
Criande	4	1	4	1
Lamachã	-	-	6	1
Meixide	-	-	5	1
Montalegre 1	34	2	47	2
Montalegre 2	52	2	118	9
Outeiro	-	-	8	1
Padroso	-	-	4	1
Paradela	12	1	16	1
Parafita	-	-	4	1
Peirezes	-	-	10	1
Pisões	22	1	18	1
Pitões	-	-	7	1
Santo André	14	1	6	1
Solveira	-	-	4	1
Tourém	7	1	6	1
Viade	-	-	12	1
Vilar de Perdizes	7	1	13	1
Total	162	11	304	28

Fonte: Agrupamento de Escolas de Montalegre

O Agrupamento de Escolas de Montalegre abrange 162 crianças em idade pré-escolar, distribuídas por 11 salas. Existem, em média, 14,73 crianças por sala. A capacidade das salas afectas à actividade escolar do Ensino Pré-Primário é de 264 crianças pelo que a sua taxa de ocupação é de apenas 61,36%.

Relativamente ao 1.º CEB, a média é de 11 alunos por sala. A capacidade das salas afectas à actividade é, segundo a legislação em vigor, de 18 alunos, caso exista um só professor e mais de dois anos de escolaridade, 22 alunos, caso existam dois professores e dois ou mais anos de escolaridade e 24 alunos independentemente do n.º de

professores mas com um só ano de escolaridade. De acordo com o exposto, as salas existentes no 1.º CEB têm a capacidade de acolher 548 crianças, no entanto, acolhem somente 304 alunos, o que representa uma taxa de ocupação de 55,5%.

Encontra-se em análise, em Conselho Municipal da Educação, a possibilidade de encerramento (segundo resolução do Ministério) das escolas de Padroso, Solveira, Parafita e Outeiro.

Quadro n.º 6- Número de alunos do 2.º Ciclo

2º Ciclo	N.º de Alunos	Sexo	
		M	F
5.ºano	66	40	26
6º ano	87	44	43
TOTAL	153	84	69

Fonte: Agrupamento de Escolas de Montalegre

14,13% dos alunos matriculados no Agrupamento de Escolas de Montalegre frequentam, no ano lectivo de referência, o 2.º CEB. Pertencem ao género masculino 54,9% da população a frequentar o respectivo ciclo e os restantes 45,1% pertencem ao género feminino.

Existem sete turmas e sete salas, uma para cada turma. A média de alunos por turma/sala é de 21,85 alunos.

A escola do 2.º CEB do Agrupamento de Escolas de Montalegre está localizada em instalações independentes dos restantes níveis de ensino e apresenta um conjunto de características que favorecem o sucesso escolar dos seus alunos. Assim, a qualidade de ensino e aprendizagem desta escola está relacionada com a individualização e adequação das respostas educativas às características e necessidades de cada criança. Por outro lado, verifica-se uma interacção dos recursos disponíveis, nomeadamente entre todos os professores, técnicos da comunidade escolar local e pais, no sentido de garantir o sucesso escolar de todos os alunos.

Quadro n.º 7 – Número de alunos 3.º Ciclo e Secundário

Ano		N.º Alunos	Sexo	
			M	F
3.º Ciclo	7.º Ano	98	56	42
	8.º Ano	95	49	46
	9.º Ano	83	33	50
	Total	276	138	138
Secundário	10.º Ano	92	29	63
	11.º Ano	48	17	31
	12.º Ano	48	21	27
	Total	188	67	121
Total Alunos		464	205	259

Fonte: Agrupamento de Escolas de Montalegre

O terceiro ciclo está sedado no Edifício Sede do Agrupamento de Escolas de Montalegre, representando 25,48% do total de alunos matriculados neste mesmo agrupamento.

O Ensino Secundário representa 17,35% dos alunos matriculados no ano lectivo de referência. O género feminino representa 64,36% do número de alunos matriculados no Ensino Secundário.

3.2.1.2.1 - Sucesso/ Insucesso / Abandono Escolar

Quadro n.º 8 – Sucesso/ Insucesso / Abandono – 2.º e 3.º Ciclos e ensino Secundário

Ciclo	Aprovados			Retidos			Abandono		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
5.ºano	38	25	63	1	1	2	1	0	1
6.º ano	41	38	79	3	5	8	0	0	0
7.º ano	30	38	68	13	3	16	13	1	14
8.º ano	31	41	72	12	4	16	6	1	7
9.º ano	26	40	66	3	6	9	4	4	8
10.º ano	19	38	57	6	12	18	6	11	17
11.º ano	9	26	35	5	5	10	3	0	3
12.º Ano	6	12	18	15	15	30	0	0	0
Total	200	258	458	58	51	109	33	17	50

Fonte: Agrupamento de Escolas de Montalegre

Dos 617 alunos a frequentar o 2.º Ciclo, o 3.º Ciclo e o Ensino Secundário no Agrupamento de Escolas de Montalegre, 74,23% obtiveram aproveitamento, enquanto que 25,77% correspondem às taxas de insucesso e de abandono.

No que concerne ao abandono, a análise do quadro n.º 7 permite verificar que é no 7.º e 10.º anos de escolaridade onde se verifica uma taxa superior de abandono escolar. Deste modo, 14,28% dos alunos matriculados no 7.º ano abandonaram a escola, sendo que, destes, 92,85% pertencem ao sexo masculino. Esta realidade poderá estar relacionada com o facto de os alunos, ao transitarem para este ano de escolaridade, necessitarem de mudar de estabelecimento de ensino, o que implica a adaptação a uma escola com características e políticas de ensino diferentes (maior número de alunos e consequentemente, sistema de ensino menos individualizado).

No 10.º ano, o nível de abandono escolar é, ainda, maior pelo que 18,47% dos alunos matriculados nesse ano de escolaridade decidiram abandonar a escola. Contrariamente ao que sucede no 7.º ano, neste nível a tendência inverte-se pelo que a maioria dos alunos que abandonam a escola pertencem ao sexo feminino (64%).

3.2.1.3 – Escola das Minas da Borralha

A Escola Profissional das Minas da Borralha é uma escola particular, com um menor número de alunos (179, no ano lectivo 2002/2003), relativamente às anteriormente analisadas. Por ser uma escola mais pequena, permite aos seus alunos um ensino mais individualizado.

A distribuição dos alunos da escola da Borralha pelos diferentes ciclos é apresentada no quadro n.º 9.

Quadro n.º 9- Número de alunos 2.º Ciclo, 3.º Ciclo e Secundário

Ano		N.º Alunos	Sexo	
			M	F
2.º Ciclo	5.º Ano	28	18	10
	6.º Ano	26	14	12
	Total	54	32	22
3.º Ciclo	7.º Ano	24	9	15
	8.º Ano	26	10	16
	9.º Ano	25	9	16
	Total	75	28	47
Secundário	10.º Ano	20	11	9
	11.º Ano	14	7	7
	12.º Ano	16	4	12
	Total	50	22	28
Total Alunos		179	82	97

Fonte: *Escola das Minas da Borralha*

Do total de alunos matriculados nesta escola, 30,17% frequenta o 2.º CEB, com uma distribuição por género de 32 rapazes e 22 raparigas. Para este nível de ensino estão disponíveis 4 salas, uma para cada turma (2 turmas de 5.º ano e 2 turmas de 6.º ano), com uma média de 13,5 alunos por sala.

O 3.º Ciclo representa 41,9% do total de alunos matriculados nesta escola. O género feminino é claramente maioritário neste nível de ensino (62,67%).

No que respeita ao Ensino Secundário, estão matriculados 27,93% do total de alunos desta escola, no ano lectivo de referência, sendo que, destes, 56% pertencem ao género feminino.

O 11.º ano, com 14 alunos ou 28% da população do respectivo ciclo, é o que menos alunos possui, verificando-se paridade de género.

Quadro n.º 10 – Sucesso/ Insucesso / Abandono – 2.º e 3.º Ciclos e ensino Secundário

Ciclo	Aprovados			Retidos			Abandono		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
5.ºano	17	8	25	1	2	3	0	0	0
6.º ano	11	10	21	1	1	2	2	1	3
7.º ano	8	13	21	1	2	3	0	0	0
8.º ano	10	13	23	0	2	2	0	1	1
9.º ano	9	15	24	0	0	0	0	1	1
10.º ano	8	7	15	2	1	3	1	1	2
11.º ano	7	7	14	0	0	0	0	0	0
12.º Ano	1	5	6	3	7	10	0	0	0
Total	71	78	149	8	15	23	3	4	7

Fonte: Escola das Minas da Borralha

Dos 179 alunos a frequentar o 2.º Ciclo, o 3.º Ciclo e o Ensino Secundário na Escola das Minas da Borralha, 83,3% obtiveram aproveitamento, enquanto que 16,7% correspondem às taxas de insucesso e de abandono.

3.2.1.4 – Escola da Misarelacoop

A Escola da Misarelacoop tem, à data de 2002/2003, um total de 71 alunos, divididos pelos seguintes níveis de ensino:

Quadro n.º 11 – Número de alunos do 2º Ciclo, 3.º Ciclo e Secundário

Ciclo/Ano		N.º Alunos	Sexo	
			M	F
2.ºCiclo	5.º Ano	11	7	4
	6.º Ano	8	5	3
	Total	19	12	7
3.º Ciclo	7.º Ano	8	4	4
	8.º Ano	12	6	6
	9.º Ano	7	5	2
	Total	27	15	12
Secundário	10.º Ano	9	4	5
	11.º Ano	4	2	2
	12.º Ano	12	6	6
	Total	25	12	13
Total Alunos		71	39	32

Fonte: Escola da Misarelacoop

26,76% dos alunos matriculados neste estabelecimento de ensino frequentam, no ano lectivo de referência, o 2.º Ciclo. Pertencem ao género masculino 63,16% da população a frequentar o respectivo ciclo e os restantes 36,84% pertencem ao género feminino.

Existem 2 turmas e 2 salas, uma para cada turma. A média de alunos por turma/ sala é de 9,5 alunos.

O 3.º Ciclo representa 38,03% do total de alunos matriculados nesta escola. Apesar de não existir uma diferença significativa entre os géneros, predomina o masculino com 55,56% de alunos matriculados a frequentar este ciclo de ensino.

O Ensino Secundário representa 35,21% dos alunos matriculados no ano lectivo de referência.

O género feminino representa 52% do número de alunos matriculados no Ensino Secundário. O 11.º ano, com 4 alunos ou 16% da população do respectivo ciclo, é o que menos alunos tem, verificando-se paridade de género e comprometendo, no ano lectivo seguinte, a continuidade do 12.º ano.

Quadro n.º 12 – Sucesso/ Insucesso / Abandono – 2.º e 3.º Ciclos e Ensino Secundário

Ciclo	Aprovados			Retidos			Abandono		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
5.ºano	5	4	9	2	0	2	0	0	0
6.º ano	5	2	7	0	0	0	0	1	1
7.º ano	3	3	6	1	1	2	0	0	0
8.º ano	3	4	7	2	2	4	1	0	1
9.º ano	4	2	6	1	0	1	0	0	0
10.º ano	4	3	7	0	1	1	0	1	1
11.º ano	2	2	4	0	0	0	0	0	0
12.º Ano	4	5	9	2	1	3	0	0	0
Total	30	25	55	8	5	13	1	2	3

Fonte: *Escola da Misarelacoop*

Dos 71 alunos a frequentar o 2.º Ciclo, o 3.º Ciclo e o Ensino Secundário na Escola da Misarelacoop, 77,46% obtiveram aproveitamento, enquanto que 22,54% correspondem às taxas de insucesso e de abandono.

3.2.2 Caracterização global das escolas do concelho

Quadro n.º 13 - Total de alunos a frequentar o 2.º Ciclo, o 3.º Ciclo e o ensino Secundário no concelho de Montalegre independentemente de agrupamentos e escolas

Ciclos de Ensino e Ensino Secundário	N.º de Alunos	Sexo	
		M	F
2.º Ciclo	269	147	122
3.º Ciclo	466	231	235
Ensino Secundário	302	119	183
TOTAL	1037	497	540

Dos 1037 alunos referidos, 45% frequentam o 3.º Ciclo do Ensino Básico e somente 26% frequentam o 2.º Ciclo do mesmo ensino, o que poderá indicar uma diminuição significativa da taxa de natalidade na região.

Quadro n.º 14 - Total de alunos aprovados / retidos/ abandono no concelho de Montalegre independentemente de agrupamentos e escolas

Ciclo	Aprovados			Retidos			Abandono		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
5.ºano	70	52	122	7	1	8	1	0	1
6.º ano	62	58	120	5	6	11	0	2	2
7.º ano	54	63	117	20	9	29	14	2	16
8.º ano	67	61	128	18	10	28	9	1	10
9.º ano	42	73	115	6	9	15	5	4	9
10.º ano	32	55	87	8	14	22	11	14	25
11.º ano	21	39	60	5	5	10	3	0	3
12.º Ano	13	26	39	26	27	53	0	0	0
Total	361	427	788	95	81	179	43	23	70

Os 788 alunos com aproveitamento correspondem a 75.98% da população escolar total no concelho. Os restantes 24,02% representam o insucesso/abandono, para o qual o maior contributo é dado pelos 7.º e 10.º anos de escolaridade, com uma taxa global de 8,87%.

Tendo em conta esta realidade e, no sentido de combater o abandono escolar e de incentivar os alunos a completarem, no mínimo, o 9.º ano de escolaridade, o município de Montalegre isentou do pagamento da comparticipação em transportes escolares, os alunos que já não se encontram abrangidos pela escolaridade obrigatória (mais de 15 anos) que frequentem o 3.º CEB.

Quadro n.º15 – Abandono escolar, por escolas

Escolas	Total Alunos	Abandono Escolar	Ciclos		
			2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário
Agrupamento de Escola Baixo Barroso	170	10	0	4	6
Agrupamento de Escolas Montalegre	617	50	1	29	20
Escola Prof. Minas da Borralha	179	7	3	2	2
Escola Misarelacoop	71	3	1	1	1
Total	1037	70	5	36	29

A análise do quadro n.º 15 permite concluir uma taxa de abandono escolar superior nas escolas da rede pública, em comparação com as duas escolas particulares existentes no concelho. Desta forma, no Agrupamento de Escolas do Baixo Barroso abandonaram a escola 5.88% dos alunos matriculados e no Agrupamento de Escolas de Montalegre a taxa de abandono escolar foi de 8.1%. Na escola Profissional das Minas da Borralha e na Escola Misarelacoop abandonaram a escola 3.91% e 4.22% dos alunos, respectivamente.

As diferenças encontradas ao nível das diferentes escolas podem estar relacionadas, por um lado, com o número de alunos matriculados nas diferentes escolas (as particulares recebem um número de alunos significativamente inferior às escolas públicas) e com as consequentes políticas de ensino adoptadas por cada uma delas. Por outro lado, ao nível do ensino secundário, os cursos disponíveis em cada uma das escolas pode também favorecer as diferenças encontradas. Assim, as escolas da rede pública têm para oferecer

aos seus alunos cursos de carácter geral, enquanto as escolas particulares usufruem de cursos de carácter tecnológico, nomeadamente Administração e Técnicas Comerciais na Borralha e Acção Social na Misarelacoop. Este tipo de cursos permite uma qualificação profissional mais rápida, o que poderá ir de encontro às necessidades apresentadas pelos alunos do concelho.

No entanto, apesar desta tendência, o concelho de Montalegre, segundo dados oficiais do ano de 2001, é um dos que apresentam uma taxa de abandono escolar mais baixa (3.5%) em comparação com os diferentes concelhos do distrito de Vila Real, sendo que apenas dois deles apresentam valores inferiores (Chaves 3.2% e Vila Real 1.9%). Apresenta, contudo, uma taxa de abandono escolar superior à nacional (2.7%).

3.2.2.1 - Taxas de cobertura

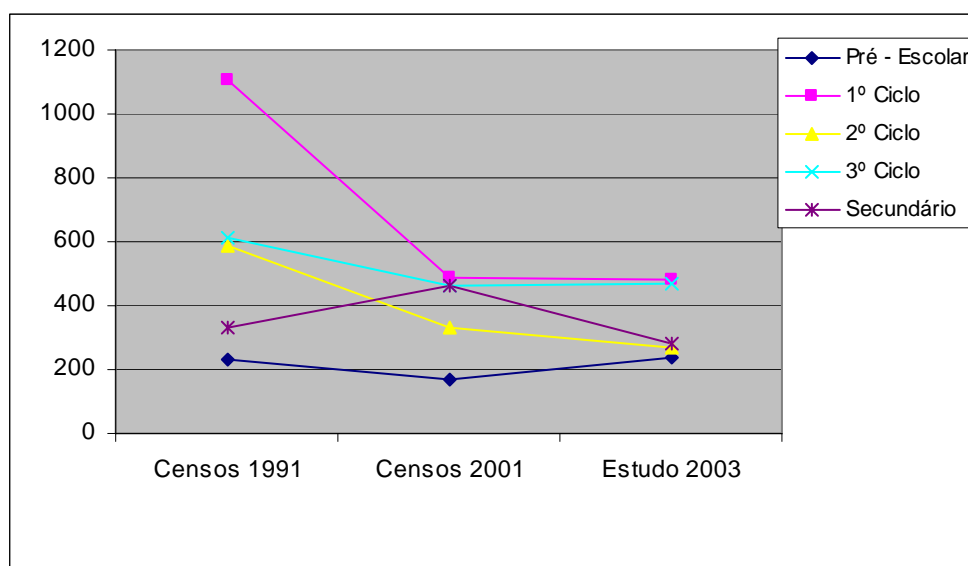
No que concerne às taxas de cobertura do ensino pré-escolar, constata-se que o total de crianças a frequentar os estabelecimentos educativos no ensino pré-escolar público sedeados no concelho de Montalegre, abrangem 77.45% face à estimativa das crianças residentes no concelho com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos (306). É de realçar o facto de existirem cerca de 25 crianças a frequentarem o jardim-de-infância da Santa Casa da Misericórdia (8.2%), o que totaliza uma taxa de cobertura de 85.65%.

Esta taxa de cobertura prende-se com o facto de todas as localidades do concelho (135) estarem abrangidas por uma rede de transportes escolares gratuitos, para este nível de ensino, o que permite a deslocação das crianças para a escola mais próxima da sua área de residência. Paralelamente, o Município fornece, gratuitamente, o almoço a todas as crianças deslocadas.

Esta taxa de cobertura poderia ser mais elevada, uma vez que existe uma sub – lotação das salas do ensino pré-escolar. Contudo, como este nível de ensino não é obrigatório e há, no concelho, um número significativo de mulheres desempregadas, estas optam por cuidar dos seus filhos em casa ou, por outro lado, recorrem a redes familiares de apoio.

3.2.3 - Dados comparativos entre 1991 – 2001 – 2003

Gráfico n.º 3 – Evolução do número de alunos entre 1991 – 2001 – 2003



A análise do gráfico n.º 3 permite verificar a evolução do número de alunos do concelho de Montalegre, por diferentes níveis de ensino, nos anos de 1991, 2001 e 2003.

Com efeito, parece existir uma tendência nos diferentes níveis de ensino para a diminuição do número de alunos de 1991 para 2001. No que se refere ao ano de 2003, embora tenha havido alteração no número de alunos em relação a 2001, esta não foi tão evidente, provavelmente por se considerar um intervalo de tempo mais pequeno.

O ensino pré-escolar, no ano de 1991, era frequentado por 233 alunos, tendo este número diminuído significativamente no espaço de 10 anos (167 crianças em 2001). No que respeita ao ano de 2003, frequentavam este nível de ensino 237 alunos.

No 1º Ciclo houve um decréscimo de 55.9% no número de alunos de 1991 para 2001 (1105 para 487), verificando-se em 2003 também uma diminuição do número de crianças a frequentar este ciclo (482), mas com uma diferença de apenas 5 alunos, em relação a 2001.

No que respeita ao 3º Ciclo, à data dos censos de 1991, este era frequentado por 614 alunos, tendo-se verificado nos censos de 2001 uma variação negativa de 24.4% (frequentavam este ciclo 462 alunos). Em 2003, frequentavam este nível de ensino mais 2 alunos do que em 2001.

Ao nível do Secundário, verificou-se, em 2001, ao contrário do que aconteceu nos restantes ciclos, um aumento no número de alunos em relação a 1991 (334 alunos para 463), tendo este número diminuído significativamente nos dois anos que se seguiram (em 2003, a população estudantil, ao nível do Secundário, diminuiu no concelho de Montalegre cerca de 34.8%).

Em suma, independentemente do ciclo de ensino, constatou-se frequentarem a escola em 1991, no concelho de Montalegre, 2873 indivíduos. Desde então este número tem vindo a diminuir. Em 2001 frequentaram o ensino 1913 estudantes (menos 33,4% que em 1991). Em 2003 frequentaram o ensino 1756 alunos, menos 38,9% que em 1991 e menos 8,2% que em 2001.

3.3 - Crianças com necessidades educativas especiais

Nos anos de 2001 a 2004, foi identificado, no âmbito das parcerias entre o Projecto de Luta Contra a Pobreza “Terras de Barroso do seu Gabinete de Apoio à Infância e Juventude (GAIJ) e das escolas do concelho de Montalegre, um conjunto de crianças que, pelas suas características particulares, apresentavam necessidades educativas especiais. Entende-se, neste contexto, por criança com necessidades educativas especiais toda aquela que apresenta necessidade de acompanhamento individualizado ou de medidas de ensino particulares, mas também com necessidade de acompanhamento psicossocial, por um conjunto de problemas que abarcam não só a deficiência ou atraso mental, mas as dificuldades de aprendizagem, a hiperactividade e outros problemas de comportamento, como as dificuldades em manter a atenção, entre outras.

Deste modo, foram identificadas no intervalo de tempo considerado (2001 a 2004), 63 crianças com necessidades educativas especiais, divididas pelos diferentes níveis de ensino.

No ensino pré-primário foram despistadas 7 situações, 4 rapazes e 3 raparigas, com este tipo de necessidades (problemas de défice de atenção com hiperactividade, atraso do desenvolvimento global, autismo e deficiência mental).

No 1.º Ciclo, identificaram-se 36 crianças, 23 rapazes e 13 raparigas, nas quais as necessidades educativas especiais se manifestavam através de toda uma série de

problemáticas como hiperactividade; depressão infantil; transtornos da conduta; atraso mental; deficit sensório-motor; dificuldades de aprendizagem; dificuldades para manter a atenção; deficiência Mental;

No 2.º Ciclo, apareceram 8 casos, 6 rapazes 2 raparigas, com necessidades educativas especiais, destacando-se, como principais problemas, os transtornos de conduta e o deficit de estimulação.

No 3.º Ciclo, foram diagnosticadas necessidades educativas especiais a 12 indivíduos, 3 rapazes e 9 raparigas, tendo sido identificados, como problemas determinantes, a diversidade de interesses, os transtornos de conduta, o atraso mental e a depressão.

Dos dados anteriores, é de destacar que os rapazes representam 57,14% da população diagnosticada com necessidades educativas especiais e que tal se deve ao facto de ser junto desta população que mais vezes se puderam verificar, em termos de prevalência, a maior parte dos diagnosticados com transtornos de conduta.

Por sua vez, 10 destas crianças, 5 rapazes e 5 raparigas, foram identificadas como sendo crianças em perigo, recaindo sobre as suas pessoas Processos de Promoção e Protecção de Menores. Todas elas se encontram ao cuidado de famílias de acolhimento ou de instituições.

No entanto, apesar do número de crianças com necessidades educativas especiais ser considerável, não existem no concelho de Montalegre respostas para este tipo de problemáticas, verificando-se apenas a existência de alguns professores de apoio, designados professores de ensino especial em algumas das escolas. Contudo, a maior parte destes professores não apresenta qualquer tipo de especialização na área das necessidades educativas especiais que lhes permita uma acção direccionada e adaptada às crianças a quem o seu trabalho se dirige.

Por outro lado, a ausência de técnicos nas escolas, designadamente de técnicos de psicologia e, conseqüentemente, a ausência de equipas multidisciplinares dificulta o acompanhamento das crianças com necessidades educativas especiais. Esta ausência tem vindo a ser suprida pelo Gabinete de Apoio à Infância e Juventude (GAIJ), criado no âmbito do Projecto de Luta Contra a Pobreza “Terras de Barroso”, que tem sinalizado e acompanhado este tipo de crianças. No entanto, este mostra-se insuficiente devido ao reduzido número de técnicos que possui, ao número de crianças com

necessidade de acompanhamento que tem vindo a aumentar e, por outro lado, pelo facto destas crianças se encontrarem distribuídas pelas várias escolas do concelho, com uma dispersão geográfica bastante acentuada.

3.4 - Competências da Autarquia

Em 1984, surgiram as primeiras leis conferindo às Autarquias competências na área da Educação, nomeadamente na gestão dos transportes escolares e na acção social escolar, muito embora sem a necessária correspondência financeira. Em 1986, a Lei de Bases do Sistema Educativo introduziu disposições que visam integrar a participação das autarquias na área educativa, apontando para a descentralização de competências e para a interligação entre escolas, autarquias e comunidade.

A intervenção da Câmara Municipal de Montalegre tem sido efectuada assegurando os transportes escolares e a acção social escolar, realizando obras de recuperação de edifícios, apoiando as iniciativas das escolas, participando nos órgãos de gestão onde a representação autárquica existe, apoiando o desporto escolar, cedendo espaços e equipamentos, apoiando projectos e garantindo o prolongamento de horário e refeições no pré-escolar e 1º ciclo.

No decorrente ano lectivo, a Câmara Municipal de Montalegre, no âmbito da acção social, concedeu os seguintes apoios:

- fornecimento de manuais escolares a alunos do 1º Ciclo pertencentes a agregados familiares carenciados – 29 alunos;
- subsídio de transporte a crianças e jovens com deficiência que frequentam escolas fora do concelho – 2 alunos;
- suplemento alimentar a crianças do pré-escolar e 1º Ciclo pertencentes a agregados familiares carenciados – 15 alunos;
- apoio para material escolar a todos os alunos do 1º Ciclo e pré-escolar (10€por aluno);
- isenção de pagamento de comparticipação nos transportes escolares a alunos que frequentam o Ensino Secundário e pertencem a agregados familiares carenciados – 11 alunos;
- isenções de pagamento de transportes escolares a todos os alunos que, não estando na escolaridade obrigatória, frequentam o ensino básico;

- financiamento da introdução da língua Inglesa no 1º Ciclo para alunos do 3º e 4º anos de escolaridade.

Ao nível da articulação da comunidade educativa, desde 1996 que existem órgãos consultivos onde a representação das escolas está assegurada, existindo actualmente o Conselho Municipal de Educação.

Quadro n.º 16 – Acção Social Escolar

EDUCAÇÃO PRÉ - ESCOLAR					
Agrupamento de Escolas de Montalegre			Agrupamento de Escolas de Baixo Barroso		
Prolongamento	Refeições	Transportes	Prolongamento	Refeições	Transportes
5 alunos	66 alunos	66 alunos	38 alunos	49 alunos	49 alunos
1º CICLO					
Agrupamento de Escolas de Montalegre			Agrupamento de Escolas de Baixo Barroso		
Refeições		Transportes	Refeições		Transportes
121 alunos		121 alunos	28 alunos		28 alunos
2º CICLO					
Agrupamento de Escolas de Montalegre			Agrupamento de Escolas de Baixo Barroso		
Transportes			Transportes		
103 alunos			65 alunos		
3º CICLO					
Agrupamento de Escolas de Montalegre			Agrupamento de Escolas de Baixo Barroso		
Transportes			Transportes		
176 alunos			111 alunos		
SECUNDÁRIO					
Agrupamento de Escolas de Montalegre			Agrupamento de Escolas de Baixo Barroso		
Transportes			Transportes		
115 alunos			60 alunos		

Fonte – Câmara Municipal de Montalegre – Divisão Sócio Cultural

3.5 - Síntese conclusiva

O concelho de Montalegre defronta-se com um cenário de qualificações académicas de baixo nível, o que acaba por ter incidências negativas, quer ao nível do acesso, quer ao nível da criação de novos empregos. Assim, parece possível antever um quadro territorial marcado por uma situação de carência de recursos humanos tecnicamente qualificados, bem como de actividades empresariais, de possibilidades de emprego e de capacidade de fixação local, nomeadamente para as camadas mais jovens da população. Verifica-se que o concelho de Montalegre é portador de uma taxa de analfabetismo de 22.6%, superior à do Alto Trás-os-Montes e à nacional. Dentro desta mesma tendência, podemos ainda referir que cerca de 40% da população residente neste concelho possui, como nível máximo de qualificação escolar, o 1º Ciclo.

O baixo nível de qualificações académicas, que caracteriza o concelho, pode também estar relacionado com a diminuição da taxa de natalidade, que implica, por um lado, um cada vez menor número de crianças e, conseqüentemente, de alunos nas escolas e contribui para o envelhecimento da população que, como referido anteriormente, apresenta um nível baixo de qualificações académicas.

A diminuição de alunos nas escolas tem também a sua origem na crescente taxa de abandono escolar, aspecto que parece estar relacionado com o facto de a maioria dos alunos pertencer a grupos sócio-económicos e educativos desfavorecidos, ou seja, parece existir um perfil de alunos que apresentam insucesso escolar e, em consequência, abandonam a escola precocemente. Estes são, normalmente, crianças/jovens pertencentes a famílias com baixas habilitações literárias, baixos rendimentos e dificuldades económicas pelo que o abandono escolar surge como resultado do insucesso escolar continuado, da falta de acompanhamento e de apoio por parte das famílias às suas crianças, necessários para a sua progressão na escola e, em última análise, pela necessidade de atingir alguma autonomia financeira, nomeadamente através do recurso à emigração.

Verifica-se também, nas escolas do concelho de Montalegre, a falta de recursos humanos, nomeadamente de equipas multidisciplinares que possam apoiar e acompanhar os alunos com necessidades educativas e aqueles que apresentam insucesso escolar repetido e que se encontram em risco de abandono escolar.

Relativamente às condições físicas das escolas, o concelho de Montalegre oferece equipamentos favoráveis ao bom funcionamento das mesmas e ao sucesso escolar dos seus alunos (nomeadamente, aquecimento central, cantinas e equipamentos informáticos), bem como uma rede de transportes escolares que cobre toda a área do concelho. Esta rede de transportes representa um custo por aluno bastante elevado pois, sendo o concelho de Montalegre bastante vasto e o número de alunos reduzido, é necessário percorrer muitos km para transportar poucos alunos.

Existe, também, uma disparidade no concelho, no que respeita à localização das várias escolas do 2.º CEB, do 3.ºCEB e do Secundário, uma vez que na zona do Baixo Barroso estão sedeadas três das quatro escolas existentes, uma oficial e duas particulares (a Escola – sede – do Agrupamento de Escolas do Baixo Barroso, a Escola Profissional das Minas da Borralha e a Escola Misarelacoop). Importa ainda referir que parece não existir uma política concertada entre as várias escolas do concelho no sentido de encontrar as soluções mais adequadas à realidade educativa concelhia, nomeadamente através da criação de um maior número de cursos de áreas diversificadas. Como consequência, alguns dos alunos vêm-se obrigados a frequentar escolas fora do concelho (Chaves, Cabeceiras, Braga), que lhes oferecem um leque mais vasto de áreas e cursos, nomeadamente ao nível de cursos de carácter profissionalizante.

Por outro lado, a ausência de perspectivas em relação ao futuro e a ausência de oportunidades profissionais na sua zona de residência favorece a mobilidade da população jovem para fora do concelho.

4 - SAÚDE

4.1 – Equipamentos e serviços de saúde

Este capítulo visa apresentar uma análise da saúde no concelho de Montalegre.

O concelho de Montalegre em termos de equipamentos (vide quadro n.º 1) é servido por um Centro de Saúde, localizado na sede do concelho (em Montalegre), e por nove extensões, distribuídas pelas seguintes freguesias: Cabril, Covelães, Ferral, Vilar de Perdizes, Solveira, Tourém, Venda Nova, Viade de Baixo e Salto.

Quadro n.º1 – Centro de Saúde e suas extensões

Montalegre	Centro de Saúde		Extensões do Centro de Saúde	Camas	Consultas	Internamentos	Dias de Internamento	Pessoal ao Serviço		
	Com Interna.	Sem Interna.						Total	Médico	Enferma.
	Nº									
1996	1	—	9	17	26821	333	4601	—	—	—
1997	1	—	9	17	31187	309	4357	—	—	—
1998	1	—	9	17	32015	276	4698	56	8	17
1999	1	—	9	17	32245	292	5184	55	8	15
2000	1	—	9	17	35323	308	4746	62	10	17
2001	1	—	9	17	36449	341	6011	69	11	18

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

Existe ainda uma policlínica particular com as seguintes especialidades: Ginecologia, Pediatria, Dermatologia, Gastreenterologia, Urologia e Medicina Dentária.

O Centro de Saúde de Montalegre tem internamento (17 camas) e oferece os cuidados primários de saúde. Em termos de cuidados diferenciados, os residentes têm de se deslocar ao Hospital Distrital de Chaves.

Existem três postos de enfermagem, um em Cabril, outro em Montalegre e um outro na Vila de Salto.

O concelho possui quatro farmácias, duas em Montalegre, uma em Salto, uma em Vilar de Perdizes e dois postos de medicamentos, um em Cabril e outro na Borralha. Existem dois serviços de análises clínicas (uma delas a funcionar na Policlínica).

A nível da Medicina Dentária, existem sete clínicas de Medicina Dentárias, cinco delas sedeadas na Vila de Montalegre, outra na aldeia de Viade de Baixo e outra na Vila de Salto.

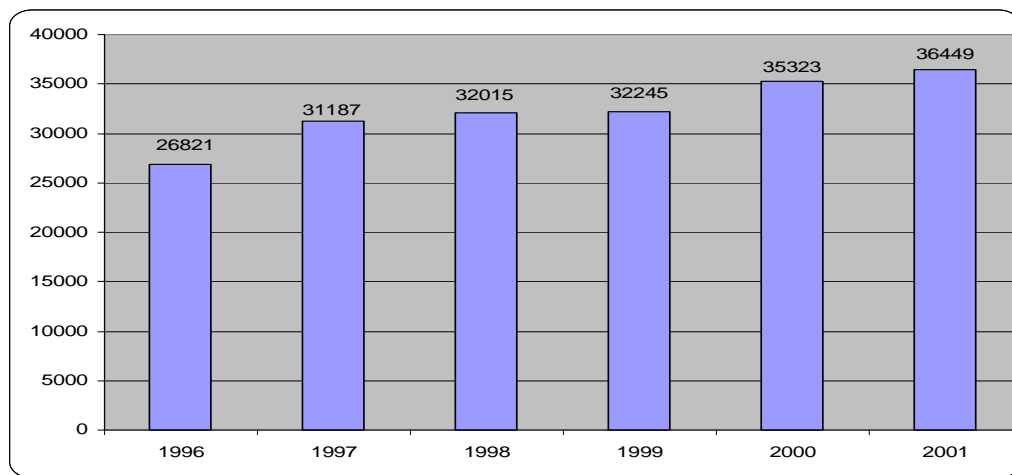
Existem duas Associações de Bombeiros, os Bombeiros Voluntários de Montalegre e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Salto, possuindo, respectivamente, seis ambulâncias os Bombeiros Voluntários de Montalegre (5 ao serviço dos doentes e 1 ao serviço do INEM) e quatro ambulâncias e duas carrinhas a associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Salto.

4.2 – Consultas efectuadas no Centro de Saúde e suas extensões

As consultas no Centro de Saúde, de acordo com o gráfico n.º 1 e nas suas extensões aumentaram consideravelmente desde 1996 (26821) até 2001 (36449), ou seja, verificou-se um aumento total de 9628 consultas. A maior parte das consultas (vide quadro n.º 1, anexo III) são de Medicina Geral e Familiar/Clínica Geral. Em segundo lugar esta a especialidade em Saúde Infantil Juvenil/Pediatria. Seguem-se as consultas com especialidade em Planeamento Familiar e por fim a Saúde Materna/Obstetrícia. Além destas, existem ainda as especialidades de Pedopsiquiatria (serviço prestado através de vídeo conferência) e de Pequena Cirurgia.

Não existem as especialidades de Estomatologia, Ginecologia, Otorrinolaringologia, Pneumologia, entre outras.

Gráfico n.º 1 – Evolução do número total de consultas no Centro de Saúde e suas extensões



Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

4.3 – Óbitos segundo a causa de morte

Como podemos observar no gráfico e no quadro n.ºs 2, o número de óbitos é irregular no concelho de Montalegre, entre 1996 e 1999, destacando-se o ano de 1998 com maior número de óbitos (241). O número total de óbitos é mais elevado nos homens do que nas mulheres. A principal causa de morte, no concelho de Montalegre deriva de doenças cérebro-Vasculares, sendo estas mais frequentes nos homens, de acordo com o quadro n.º 2.

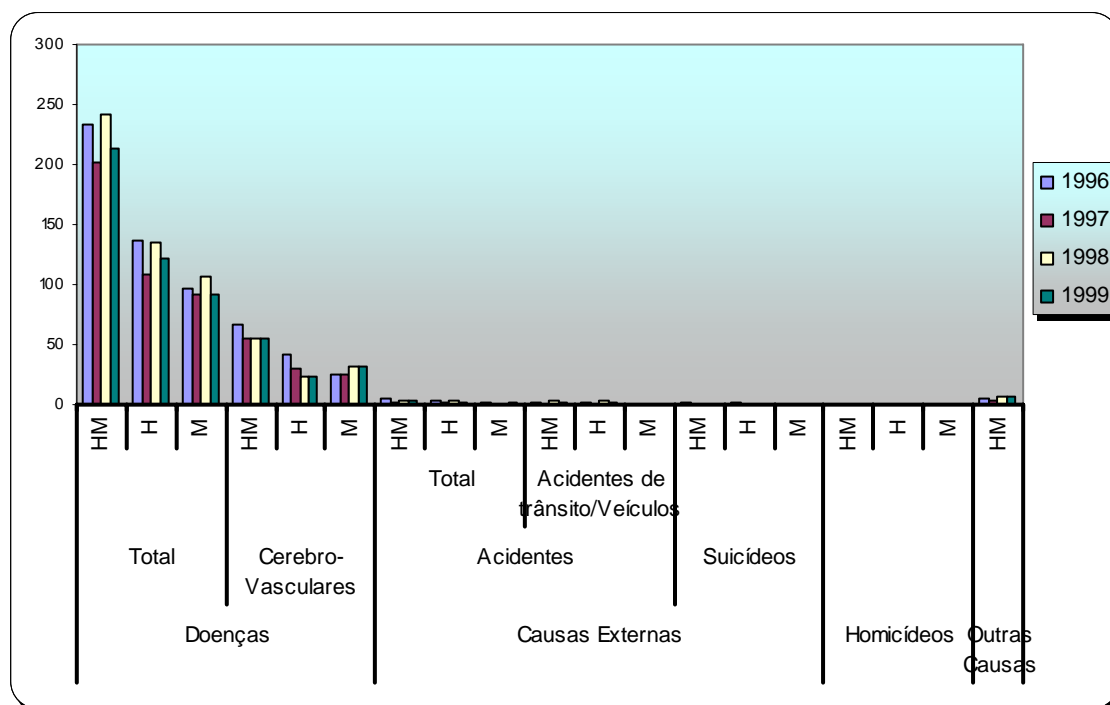
Quadro n.º2 – Óbitos segundo a causa de morte, de 1996 a 1999

Montalegre	Doenças								Suicídios	Hominídeos		Causas Externas não Especificadas	
	Total		Doenças Cerebro-Basculares		Acidentes								
					Total		Acidentes de Trânsito c/ Veículo a Motor						
HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	
1996	233	136	66	41	5	3	1	1	1	1	-	-	5
1997	201	109	55	30	2	2	-	-	-	-	-	-	3
1998	241	135	55	23	3	3	3	3	-	-	-	-	6
1999	213	122	55	24	4	2	2	2	-	-	-	-	6

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

A segunda causa de morte deve-se a outras causas externas não especificadas. Seguem-se as causas externas que advêm de acidentes. Os acidentes de trânsito, com veículos a motor, são pouco significativos, embora tenham aumentado em 1998. Apenas se registou 1 suicídio no ano de 1996 e não houve homicídios nos anos considerados.

Gráfico n.º 2 – Óbitos segundo causa de morte no concelho de Montalegre, entre 1996 e 1999



Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

4.4 – Indicadores de Saúde

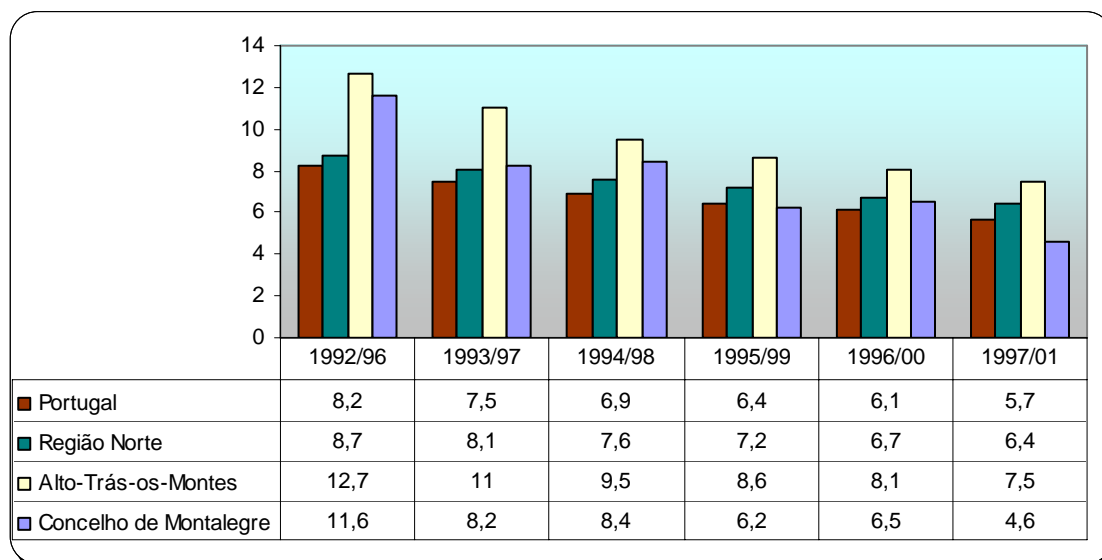
4.4.1 - Taxa de mortalidade infantil¹

Verifica-se, pela análise do gráfico n.º 3, uma diminuição da taxa de mortalidade infantil desde o período de 1992/1996 até 1997/2001, em todas as unidades geográficas em comparação. No entanto, o decréscimo foi mais notório no concelho de Montalegre, com uma redução de 7%, pois, de 11, 6%, no período de 1992/1996, passou para 4,6% em 1997/01, atingindo o valor mais baixo da taxa de mortalidade infantil, relativamente às restantes entidades.

Por outro lado, o Alto Trás-os-Montes apresentou a taxa de mortalidade infantil mais elevada em 1992/1996 e, embora com uma diminuição de 5,2%, continuou, em 1997/01, a superar as demais entidades em referência.

¹ **Taxa de Mortalidade Infantil** - Representa o número de óbitos de crianças de menos de um ano por 1000 nados-vivos).

Gráfico n.º 3 – Evolução da taxa média de mortalidade infantil, por NUTs (%)

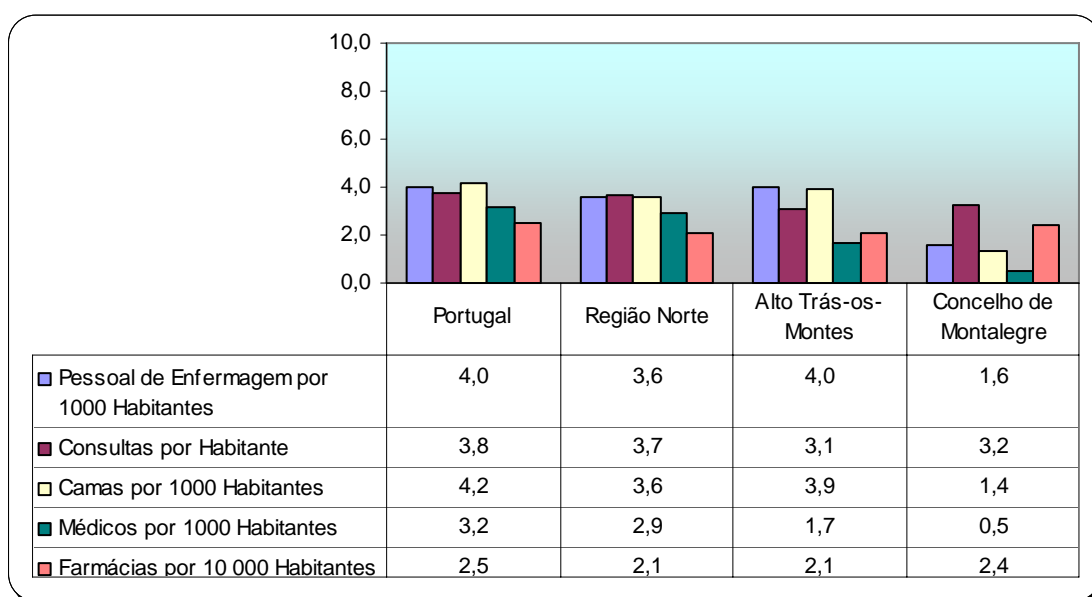


Fonte: INE, *Anuário Estatístico de Portugal e da Região Norte*

4.4.2 – Indicadores gerais de saúde

Existe uma grande disparidade nos indicadores de saúde quando comparamos o concelho de Montalegre com Portugal, com a Região Norte e com a sub-região do Alto Trás-os-Montes. É bem visível esta discrepância em quase todos os indicadores que constam no gráfico seguinte.

Gráfico n.º 4 – Indicadores gerais de saúde



Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal e da Região Norte*

Esta assimetria é mais notória relativamente ao número de médicos por 1000 habitantes, tendo Portugal o valor mais elevado (4,2), seguido da região Norte (2,9), do Alto Trás-os-Montes (1,7) e, muito aquém destes, o concelho de Montalegre, com apenas 0,5 médicos por mil habitantes. O mesmo se passa em relação ao número de camas e ao número de pessoal de enfermagem, que é muito menor no concelho de Montalegre do que nas restantes áreas em análise.

Já em relação às consultas por habitante, a situação é mais uniforme, apresentando o concelho de Montalegre valores mais próximos das demais entidades.

No que respeita ao número de farmácias por 10 000 habitantes, ultrapassa mesmo os valores do Alto Trás-os-Montes e da Região Norte.

4.5 - Síntese conclusiva

Montalegre apresenta alguns estrangulamentos no sector da saúde, o que se traduz pela insuficiência de recursos humanos e por uma lacuna generalizada ao nível dos equipamentos.

À deficiente cobertura ao nível das infra-estruturas físicas, é de acrescentar o deficit de meios humanos que afecta de forma acentuada esta região. De facto, nos cuidados de saúde primários e nos cuidados de saúde diferenciados, as vagas existentes nos quadros de pessoal não estão devidamente preenchidas, o que acarreta um número elevado de utentes por cada médico e por cada enfermeiro.

Em relação às extensões médicas, estas não apresentam as imprescindíveis condições de funcionalidade na medida em que o atendimento médico só é possível em alguns dias da semana, o que prejudica em muito os utentes desta zona.

É de notar que o Centro de Saúde se encontra sub-utilizado. O laboratório de análises clínicas e o raios X não prestam serviços devido à falta de meios humanos.

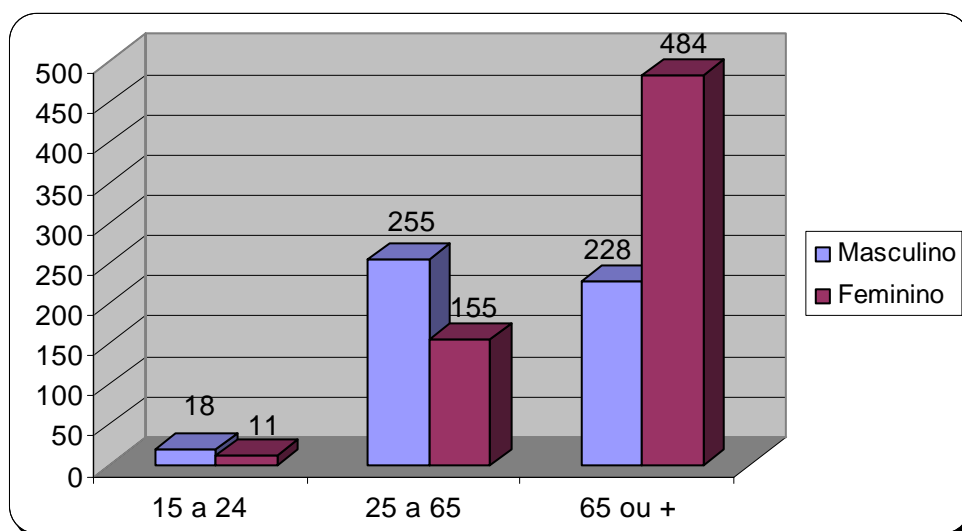
Do exposto, se conclui que o nosso concelho carece de serviços diferenciados, como consultas de especialidade e meios de diagnóstico complementar. De facto, poder-se-á afirmar que os grandes centros urbanos continuam a ser os polarizadores da prestação de grande parte dos cuidados de saúde, tendo menor acessibilidade à sua utilização os residentes das zonas mais isoladas.

5 - ACÇÃO SOCIAL

5.1 - População idosa – equipamentos, serviços e pensões

Interessa agora traçar aquilo que existe actualmente em termos de respostas para a Terceira Idade ao nível da acção social. Segundo informações recolhidas no Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Vila Real (Serviço de Montalegre), a existência de idosos sós, em situação de dependência e sem retaguarda familiar, constitui um dos principais problemas do concelho. A este respeito, o gráfico seguinte demonstra-nos que 712 pessoas, com idades superiores a 65 anos, vivem sozinhas. Este valor torna-se ainda mais significativo no caso das mulheres desse mesmo grupo etário, das quais 484 vivem nestas condições, o que podemos concluir que, na maior parte dos casos, se trata de situações de viuvez.

Gráfico n.º 1 – Famílias compostas por uma pessoa, segundo o sexo e o grupo etário



Fonte – INE, *Recenseamento Geral da População*

Perante estes dados, torna-se importante conhecer as respostas existentes presentemente, no concelho de Montalegre, face a estas realidades.

Actualmente existem 7 IPSS's em todo o concelho de Montalegre. Estas instituições estão voltadas, na maioria dos casos, para as camadas mais idosas da população.

Quadro n.º 1 - IPSS's sedeadas no concelho de Montalegre

Instituição	Valências	Total de Utentes
Associação O Campo (Cervos)	Apoio Domiciliário	28
Associação Borda D'Água (Salto)	Apoio Domiciliário	30
	Apoio Domiciliário Integrado	10
	Lar de Idosos	30
	Centro de Dia	30
Centro Social e Paroquial de Cabril	Apoio Domiciliário	30
Santa Casa da Misericórdia de Montalegre	Centro de Dia	30
	Lar de Idosos	85
Centro Social e Paroquial de Vila da Ponte	Apoio Domiciliário	43
Centro Social e Paroquial de Vilar de Perdizes	Apoio Domiciliário	9
	Centro de Dia	20
Centro Comunitário de Paredes do Rio	Apoio Domiciliário	10

Fonte – Centro Distrital da Segurança Social de Vila Real

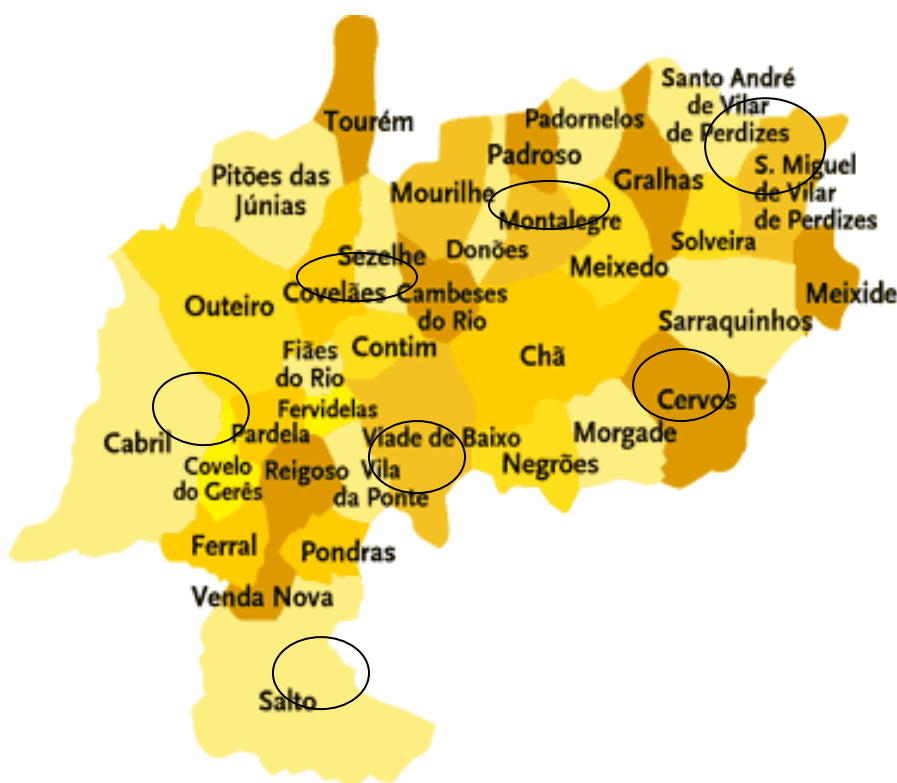
Um total de 355 idosos estão incluídos nestes serviços, o que perfaz 10.09% da população idosa, estando a descoberto 89.91% deste estrato etário.

A larga lista de espera de pessoas que pretendem integrar os lares é um problema que urge resolver, sendo alguns dos casos pontualmente solucionados pela inserção em Famílias de Acolhimento. Há pessoas que estão há muito tempo inscritas nos lares do nosso município e em todos os concelhos vizinhos, havendo idosos que só conseguem entrar nessas instituições graças à boa situação financeira, mas, mesmo assim, vêm-se obrigados a deslocarem-se para lugares mais distantes do seu meio social e familiar.

A valência Apoio Domiciliário é, sem dúvida, a predominante, mas oferece uma cobertura insuficiente, nomeadamente nas freguesias de Ferral, Covêlo do Gerês, Pitões, Tourém, Paradela do Rio e Outeiro, havendo indicações técnicas, no âmbito da Rede Social, da importância do alargamento geográfico deste tipo de apoio. Factores a realçar são as longas distâncias entre as aldeias, as fracas acessibilidades e, ainda, a dispersão populacional o que, como consequência, não torna possível ao Serviço de Apoio

Domiciliário abranger um vasto número de utentes. Este facto é fácil de observar na medida em que das 35 freguesias que compõem o concelho, só em 7 delas é que existem entidades com respostas no âmbito da acção social. Recentemente foi criado um novo equipamento, o Centro Comunitário, sito na aldeia de Paredes do Rio, freguesia de Covelães, que irá dar respostas aos idosos das freguesias circundantes. Esta estrutura foi apoiada pelo Projecto Terras de Barroso, pelo Parque Nacional Peneda Gerês e pelo Município de Montalegre.

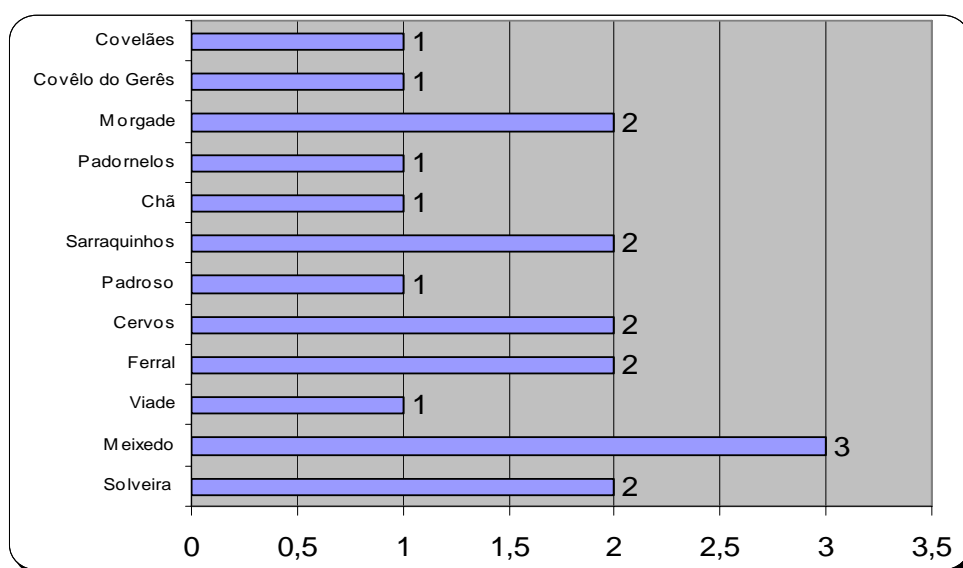
Figura n.º 1 - Distribuição das IPSS's no concelho



Fonte : Centro Distrital Segurança Social de Vila Real

Devido ao facto das respostas sociais serem insuficientes, esta faixa populacional recorre às Famílias de Acolhimento, recurso valioso, mas também insuficiente. O acolhimento familiar consiste na integração temporária ou permanente de pessoas idosas/adultos dependentes, em famílias consideradas idóneas, quando, por ausência de familiares e/ou respostas sociais, não se possam manter no domicílio.

Gráfico n.º 2 – Número de famílias de acolhimento existentes, por freguesia



Fonte: Centro Distrital Segurança Social de Vila Real

Entre 1996 e 2003, beneficiaram do acolhimento familiar 33 idosos. Em 2003, continuaram a usufruir desta resposta social 17 idosos.

5.1.1 - Pensionistas

O envelhecimento populacional é, na generalidade, acompanhado por um aumento de dependência pecuniária face às prestações sociais do Estado. Sabemos que em Portugal o nível e o montante das pensões de velhice e de sobrevivência são muito baixos, o que torna os idosos pensionistas, nomeadamente os que vivem em zonas rurais, numa categoria social particularmente vulnerável à pobreza e à desintegração social. Pelos dados abaixo apresentados, podemos constatar a prevalência desta situação no nosso concelho.

Quadro n.º 2 - Pensionistas

Montalegre	Total		Invalidez		Velhice		Sobrevivência		Pensionistas em 31/12 por 100 habitantes
	Total	Pensionistas em 31/12	Total	Pensionistas em 31/12	Total	Pensionistas em 31/12	Total	Pensionistas em 31/12	
	Nº								%
2001	5136	4873	468	456	3461	3283	1207	1134	39,14
2000	5117	4879	504	594	3420	3265	1193	1120	38,2
1999	5148	4864	536	521	3426	3229	1186	1114	35,9
1998	5160	4880	539	531	3473	3273	1148	1076	35,5
1997	5223	4978	559	545	3549	3383	1115	1050	35,6
1996	5238	4953	567	548	3567	3377	1104	1028	35

Fonte: INE, Anuário Estatístico de Portugal e da Região Norte

Assim, a existência de 39.14% de pensionistas, no ano de 2001, traduz inevitável contexto de vulnerabilidade à exclusão, principalmente se tivermos em linha de conta o carácter de relativa fragilidade do Sistema de Segurança Social em Portugal.

Efectivamente, o sistema de protecção social depara-se com condicionantes de ordem económica e de ordem social. As condicionantes económicas estão relacionadas com o decréscimo da produtividade e com o crescimento de desemprego e a sua consequente persistência. As condicionantes sociais prendem-se com a retracção das redes de solidariedade locais, com o envelhecimento galopante da população, com a feminização do envelhecimento, com as mutações familiares e com a qualificação dos indivíduos. Um facto a ter em conta é o aumento da percentagem do número de pensionistas, ao longo dos anos, como consequência do elevado índice de envelhecimento da população e a negativa taxa de crescimento. É de realçar que a pensão de velhice é a que detém o maior número de indivíduos, o que vem comprovar os dados acima referidos.

5.2 – Equipamentos de apoio à infância

Ao nível das respostas sociais de apoio à infância, o concelho de Montalegre dispõe apenas de dois equipamentos, pertencentes a uma IPSS sedeadada em Montalegre – a Santa Casa da Misericórdia de Montalegre. Esses equipamentos são uma creche, destinada a crianças dos 3 meses aos 3 anos, durante o período correspondente ao do trabalho dos pais e um jardim-de-infância, que se destina a crianças a partir dos 3 anos, até à idade de ingresso no ensino escolar.

Relativamente à creche, a taxa de cobertura é de 11.2% (existem 269 crianças dos 0 aos 3 anos de idade, encontrando-se a capacidade de ocupação totalmente preenchida). Salienta-se o facto de só existir uma creche em todo o concelho, o que é manifestamente insuficiente, dado o elevado número de crianças em lista de espera, o que obriga ao recurso a pessoas que não estão registadas, nem alguma vez tiveram formação nessa área. Este facto deverá levar as entidades locais a repensar estratégias de solução para esta problemática, podendo, por exemplo, ser constituída uma bolsa de amas com a respectiva formação profissional.

Quanto ao jardim de infância este tem capacidade para 25 utentes (existem 306 crianças dos 3 –5 anos), sendo a sua taxa de cobertura de 8,2%.Este grupo etário tem a

possibilidade de ingresso nos estabelecimentos pré-escolares públicos, cuja taxa de cobertura é de 85.65%.

Quadro n.º 3 – Jardim-de-infância

N.º Equipamento	Valências	Capacidade	N.º de utentes	Taxa de cobertura
1	Creche	30	30	11,2
1	Jardim-de-infância	25	25	8,2

Fonte: CDSS de Vila Real

5.3 - Rendimento Mínimo Garantido

A entrada em vigor da Lei nº 13/2003 de 21 de Maio veio revogar o Rendimento Mínimo Garantido e criar o Rendimento Social de Inserção. A regulamentação da nova medida (DL nº 283/2003, de 8 de Novembro) veio trazer implicações ao nível das alterações/reestruturação na recolha de informação e na base de dados.

O estudo que se apresenta reporta-se ao ano de 2001, ano de vigência do Rendimento Mínimo Garantido. Este foi instituído pela Lei nº 19-A/96, de 29 de Junho, e revisto no Decreto-Lei nº 84/2000, de 11 de Maio e teve como principal objectivo a inserção de pessoas e famílias excluídas ou em risco de exclusão, proporcionando-lhes condições mínimas de subsistência. Neste âmbito, destacam-se duas acções de protecção social:

1. Atribuição de uma prestação pecuniária, da responsabilidade de cada Centro Distrital de Segurança Social da área de residência do requerente;
2. Definição de um programa de inserção, com vista à inserção sócio-profissional dos indivíduos, contribuindo para a sua autonomização.

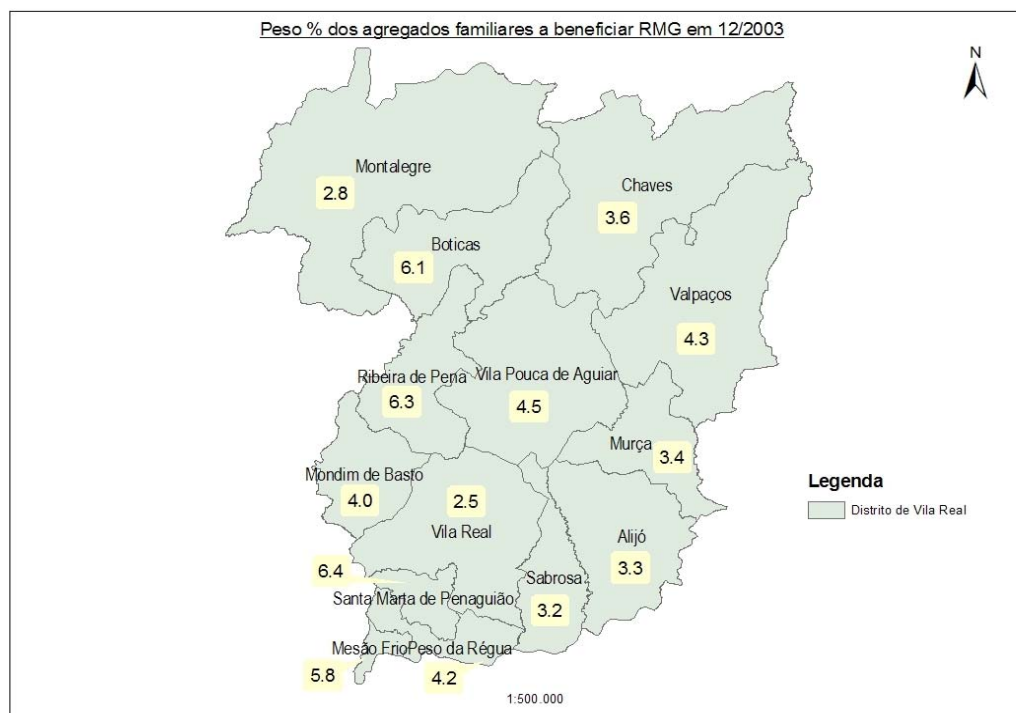
Na aprovação, acompanhamento e avaliação deste programa está o Núcleo Executivo das Comissões Locais de Acompanhamento (CLAS), actualmente em processo de transição para o Núcleo Local de Inserção (NLI). Quer uma, quer outra, integram representantes de várias entidades públicas com responsabilidade na área territorial.

Esta parceria, no concelho de Montalegre e no âmbito do Núcleo Executivo do Rendimento Mínimo Garantido, é constituída por representantes da Saúde, Emprego, Segurança Social, Educação e Município.

Relativamente ao perfil dos beneficiários do RMG, foi reconhecida, por todos os parceiros, a existência de situações comuns a estes utentes, designadamente baixas qualificações escolares e profissionais, famílias desestruturadas/disfuncionais, famílias monoparentais, indivíduos com problemas de alcoolismo e o predomínio de um número significativo de idosos.

Comparativamente a outros concelhos do distrito (por exemplo, Boticas), tendo em consideração a ruralidade, extensão territorial e densidade populacional, verificamos que Montalegre apresenta um número de processos deferidos relativamente baixo. Em reuniões de Núcleo Executivo, concluímos que tal se deverá ao facto de existirem famílias a beneficiarem de subsídios agrícolas de valor considerável. Algumas, resultado de candidaturas ao IFADAP e ao INGA.

Segundo fonte fornecida pelo CDSS Vila Real (2003), Montalegre está em penúltimo lugar na percentagem dos agregados familiares a beneficiarem de RMG. (Fig. 2).



Fonte: CDSS- Vila Real

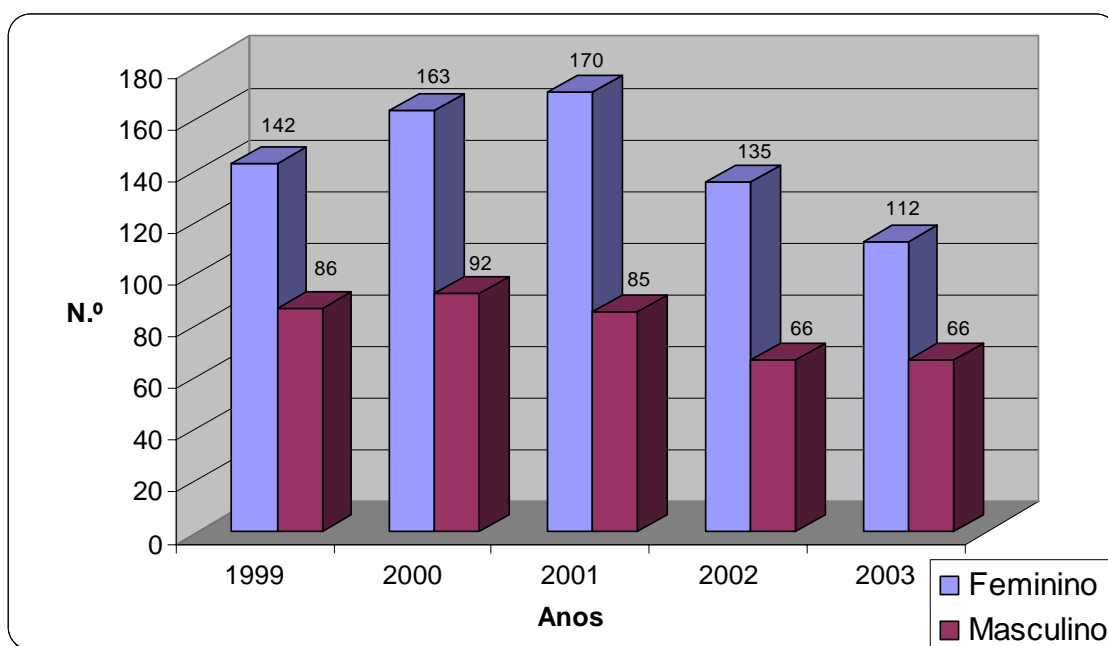
Montalegre é o concelho do distrito de Vila Real mais isolado geograficamente, mais inacessível e onde a taxa de implantação de unidades industriais, aparentemente promotora de riqueza, é menor, mas, pela análise da figura, conclui-se que o peso dos agregados familiares a beneficiar de RMG, a nível concelhio (2.8%), é baixo, relativamente a concelhos também rurais e envelhecidos, em que o valor é francamente superior, como, por exemplo os concelhos de Boticas (6.1%) e de Ribeira de Pena (6.3%), que estão mais próximo dos concelhos urbanos, como Vila Real (2.5%) e Chaves (3.6%), onde as oportunidades de emprego são muito superiores.

Esta situação, no ranking distrital da taxa de beneficiários do RMG, é resultado dos seguintes pressupostos:

- Montalegre é uma zona rural de minifúndio em que a propriedade da “terra” é muito dispersa. Consequentemente, os apoios comunitários agrícolas (ajudas ao rendimento), até agora existentes, têm também uma distribuição menos concentrada, mais “alargada”, abrangendo, assim, um maior número de agricultores;

- Por outro lado, segundo um estudo feito pelo Centro de Estudos de Economia Rural, na Zona de Trás – os – Montes e Minho, o concelho de Montalegre tem sido um dos concelhos com uma maior taxa de execução de apoios à agricultura, quer nas ajudas ao rendimento, quer ainda nos Projectos de Investimento Agrícola.

Gráfico n.º 3 – Beneficiários do RMG: titulares por sexo



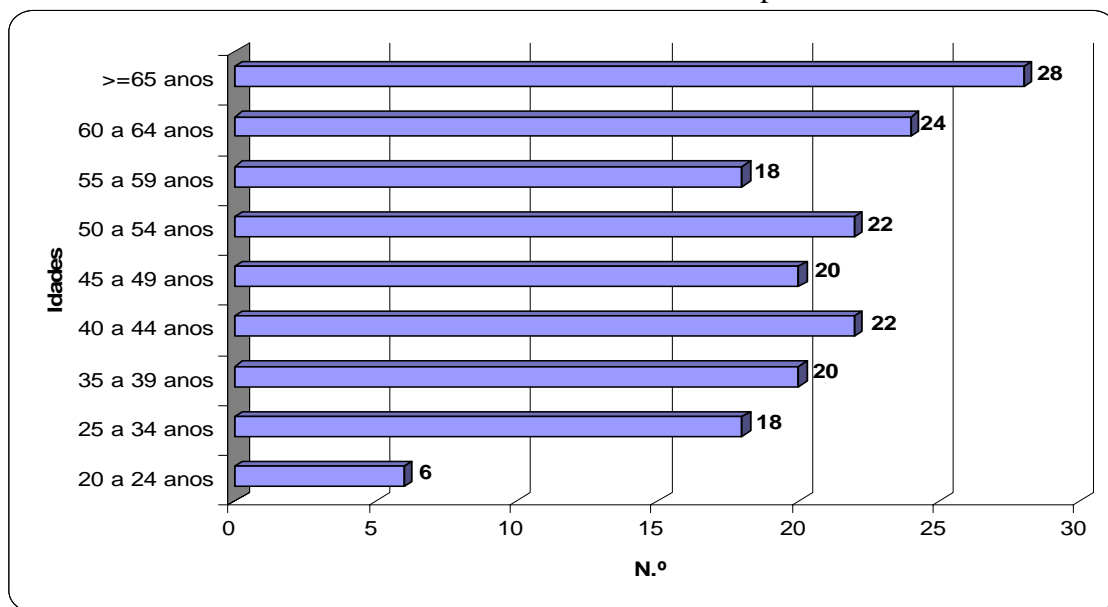
Fonte: Comissão Nacional do R.M.G./2001

É de salientar que os beneficiários do RMG têm vindo a diminuir desde 1999 até 2003. Tal fenómeno deve-se essencialmente aos Programas de Inserção/ Emprego, passando os beneficiários a estarem inseridos numa actividade e, conseqüentemente, a se autonomizarem, e também pelo facto de alguns indivíduos atingirem a idade de reforma, passando a beneficiar de uma pensão.

Quanto aos requerentes titulares da prestação, verifica-se que as mulheres são as que mais se mobilizam para requerer o Rendimento Mínimo, o que traduz a maior vulnerabilidade das mulheres a situações de carência e a sua maior mobilização na procura de apoio social. Verifica-se que, em 2003, dos 178 beneficiários / titulares, 112 são do sexo feminino e 66 do sexo masculino. A justificação para esta realidade está no facto de ser a mulher a encontrar-se, geralmente, desempregada e ser a própria a cuidar dos filhos. O aumento de famílias monoparentais femininas pode ser um factor que leva mais mulheres a candidatarem-se ao RMG.

No acesso ao Rendimento Mínimo Garantido os titulares com 65 ou mais anos constituíram a faixa etária de maior peso. Predominantemente, trata-se de agregados sem filhos, em que o elemento masculino beneficia de uma pensão. É comum encontrar nos casais idosos situações em que apenas um dos elementos do casal fez descontos para a Segurança Social, sendo este geralmente o homem.

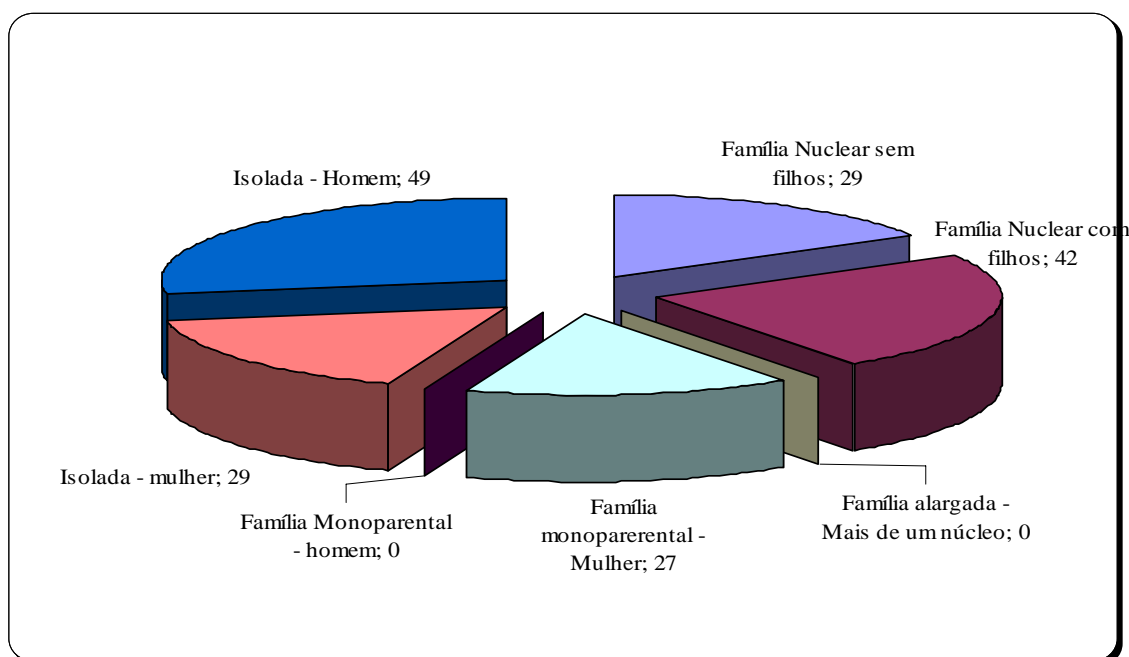
Gráfico n.º 4 – Beneficiários do RMG: titulares por escalão etário



Fonte: Comissão Nacional do R.M.G./2001

Pela análise do gráfico nº 4, podemos concluir que o maior grupo de beneficiários do RMG, em termos de idade, se situa acima dos 50 anos (52%), sendo que, a partir desta idade, a obtenção de emprego se torna mais difícil. É também neste grupo etário que se encontra uma maior prevalência de hábitos compulsivos de consumo de álcool, uma mais baixa qualificação escolar e profissional e, conseqüentemente, uma menor oferta de trabalho, enquanto beneficiários do RMG.

Gráfico n.º 5 – Número de famílias de RMG, segundo o tipo de famílias



Fonte: Comissão Nacional do R.M.G./2001

Em 2003, do total de titulares do RMG, 44% pertenciam a famílias isoladas, sendo estas 16.3% mulheres e 28% homens; 24% pertenciam a famílias nucleares com filhos e 16% a famílias nucleares sem filhos; 15.2% pertenciam a famílias monoparentais compostas pela mulher. O número de homens isolados é superior ao das mulheres. Tal justifica-se pelo facto de serem geralmente indivíduos com problemas de alcoolismo, com falta de hábitos de trabalho, sem aspirações / motivações e com baixa auto-estima, o que dificulta a sua inserção sócio-profissional.

5.3.1 – Acordos de Inserção no ano de 2001

Número de Acordos de Inserção assinados: 305

Número de beneficiários abrangidos nos Acordos de Inserção: 394

Quadro n.º 4 - Caracterização de todos os beneficiários por idade e sexo a frequentar

Acções de Inserção (com ou sem acordo de inserção)

0 - 5 anos		6 - 18 anos		19 - 24 anos		25 - 34 anos		35 - 44 anos		45 - 54 anos		55 - 64 anos		65 ou + anos		Totais	
M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
5	2	11	16	10	30	20	56	44	61	35	34	27	42	1	-	153	241
7		27		40		76		105		69		69		1		394	
1,76%		6,80%		10,10%		19,20%		26,50%		17,40%		17,40%		0,25%		100	

Fonte: *Comissão Nacional do R.M.G./2001*

Dos 394 beneficiários em Acções de Inserção, a maioria (26,5%) situam-se na faixa etária dos 35 – 44 anos (105 indivíduos); 8,56% dos beneficiários, com idade inferior ou igual a 18 anos, têm acordos de inserção definidos essencialmente na área da educação, de acção social e da saúde (34 indivíduos). Há ainda a referir que não estão incluídos os beneficiários idosos, isentos de acordo de inserção profissional, por motivo de idade superior à definida na Lei (65 anos). No entanto, podem ser definidas para este grupo alvo outras acções e assinados acordos, conforme se pode verificar no quadro nº5, em que um beneficiário se encontra integrado numa acção de inserção.

Das 394 pessoas que assinaram acordos de inserção, 153 são homens e 241 são mulheres.

Passaremos, a seguir, a analisar as diferentes áreas dos Acordos de Inserção assinados, considerando que um mesmo beneficiário poderá ter um Acordo de Inserção em mais do que uma área (ex: um indivíduo em idade activa, sem a escolaridade obrigatória, poderá estar proposto para inserção na área da Educação, do Emprego e da Habitação).

Quadro n.º 5 – Acordos de Inserção por áreas no ano de 2001

Áreas de Inserção		N.º de pessoas
Educação	Escolaridade Obrigatória	8
	Ensino Recorrente	155
	Educação Extra-Escolar	21
		184
Formação Profissional	Formação Profissional Especial	2
	Educação e Formação	54
		56
Emprego	Informação e Orientação Profissional	1
	Mercado Social de Emprego	23
	Formação e Emprego	163
	Colocação em Mercado de Trabalho	30
		217
Saúde	Consultas/Tratamentos	108
	Desintoxicação: Alcoolismo	44
		152
Habitação	Apoio à melhoria do alojamento	34
		34
Acção social		11
TOTAL		654

Fonte: Comissão Nacional do R.M.G./2001

Conclui-se, pela análise do quadro nº 5, que a maioria dos acordos assinados foram na área do Emprego com 217 acordos (33,7%), visto que as medidas do I.EF.P., implantadas no território, foram instrumentos privilegiados de inserção na área do emprego, com os Poc's para carenciados e subsidiados, o Programa Inserção emprego, etc. Na área da Educação houve 184 acordos (28.6%) e na área da Saúde 152 (23,6%). Apenas 56 acordos se efectuaram na Área da Formação Profissional (8.7%) e 34 acordos ao nível do Apoio à Melhoria do Alojamento (5.3%). O desfasamento entre o total de 654 e 394 beneficiários deve-se ao facto de um beneficiário poder ter definido, no Acordo de Inserção, mais do que uma acção.

5.3.2 - Motivos de dispensa de disponibilidade activa para a inserção profissional

Da análise do quadro seguinte (quadro n.º6), podemos inferir que o principal motivo de dispensa de inserção social tem a ver com o facto de grande parte das pessoas estar a estudar (210).

A idade é também um dos principais motivos de dispensa de Programas de Inserção Profissional (jovens com menos de 16 anos – 153 e pessoas com mais de 65 anos – 37).

Foram dispensadas da inserção profissional 69 pessoas por já se encontrarem a exercer uma actividade. Tal facto, na realidade concelhia, refere-se aos agricultores que fazem descontos para a Segurança Social como trabalhadores independentes ou a empregados precários (os que trabalham em jeiras na agricultura e/ou construção civil).

Verificamos que 20 casos estão dispensados de exercer uma actividade por questões de saúde. Aqui, o trabalho de terreno aponta-nos, principalmente, para situações de doença decorrentes de alcoolismo crónico.

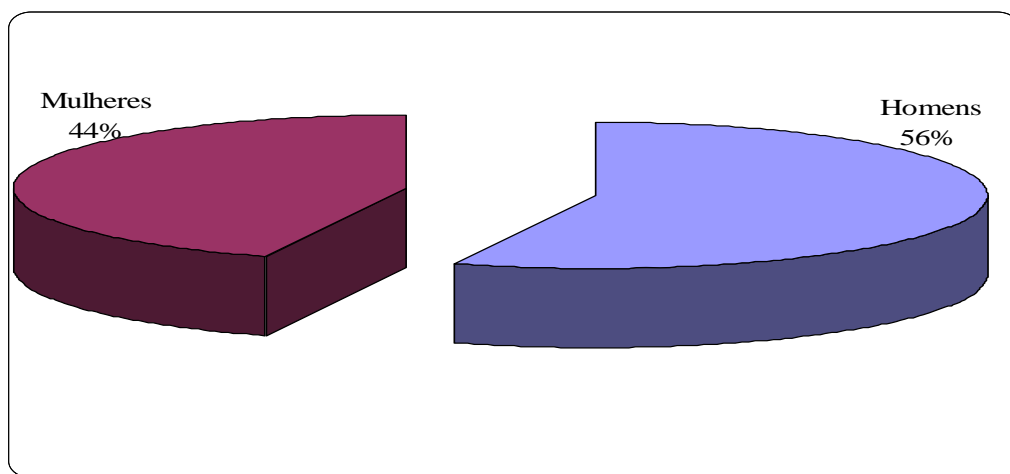
Quadro n.º 6 - Motivos de dispensa de disponibilidade activa para a inserção profissional

Motivos	Nº Pessoas
Saúde	20
Idade (Inferior a 16 anos)	153
Idade (Superior a 65 anos)	37
Integradas numa actividade aquando da atribuição da prestação	69
Acompanhamento / Apoio familiar	16
Estudante	210
TOTAL	505

Fonte: CDSS de Vila Real

5.4 - População deficiente

Gráfico n.º 6 – População residente com deficiência, segundo o sexo



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População

Com base nos dados dos Censos 2001, verificou-se que, num total de 12762 indivíduos, 6275 (49,17%) são homens e 6487 (50,83%) são mulheres, sendo que 913 indivíduos (7,16%) são cidadãos portadores de deficiência. Desses 913, 509 (55,75%) são do sexo masculino e 404 (44,25%) do sexo feminino.

Nos quadros que se seguem, passamos a apresentar a distribuição desses efectivos

Quadro n.º 7 - População residente deficiente, segundo o tipo de deficiência, o género e grau de incapacidade atribuído

ZONA GEOGRÁFICA Grau de Incapacidade	Total		Auditiva		Visual		Motora		Mental		Paralisia Cerebral		Outra deficiência	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Montalegre	913	509	95	56	200	98	283	162	140	83	29	15	166	95
Sem grau atribuído	486	257	70	41	139	63	136	72	48	25	14	8	79	48
Inferior a 30%	74	44	6	5	17	7	21	15	15	9	-	-	15	8
De 30 a 59%	120	70	6	2	19	14	41	24	28	15	2	1	24	14
De 60 a 80%	146	90	6	3	14	9	60	40	28	19	4	2	34	17
Superior a 80%	87	48	7	5	11	5	25	11	21	15	9	4	14	8

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População*

Pela análise global do quadro, constata-se que 233 indivíduos, distribuídos pelos diferentes tipos de deficiência, se encontram com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, indicando, na maioria dos casos, incapacidade permanente perante o trabalho (25.52% da população com deficiência). Destes, 138 indivíduos (59.23%) são homens.

Quanto ao tipo de deficiência, prevalece, no concelho, a deficiência motora como aquela que engloba o maior número de indivíduos – 283 (30.95%), seguindo-se a deficiência visual com 200 indivíduos (21.9%).

Relativamente ao género, a maior incidência da deficiência é no género masculino (509 casos).

Analisando o quadro na perspectiva do tipo de deficiência, a visual aparece em 2º lugar em grau de incidência e, comparando com o grau de incapacidade superior a 60%, surge a deficiência mental como o 2º tipo de deficiência mais incapacitante.

Quadro nº 8 - População residente deficiente, segundo o tipo de deficiência e género, por grupo etário no concelho de Montalegre

	Total		Auditiva		Visual		Motora		Mental		Paralisia Cerebral		Outra deficiência	
Grupo Etário	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Total	913	509	95	56	200	98	283	162	140	83	29	15	166	95
0 – 4	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-
5 – 9	6	4	-	-	-	-	1	-	1	1	1	1	3	2
10 – 14	12	6	2	-	1	-	1	1	3	3	1	-	4	2
15 – 19	23	12	4	2	6	2	2	1	6	4	1	1	4	2
20- 24	34	26	7	7	10	5	-	-	12	9	1	1	4	4
25- 29	30	18	2	1	9	7	2	1	10	5	1	-	6	4
30 – 34	34	21	1	1	10	8	5	1	12	7	1	-	5	4
35 -39	56	33	2	2	8	5	7	4	19	12	4	3	16	7
40- 44	61	44	7	3	8	6	19	15	11	7	-	-	16	13
45 – 49	45	31	6	3	11	7	7	4	11	7	1	1	9	9
50 – 54	51	34	-	-	14	7	19	15	10	6	2	2	6	4
55 – 59	92	52	7	3	17	9	32	22	12	4	2	1	22	13
60 – 64	84	40	9	4	28	10	24	15	5	2	2	1	16	8
65 – 69	100	48	12	6	26	11	38	19	6	5	-	-	18	7
70 – 4	90	46	8	5	20	9	46	24	2	1	3	1	11	6
75 – 79	95	47	14	9	16	9	41	20	10	4	3	1	11	4
80 – 84	65	38	9	8	10	3	28	16	8	6	3	1	7	4
85 – 89	20	6	4	1	4	-	6	3	1	-	2	-	3	2
90 ou +	13	3	1	1	2	-	5	1	1	-	1	1	3	

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População*

Nos dados que constam do quadro nº8, o grupo etário dos 65 aos 69 anos é aquele que apresenta o maior número de casos de deficiência (100 casos ou 10,96% sobre o total da população em causa). Neste grupo etário também predominam as deficiências motoras, seguidas das deficiências visuais.

A deficiência mental, com 140 casos (15,34%), assume especial relevância, tendo em consideração que o maior número de casos surge entre os 20 e os 59 anos (97 casos ou 69,29% da população com deficiência mental e 10,63% dos sujeitos com deficiência).

Pode também verificar-se um aumento do número de indivíduos com deficiência à medida que aumenta a faixa etária. Em termos globais, o maior número de deficientes situa-se entre os 35 e os 79 anos (674 casos, ou seja, 73,83% da população com deficiência). Pese embora o facto de nascerem menos crianças portadoras de deficiência em resultado de uma menor taxa de natalidade, as políticas de saúde desenvolvidas em cuidados pré-natais e natais não se revelam as mais adequadas.

Quadro n.º 9 - População residente deficiente, segundo o tipo de deficiência e sexo,
por acessibilidade a edifícios e existência de elevador

Acessibilidade e Existência de Elevador	Total		Auditiva		Visual		Motora		Mental		Paralisia Cerebral		Outra Deficiência	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Em edifícios com rampas de acesso	60	39	5	4	17	10	15	10	12	8	1	-	10	7
Com elevador	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Sem elevador	59	39	5	4	17	10	15	10	12	8	1	-	9	7
Em edifícios sem rampas de acesso e acessíveis	579	312	66	40	129	59	170	91	80	49	22	13	112	60
Com elevador	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem elevador	578	312	66	40	128	59	170	91	80	49	22	13	112	60
Em edifícios sem rampas de acesso e não acessíveis	270	155	24	12	52	27	96	60	48	26	6	2	44	28
Com elevador	3	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	1	1
Sem elevador	267	154	24	12	51	27	95	60	48	26	6	2	43	27
Em edifícios não clássicos	4	3	-	-	2	2	2	1	-	-	-	-	-	-
Montalegre	913	509	95	56	200	98	283	162	140	83	29	15	116	95

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População*

Tal como consta do quadro, só habitam em edifícios com rampas de acesso 60 indivíduos (6,58%) da população estudada. Este número diminui drasticamente aquando da análise das pessoas a viver no mesmo tipo de habitação, mas com elevador, ou seja, somente 2 pessoas, das 60 referidas, vivem em construções com o referido tipo de equipamento.

Por sua vez, vivem em edifícios sem rampas e acessíveis, a maioria dos sujeitos estudados, ou seja, 579 indivíduos (63,42%), pertencentes à população deficiente sinalizada, habitam neste tipo de habitação. No entanto, somente 1 indivíduo, independentemente do género, vive neste género de edifícios e usufrui de elevador.

Só usufruem de elevador, em edifícios sem rampas de acesso e não acessíveis, 1 indivíduo deficiente motor, 1 deficiente visual e 1 pessoa com outra deficiência pelo que somente 1,12% do número de deficientes que habita este tipo de construção possui elevador, ou seja, 267 indivíduos com deficiência (98,88%) habitam em edifícios sem acessibilidade.

Se acrescentarmos que, dos edifícios públicos existentes no concelho, apenas o Centro de Saúde e a Biblioteca Municipal possuem rampas de acesso a deficientes, revela-se

absolutamente necessário intervir nesta área e criar respostas institucionais para estes casos.

5.4.1 - População deficiente com actividade económica

Dos 813 deficientes sinalizados no concelho em idade activa (15 ou mais anos) 128 possuem uma actividade económica da qual auferem rendimentos que lhes permitem ser auto-suficientes. De entre estes, destacam-se os deficientes visuais, com 58 casos, o que corresponde a 45,32% da população com actividade económica e a 7,14% da população com deficiência.

É também entre os deficientes visuais que se encontra o maior número de deficientes com emprego, ou seja, dos 58 deficientes visuais, anteriormente referidos, 52 encontram-se empregados, correspondendo a 40,63% da população deficiente com actividade económica, a 44,83% da população deficiente com emprego e a 6,40% da população com deficiência com 15 ou mais anos.

Quadro n.º 10 – População residente com 15 anos ou mais, segundo o tipo de deficiência e sexo, por condição perante a actividade económica

Condição Perante a Actividade Económica	Total		Auditiva		Visual		Motora		Mental		Paralisia Cerebral		Outra deficiência	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Montalegre	893	499	93	56	199	98	281	161	136	79	27	14	157	91
População com Actividade Económica	128	94	17	14	58	36	22	19	6	5	-	-	25	20
População empregada	116	86	16	13	52	34	20	17	5	4	-	-	23	18
População desempregada	12	8	1	1	6	2	2	2	1	1	-	-	2	2
População sem Actividade Económica	765	405	76	42	141	62	259	142	130	74	27	14	132	71
Estudantes	18	9	4	2	7	5	2	-	3	1	-	-	2	1
Domésticos	35	2	6	-	14	1	6	-	3	-	-	-	6	1
Reformados, aposentados ou na reserva	445	238	45	28	100	46	171	90	53	31	10	7	66	36
Incapacitados perm. trabalho	235	137	17	9	12	6	78	51	61	34	17	7	50	30
Outros	32	19	4	3	8	4	2	1	10	8	-	-	8	3

Fonte: Anuário Estatístico de Portugal e Região Norte

Destaque-se ainda que, no que diz respeito ao género, é o sexo masculino que predomina, com 94 indivíduos (73,44%), no seio da população com deficiência e com actividade económica. Do mesmo modo, predomina também o sexo masculino na população deficiente empregada (86 indivíduos).

Da população deficiente em idade activa apenas 12 indivíduos (9,38%) se encontram desempregados.

De outro modo, 765 portadores de deficiência, com idade igual ou superior a 15 anos, não possuem qualquer tipo de actividade económica, o que significa que 94,10% dos deficientes sinalizados dependem de outrem, familiares ou instituições, para subsistir. Entre estes, 389 sujeitos (50,85%) são deficientes motores e deficientes mentais, aos quais, a 139 indivíduos, foi atribuída incapacidade permanente.

A deficiência motora - 171 indivíduos (22,36%), seguida da deficiência visual - 100 indivíduos (13,08%) e das outras deficiências - 66 indivíduos (8,63%) são aquelas deficiências que agregam maior número (44,06%) de deficientes sem actividade económica, reformados, aposentados ou na reserva.

No que é relativa ao género, tendo em consideração a população referida no parágrafo anterior, verifica-se mais uma vez o predomínio do sexo masculino com 394 indivíduos (51,51%), excepção feita aos domésticos, maioritariamente do género feminino, com 33 indivíduos (4,32%), e aos estudantes, relativamente aos quais existe paridade entre os géneros.

Quadro n.º 11 – População residente com 15 anos ou mais, segundo o tipo de deficiência e sexo, por principal meio de vida

Principal meio de vida	Total		Auditiva		Visual		Motora		Mental		Paralisia Cerebral		Outra deficiência	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Montalegre	893	499	93	56	199	98	281	161	136	79	27	14	157	91
Trabalho	116	87	19	15	53	36	19	16	6	5	-	-	19	15
Rendimentos da propriedade e da empresa	3	3	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	1	1
Subsídio de desemprego	2	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Subsídio temporário por acidente trabalho ou doença profis.	9	5	-	-	-	-	5	3	1	1	-	-	3	1
Outros subsídios temporários	2	2	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-
RMG	12	6	1	-	1	-	4	2	2	1	-	-	4	3
Pensão/Reforma	616	340	57	36	111	52	236	132	87	49	23	13	102	58
Apoio Social	18	9	-	-	1	-	2	2	10	4	1	-	4	3
A cargo da família	100	41	12	4	28	9	11	2	25	16	3	1	21	9
Outra situação	15	5	3	-	5	1	2	2	3	1	-	-	2	-

Fonte: Anuário Estatístico de Portugal e Região Norte

Tal como se pode verificar, relativamente aos meios de subsistência, temos que a esmagadora maioria da população deficiente com mais de 15 anos, 616 ou 68,98% dos

casos, tem como principal meio de sustento uma pensão ou uma reforma, sendo de relevar, que entre estes, a deficiência motora, a deficiência visual e a outra deficiência são aquelas que mais contribuem (449 ou 50,28% dos casos) para o número de pessoas deficientes a receber pensão ou reforma.

Por sua vez, das 893 pessoas sinalizadas, 116 vivem do seu próprio trabalho, na sua maioria homens (87), e 100 indivíduos vivem a cargo da família. Destes, o maior o número de indivíduos é do género feminino (59 mulheres) e apenas têm como principal meio de vida o rendimento mínimo garantido ou o apoio social.

5.5 - Crianças e jovens em perigo

De 2001 a 2004, foram identificados 30 casos de crianças e jovens em situação de perigo, com definição de Processo de Promoção e Protecção. No ano de 2001, foi identificado um caso e o ano com maior número de situações, alvo de processos de Promoção e Protecção, foi 2002 com 12 casos, seguindo-se 2003 com 10 e 2004 com 7. É de salientar que as 30 situações continuam em acompanhamento técnico, levado a cabo pela Segurança Social.

Quadro n.º 12 - Crianças e jovens com processo de promoção e protecção, em acompanhamento, por sexo e escalão etário

Anos	FEMININO				MASCULINO				TOTAL	
	0 a 5	6 a 11	12 a 16	>= 17	0 a 5	6 a 11	12 a 16	>= 17	F	M
2001	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-
2002	-	2	1	1	2	1	4	1	4	8
2003	-	4	3	-	-	1	2	-	7	3
2004	1	-	2	-	1	3	-	-	3	4
TOTAL	1	7	6	1	3	5	6	1	15	15

Fonte: CDSS de Vila Real

Da análise do quadro anterior, constata-se que é nas faixas etárias dos 6 aos 11 e dos 12 aos 16 anos que surge o maior número de casos (24), dos quais 13 se referem ao sexo feminino e 11 ao masculino, uma diferença pouco significativa entre ambos.

5.5.1 - Tipologia das situações de perigo

Nos 30 casos de crianças/jovens com processos de Protecção e Promoção, no intervalo 2001/2004, as principais causas de intervenção foram as seguintes:

- Negligência - 25 situações
- Abandono escolar - 2 situações
- Maus tratos físicos/psíquicos - 1 caso
- Abuso sexual - 1 caso
- Outras condutas desviantes - 1 caso

Decorrentes destes processos, foram aplicadas as medidas expressas no quadro seguinte:

Quadro n.º 13 - Medidas aplicadas

Anos	Acolhimento familiar	Acolhimento institucional	Apoio junto pais	Apoio junto outro familiar	Confiança pessoa idónea	TOTAL	%
2001	-	-	-	-	1	1	3,33
2002	2	-	9	1	-	12	40
2003	1	1	3	4	1	10	33,33
2004	2	0	-	5	-	7	23,33
TOTAL	5	1	12	10	2	31	100
%	16,67	3,33	40	33,33	6,67	100	

Fonte: CDSS de Vila Real

Nestes casos, de situações de perigo, em que interveio o Ministério Público/Segurança Social, foram referenciadas outras problemáticas subjacentes ao contexto familiar destas crianças/jovens:

- Desestruturação familiar
- Fracas condições de habitabilidade
- Falta de competências pessoais, parentais e relacionamento intrafamiliar
- Alcoolismo
- Desvalorização da escola
- Baixo nível sócio-económico
- Situações de exclusão social
- Repetição transgeracional dos comportamentos (crianças maltratadas tornam-se mais tarde, elas próprias, adultos maltratantes)
- Baixas qualificações profissionais e escolares

- Baixa auto-estima e auto-controle
- Baixo nível cultural; inexperiência e falta de conhecimentos básicos sobre o processo de desenvolvimento da criança/jovem
- Desemprego e/ou emprego precário

A inexistência da C.P.C.J. no concelho, até finais do ano de 2004, a falta de recursos e de técnicos nas instituições envolvidas, a ausência de estruturas logísticas de apoio não tem permitido, até esta data, uma intervenção estratégica mais estruturada e sistematizada nesta área das crianças/jovens em perigo.

No dia 21 de Janeiro de 2005 (Portaria 430/2005 de 18 Abril), foi instalada a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Montalegre (CPCJ) que passará a intervir neste campo. As CPCJ são instituições oficiais, não judiciais, implementadas por concelho/comarca, que visam a protecção de crianças e jovens em perigo, envolvendo a participação dos pais ou de representante legal, de forma a evitar ou protelar a intervenção judicial. Pretende ainda prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral da criança ou jovem (art. 12º da Lei 147/99 de 1 de Setembro).

A criação da C.P.C.J. em Montalegre veio preencher uma lacuna institucional existente no concelho, nesta área, permitindo um acompanhamento mais sistematizado e monitorizado das situações existentes e prevenindo o aparecimento de novas situações de risco.

5.5.2. Equipamentos e/ou respostas sociais de apoio à população com deficiência

No concelho de Montalegre apenas existe uma resposta social direccionada especificamente à população com deficiência visual – a ACAPO.

A ACAPO é uma IPSS, de âmbito nacional, que tem como fins estatutários a defesa dos direitos e a promoção da integração sócio-profissional dos deficientes visuais. Esta instituição representa a área da deficiência visual no Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

Foi criada, no dia 9 de Fevereiro de 2002, a delegação local da ACAPO do distrito de Vila Real, com sede em Montalegre, tendo assinado um Acordo de Cooperação com o Centro Distrital da Segurança Social de Vila Real, pelo prazo de dois anos, para o acompanhamento psicossocial de 50 utentes e a afectação de uma técnica administrativa e de uma técnica de serviço social. Tem direccionado o seu campo de actuação para áreas, actividades e serviços que se entende contribuir efectivamente para a promoção da igualdade de oportunidades, da inclusão e da equidade social.

Elaborou 3 candidaturas para as seguintes áreas: actividades sócio-recreativas (campo de férias, actividades desportivas e visitas guiadas), formação e uma última em parceria com a U.T.A.D. (Universidade de Trás os Montes e Alto Douro), para as IV Jornadas com as populações especiais a nível do Alto Tâmega. Destas três candidaturas, a primeira já se encontra em fase de execução, aguardando aprovação as duas últimas.

5.6. Síntese conclusiva

O concelho de Montalegre defronta-se com um cenário de uma população cada vez mais idosa, um aumento significativo do número de pensionistas, que estão sós, em situação de dependência e, na maioria das vezes, sem retaguarda familiar.

Para tentar combater este cenário, a nível da Acção Social existem algumas respostas sociais direccionadas para a 3ª idade, tais como lares, famílias de acolhimento e serviço de apoio domiciliário.

Pese embora o facto de existirem estas respostas as mesmas revelam-se insuficientes. Os dois lares existentes no concelho vêem-se, muitas vezes, impotentes para dar respostas aos pedidos mais urgentes para internamento, alegando existir uma lista de espera extensa. Muitas das situações são superadas pelas famílias de acolhimento, apesar do seu número ser insuficiente, que acolhem sobretudo indivíduos com problemas ligados ao alcoolismo, sem retaguarda familiar, com situação económica precária e que se recusam a abandonar o seu meio natural de vida, optando pelo acolhimento familiar em detrimento da institucionalização.

O serviço de apoio domiciliário, prestado pelas sete estruturas sociais existentes no concelho, também se demonstra insuficiente uma vez que existem ainda algumas

freguesias como Ferral e Covêlo, com um número elevado de aldeias dispersas, que não estão abrangidas por este tipo de serviço.

Ao que à primeira infância diz respeito (0 – 3 anos), existe apenas uma creche, na sede do concelho, pertencente a uma IPSS, que é manifestamente insuficiente dado o elevado número de crianças em lista de espera, obrigando ao recurso a pessoas que não estão registadas, nem alguma vez tiveram formação nesta área. Este facto deverá levar as entidades locais a repensar estratégias de solução para esta problemática, podendo, por exemplo, ser constituída uma bolsa de amas com a respectiva formação profissional e a criação de um outro equipamento social.

Relativamente ao Rendimento Mínimo Garantido, no concelho de Montalegre, podemos referir que o perfil dos beneficiários se caracteriza essencialmente por baixas qualificações escolares e profissionais, desmotivação para integrar acções delineadas no Núcleo Executivo, problemas de alcoolismo, predomínio de um número significativo de idosos e, maioritariamente, pertencentes a famílias desestruturadas ou monoparentais. Apesar desta caracterização dos problemas, o peso dos agregados familiares a beneficiar do R.M.G. é baixo, sendo Montalegre o concelho do distrito Vila Real mais isolado geograficamente, onde as oportunidades de emprego são muito inferiores, resultado de alguns pressupostos:

- Montalegre é uma zona rural onde existem apoios comunitários agrícolas que abrangem um grande número de agricultores;
- A existência de programas de Inserção/Emprego, passando a estar inseridos numa actividade (que é temporária);
- Alguns indivíduos atingem a idade de reforma, passando a beneficiar de uma pensão.

As principais áreas de inserção identificadas situam-se no âmbito do Emprego, Educação e Saúde. Uma das principais dificuldades de inserção dos beneficiários no mercado de trabalho prende-se com o seu perfil, com a ausência de respostas de emprego (pouca oferta de emprego no concelho) e com o facto de grande parte destes beneficiários serem integrados nos POC'S (Programas de Ocupação para Carenciados), de curta duração, tendo, como consequência, o seu regresso à medida de RMG.

Em relação à deficiência, prevalece no concelho a deficiência motora e a deficiência visual. No que diz respeito às acessibilidades, são poucos os indivíduos portadores de deficiência que habitam em edifícios com rampas de acesso devido à típica construção habitacional do concelho, caracterizada por habitações unifamiliares, com poucas barreiras arquitectónicas. Dos edifícios públicos existentes no concelho, apenas o Centro de Saúde e a Biblioteca Municipal, possuem rampas de acesso para indivíduos portadores de deficiência. Apesar de todas as políticas sociais para a área da deficiência, a remoção de barreiras arquitectónicas não se tem feito sentir.

No concelho de Montalegre não existe qualquer equipamento de apoio à deficiência. Existe um Centro de Apoio a Deficientes do Alto Tâmega, do qual o concelho de Montalegre faz parte, sito num concelho vizinho (Boticas), que não consegue dar respostas às situações solicitadas. Existe um outro equipamento a nível distrital, a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, que acompanha apenas quatro crianças do concelho. É de salientar que o transporte destas crianças para a instituição é assegurado com verbas eventuais da Segurança Social e do Centro de Saúde de Montalegre. Esta situação é única a nível distrital uma vez que a APPC é responsável pelo transporte de todas as crianças dos outros concelhos pertencentes ao distrito, exceptuando-se o concelho de Montalegre. Esta situação verifica-se, mais uma vez, devido às fracas acessibilidades, às longas distâncias, à dispersão populacional e ao isolamento do concelho.

Relativamente às Crianças e Jovens/Famílias em Perigo, verifica-se não existirem no concelho, até ao início do ano de 2005, entidades com responsabilidade na área, com excepção do Tribunal Judicial da Comarca de Montalegre, da Segurança Social e do Projecto de Luta Contra a Pobreza “Terras de Barroso” (a partir de 2001), que criou o Gabinete de Apoio à Infância e Juventude (GAIJ) com o objectivo de identificar e acompanhar este tipo de situações.

Em Janeiro de 2005 foi constituída a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Montalegre (CPCJ) que acompanha actualmente 6 casos e que irá permitir uma intervenção estratégica mais estruturada e sistematizada, novas perspectivas de apoio e acompanhamento. É, no entanto, de salientar a ausência de recursos humanos qualificados nas instituições às quais a Comissão pode recorrer no sentido de dar resposta aos casos que vão surgindo.

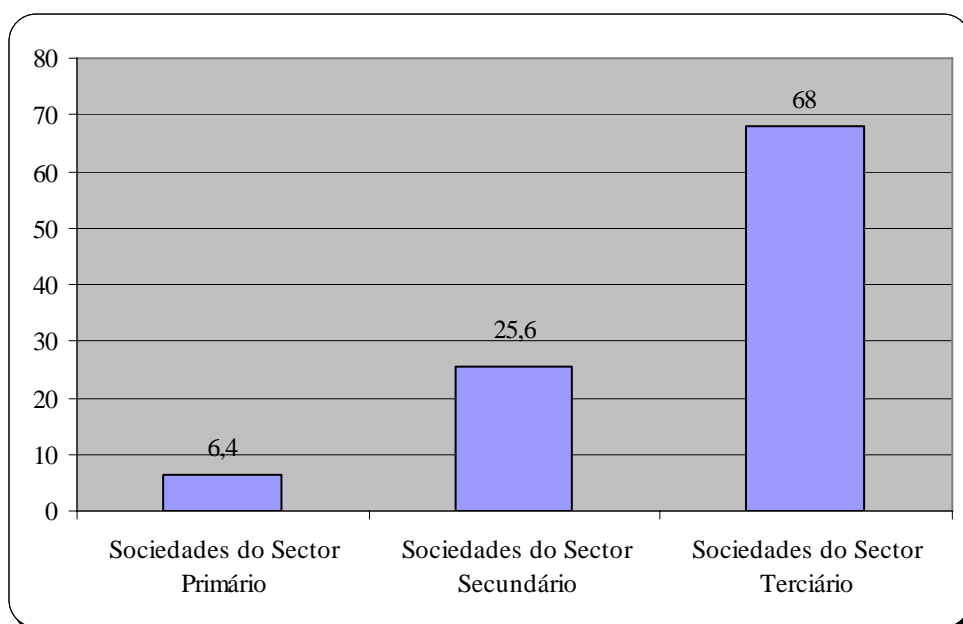
6 - CARACTERIZAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA

Para uma análise do dinamismo sócio-económico do concelho foi seleccionado um conjunto de indicadores do INE / Anuário Estatístico da Região Norte, de 2003, que permite uma visão geral dos recursos económicos e financeiros.

Relativamente ao volume de vendas nas 125 sociedades sedeadas no concelho de Montalegre, em finais de 2002, registaram-se cerca de 38 195 milhares de euros, no total de vendas.

Destacam-se claramente as sociedades ligadas ao sector terciário (68% do total de sociedades), seguindo-se as empresas relacionadas com as indústrias transformadoras (25.6% do total de vendas).

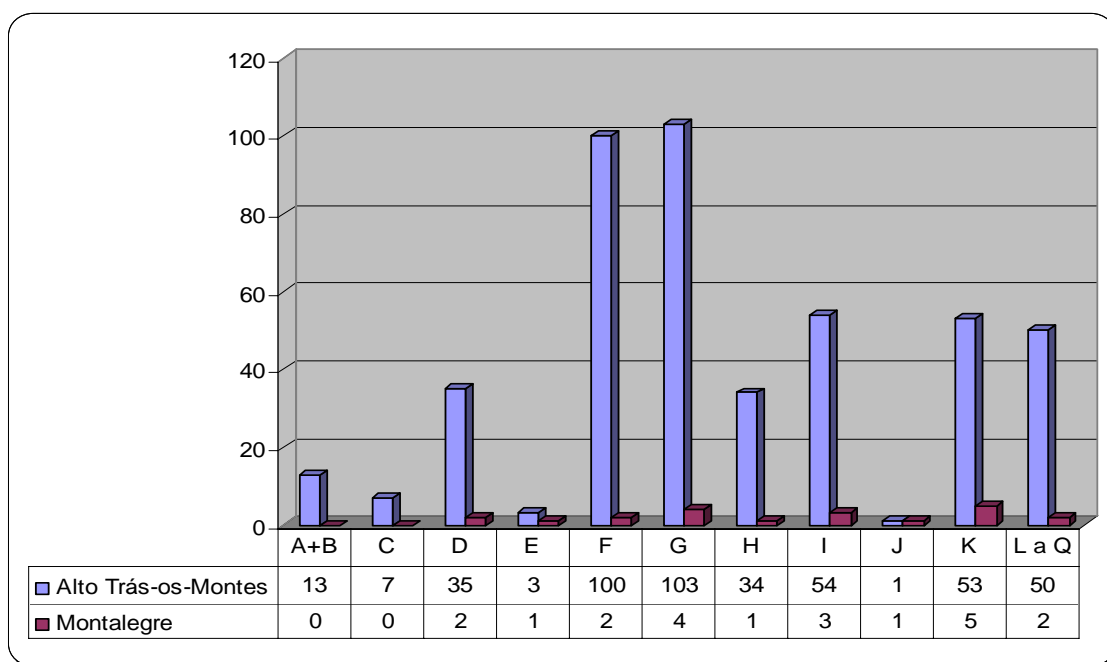
Gráfico n.º 1 – Sociedades sedeadas no concelho por sector de actividade



Fonte: INE, *Anuário Estatística da Região Norte*

Durante o ano de 2002 registou-se a constituição de 21 novas sociedades (4.6% do Alto Trás-os-Montes) ligadas às actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (23.8%), ao comércio por grosso e a retalho, à reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico (19%), à construção (9.5%) e às indústrias transformadoras (9.5%).

Gráfico n.º2 – Sociedades constituídas em 2002, por actividade económica



Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

No que respeita ao turismo, os dados (fornecidos pela CMM) conferem que, em 2001, o concelho dispunha de 35 estabelecimentos de hotelaria (incluindo hotéis, pensões, turismo em espaço rural e outros), com um total de 305 quartos e uma lotação de 630 hóspedes. Alojaram-se no concelho, ao longo do ano de 2002, cerca de 15294 residentes ocasionais, que permaneceram, em média, cerca de 2 dias.

No plano dos movimentos bancários (*Anuário Estatístico 2003*), o concelho apresentava, em 2002, sete agências com um volume de depósitos na ordem dos 172 920 milhões de euros. O volume de créditos concedidos, no mesmo ano, é menor que o volume de depósitos, ou seja, cerca de 74 339 milhões, dos quais cerca de 5120 milhões se destinavam ao crédito à habitação. Em 2002, existiam sete caixas Multibanco, onde se efectuaram cerca de 247 operações, atingindo-se um valor perto de 1658 milhares de euros.

6.1 - Tecido empresarial no concelho de Montalegre

No que concerne ao tecido empresarial do concelho, constata-se que aqui operam, 1409 empresas, representando aproximadamente 6.7% do total de empresas com sede no Alto Trás-os-Montes, destacando-se o peso relevante das empresas ligadas ao comércio por grosso e a retalho (23.42%), ao alojamento e restauração (14.26%) e à construção (8.45%).

Quadro n.º1 – Número de empresas com sede no concelho e na região segundo CAE2, 2001

Classificação das actividades económicas	Alto Trás-os-Montes	Montalegre
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura / Pesca	4.641	591
Indústrias extractivas	73	5
Indústrias transformadoras	1.322	50
Produção e transformação de electricidade, gás e água	9	1
Construção	2.432	119
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico	6.978	330
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	2.585	201
Transporte, armazenagem e distribuição	708	45
Actividades financeiras	529	14
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	904	27
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	742	26
Educação		
Saúde e acção social		
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais		
Famílias com empregados domésticos		
Organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais		
TOTAL	20.923	1409

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

É de constatar que o tecido empresarial do concelho não se concentra maioritariamente num sector, realçando-se a evolução do comércio e o peso significativo, ainda patente, da agricultura.

6.1.1 - Agricultura

Se é um facto que o êxodo e a regressão demográfica têm marcado a região e reconhecendo que estes fenómenos têm atingido sobretudo o espaço mais ruralizado e a própria agricultura, esta última continua a ser uma actividade fundamental para a viabilidade do território.

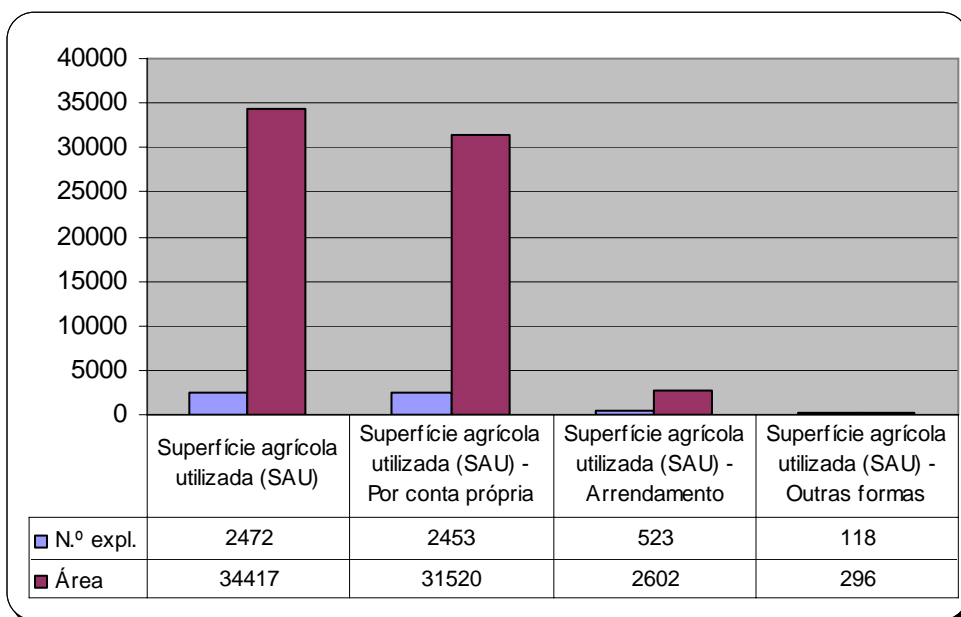
A agricultura, para além da sua função primordial que é a produção de bens alimentares, cumpre ainda outras funções de grande relevância e essenciais para a estruturação do território, a saber:

- A sua ocupação geográfica;
- A dinamização de outras actividades em meio rural como, por exemplo o turismo, o artesanato, a gastronomia e as agro-industrias;
- A manutenção das paisagens, dos agro-ecossistemas e do ambiente.

No que concerne à Superfície Agrícola Utilizada (SAU), constatou-se que existe um total de 2472 explorações, sendo que a grande maioria é explorada por conta própria (2453).

A posse da terra continua a limitar a expansão das explorações. Esta situação resulta de factores de natureza social e económica. Por um lado, o valor imobiliário dos terrenos encontra-se, em muitos casos, sobrevalorizado, inviabilizando a sua aquisição para fins agrícolas. Por outro, nota-se, por parte dos proprietários, alguma relutância em negociar o património fundiário já que existem expectativas de natureza social como, por exemplo a própria continuidade da exploração por parte da descendência, que pesam nas decisões da venda ou arrendamento.

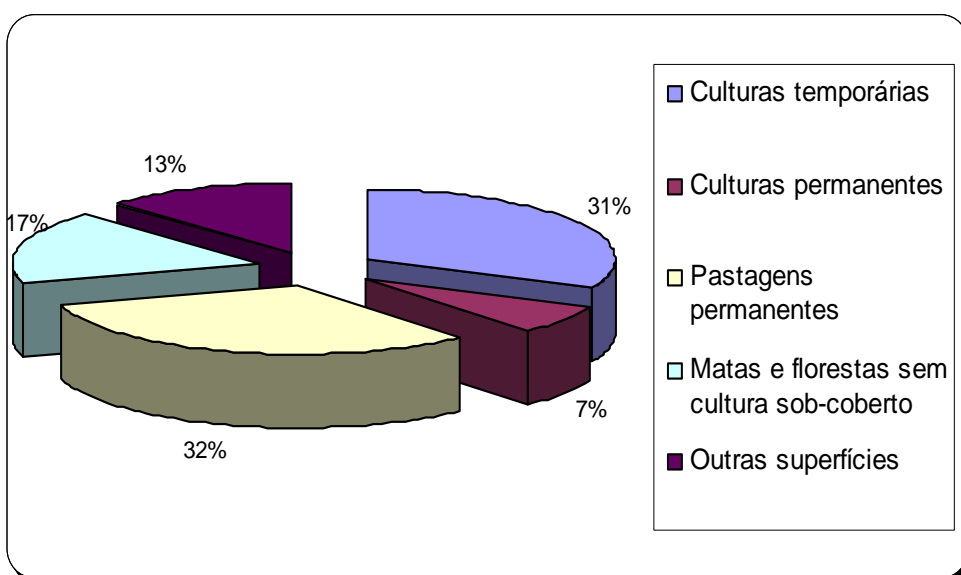
Gráfico n.º 3 – Superfície agrícola utilizada segundo o número de explorações e área



Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Agricultura - 1999*

Um dos pontos que melhor caracterizam o concelho de Montalegre é a extrema heterogeneidade edafo-climática. Esta diversidade, manifestada pelas suas diferenças climáticas, topográficas e pedológicas, traduzem-se no surgimento de um sem número de agro-ecossistemas que, por sua vez, têm influência decisiva na ocupação cultural verificada na região. A análise do gráfico n.º 4 permite evidenciar este facto.

Gráfico n.º 4 – Utilização das terras



Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Agricultura - 1999*

Observa-se uma distribuição relativamente equilibrada de culturas, não obstante existir um certo predomínio das pastagens permanentes, que ocupam 32% das explorações. As culturas temporárias ocupam cerca de 31%. Regista-se ainda a importância das matas e das florestas sem cultura sob-coberto, ocupando 17% das explorações.

Como se observa no quadro n.º 2 as culturas permanentes (prados e pastagens permanentes), tradicionais no concelho, representam a esmagadora maioria com 2385 explorações.

Dentro das culturas temporárias, destacam-se, por ordem decrescente de importância de ocupação por SAU, os cereais, sobretudo o trigo e o centeio, que ocupam cerca de 2280 explorações, a batata (2216 explorações) e a horta familiar (2078 explorações). Estas culturas evidenciam também um peso importante para o auto-consumo das famílias. Por outro lado, há uma reorientação cultural, expressa numa menor presença de determinadas culturas, e um centrar de esforços nas culturas permanentes, menos exigentes em trabalho e simultaneamente em necessidade de mão-de-obra pois concentram-se em determinados períodos. Esta progressiva adaptação / reorientação passa, pelo abandono das terras de cereal, as quais têm menor importância para o auto consumo e/ou menor valor patrimonial.

Quadro n.º2 - Utilização das terras, segundo o número de exploração e superfície

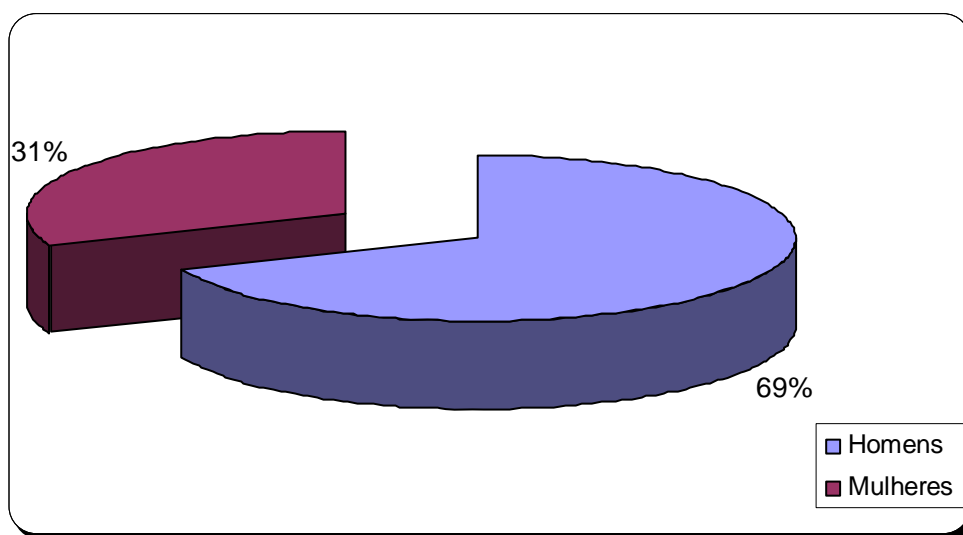
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS	Nº de Explor.	Superfície (ha)
Cereais para grão	2280	4387
Leguminosas secas para grão	444	55
Prados temporários e cult. forrageiras	1922	3476
Batata	2216	1207
Culturas industriais	1	...
Culturas hortícolas extensivas	1	...
Culturas hortícolas intensivas	1	...
Flores e plantas ornamentais	3	1
Pousio	285	180
Horta familiar	2078	163
Frutos frescos	36	11
Citrínos	-	-
Frutos sub-tropicais	-	-
Frutos secos	433	321
Olival	10	6
Vinha	169	86
Viveiros	-	-
Prados e pastagens permanentes	2385	27030

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Agricultura - 1999*

6.1.2 - População agrícola singular

Destaca-se uma maior percentagem de agricultores do sexo masculino (69%) em detrimento do sexo feminino (31%).

Gráfico n.º 5 – Produtor agrícola singular segundo o sexo



Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Agricultura – 1999*

A análise da evolução da estrutura etária dos produtores agrícolas revela, por um lado, o envelhecimento da população, com uma percentagem significativa de agricultores com idades superiores a 65 anos, e, por outro, a diminuição genérica desta mesma população.

Quadro n.º3 – População agrícola segundo o grupo etário

Zona geográfica	Idade: <25	Idade: 25 a <40 anos	Idade: 40 a <55 anos	Idade: 55 a <65 anos	Idade: >=65 anos
Montalegre	25	297	654	605	853

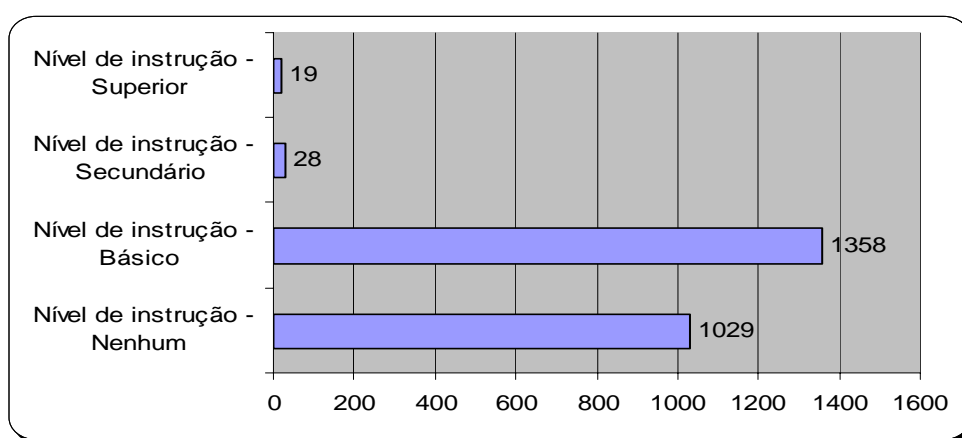
Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Agricultura - 1999*

Assim, observa-se que cerca de 35% dos produtores possuem idade superior a 65 anos, enquanto que apenas 13% têm idades inferiores a 40 anos. Factores de natureza social e económica explicam estes resultados, sendo de destacar a falta de incentivos dos jovens para esta actividade e as baixas remunerações auferidas, quando comparadas com as obtidas noutras actividades profissionais.

Este envelhecimento gradual da população agrícola poderá resultar na diminuição de investimentos no sector, no progressivo abandono de alguns sistemas produtivos, condicionando a preservação da paisagem rural, tarefa assumida pelos mais idosos.

Relativamente ao nível de instrução, a maioria dos agricultores possui o ensino básico (56%) e 42% são analfabetos. O ensino secundário e o ensino superior são pouco representativos. Estes dados levam-nos a concluir os baixos níveis de escolaridade desta população.

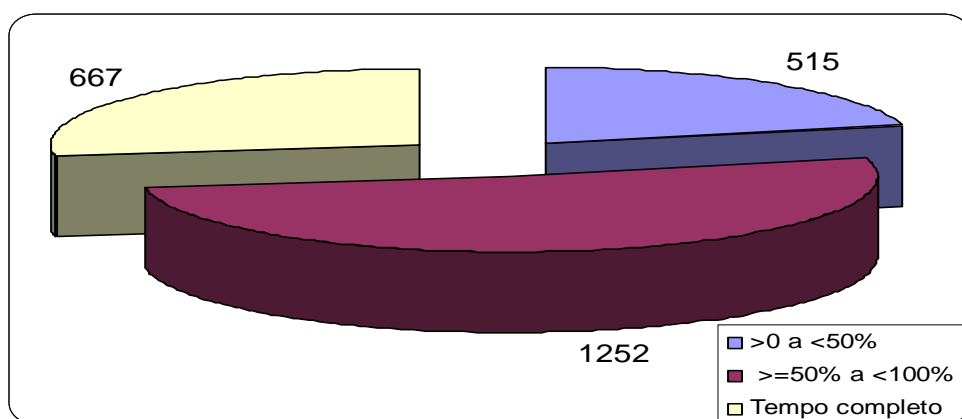
Gráfico n.º 6 – População agrícola segundo o nível de instrução



Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Agricultura - 1999*

Em relação ao tempo de trabalho agrícola (vide gráfico n.º 7), é notável que a maioria dos agricultores trabalha entre 50 a 100% (1252), embora haja um número significativo que trabalha a tempo completo (667) e de 0 a 50% (515).

Gráfico n.º 7 – População agrícola segundo o tempo de trabalho agrícola



Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Agricultura - 1999*

Relativamente às actividades pecuárias, a criação de bovinos é a mais expressiva. De facto, as vacas leiteiras, os ovinos e os caprinos têm menor expressão, o que é atribuído às suas maiores exigências em termos de trabalho e particularmente em esforço físico, bem como em mobilidade. Por outro lado, a valorização das raças autóctones de bovinos (através, por exemplo, do pagamento de indemnizações compensatórias) torna esta actividade economicamente mais atractiva.

Quadro n.º4 – Efectivos animais por número de explorações

EFFECTIVO ANIMAL	Nº de Explor.	Número
Bovinos	1305	14159
Bovinos - Vacas leiteiras	93	737
Bovinos - Outras vacas	1180	7709
Suínos	991	3885
Suínos - Fêmeas reprodutoras	57	157
Ovinos	509	12146
Ovinos - Fêmeas reprodutoras	500	10592
Caprinos	421	9293
Caprinos - Fêmeas reprodutoras	412	8448
Equídeos	813	1455

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Agricultura - 1999*

6.1.3 - Equipamentos Agrícolas

O objectivo das diferentes políticas agrícolas comunitárias, e a sua subsequente política agrícola nacional, tem sido a melhoria das condições de vida e do trabalho dos agricultores, bem como a modernização das explorações por forma a melhorar o nível competitivo e económico do sector.

No concelho de Montalegre tem-se verificado uma forte evolução na mecanização das explorações, imprescindível para cumprir os objectivos inicialmente enunciados. Denota-se a existência de um maior número de tractores com cavalagem inferior a 55 cavalos, o que está relacionado com o dimensionamento típico das nossas explorações agro – pecuárias.

Há, contudo, que ter em atenção a necessidade da existência de alguns tractores com mais potência e mais cavalagem para permitir o trabalho com algumas alfaías, dado existir, na nossa região, terrenos com bastante inclinação. Acontece, que portanto, algumas explorações têm mais do que um tractor, um para fazer os trabalhos diários e rotineiros e outro para os trabalhos mais elaborados e mais morosos.

Verifica-se também a situação de alguns agricultores não darem baixa do seu equipamento. Hoje em dia, conforme acontece com os automóveis, os tractores e as alfaías são considerados um instrumento de trabalho e não um luxo. Cada “casa agrícola” tem o seu equipamento, não necessitando de recorrer a empréstimos a outros agricultores, conseguindo fazer os seus trabalhos atempadamente.

A razão do número de tractores e alfaías ter aumentado nas explorações agrícolas tem a ver com os diferentes sistemas de apoio criados, no âmbito das políticas agrícolas, em termos dos subsídios ao investimento nas explorações e em termos de tractores, equipamentos agrícolas, instalações e outros.

Quadro n.º5 – Número de Equipamentos, Número de Explorações

EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS	Nº de Explor.	Número
Tractores	950	1176
Tractores, < 55 cv	708	772
Tractores, >= 55cv	356	404
Motocultivadores	18	18
Motoenxadas	6	6
Motoceifeiras	816	918
Distribuidores de adubos e correctivos	64	66
Semeadores	72	79
Gadanheiras	274	291
Enfardadeiras	388	411
Ceifiras debulhadoras	13	14
Pulverizadores e polvilhadores	148	153

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Agricultura - 1999*

6.1.4 - Síntese conclusiva

O sector agrícola tem um peso relevante na matriz sócio-económica do concelho de Montalegre pois como anteriormente se referiu, constitui cerca de 27% do emprego total da região. Porém, as potencialidades que esta actividade detém, estão longe de ser integralmente aproveitadas dada a existência de uma série de estrangulamentos que se colocam à rentabilidade deste sector, a saber:

- 1 – Elevado desajustamento entre a área utilizada e a área utilizada em agricultura (esta corresponde, grosso modo, ao dobro da primeira);
- 2 – Extrema fragmentação (associada à pequena dimensão) da propriedade fundiária;
- 3 – Subaproveitamento dos baldios e dos recursos piscatórios, paisagísticos, faunísticos, etc;
- 4 – Recurso a técnicas rudimentares de utilização do solo;
- 5 – Ausência de dinâmica no associativismo agrícola;
- 6 – Existência de dificuldades ao nível do escoamento dos produtos agrícolas, o que está em estreita conexão com a deficiente rede de acessos (internos e externos), que caracteriza este concelho, acentuando, desta forma, o seu isolamento e interioridade.

A inoperância que tem caracterizado o sector agrário deve-se, em grande parte ao fenómeno migratório, o qual se prefigura como um factor gerador de profundas mudanças na paisagem rural. São inegáveis, de facto, os seus efeitos que vão desde a regressão dos efectivos populacionais e envelhecimento dos núcleos familiares até ao enfraquecimento das solidariedades sociais, contribuindo, deste modo, para a desvalorização do mundo rural e da actividade agrícola.

6.2 – Poder de compra

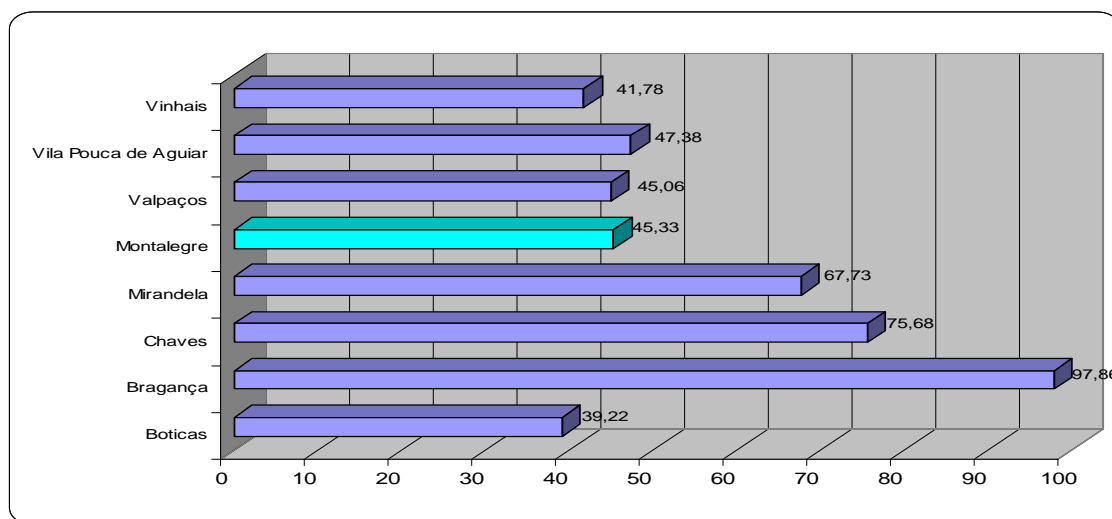
6.2.1 - Indicador per Capita

O Indicador per Capita (IpC) é “um número Índice que compara o poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos e regiões, em termos per capita, com o poder de compra médio do país a que lhe foi atribuído o valor 100”¹.

Como se pode observar no gráfico n.º8, o concelho de Montalegre apresenta um dos valores mais baixos da região do Alto Trás-os-Montes – 45.33 – valor este bastante abaixo do nível médio do país. Todos os outros concelhos do Alto Trás-os-Montes – Boticas, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Vinhais – também apresentam valores abaixo da média nacional, no entanto, os concelhos de Bragança, Chaves e Mirandela possuem valores acima da média regional, que é aproximadamente de 57.505.

Quanto à região Norte, importa antes de mais sublinhar a heterogeneidade deste espaço regional, pois coexistem nesta região concelhos com um elevado valor do IpC, com outros que estão entre os mais baixos registos deste indicador.

Gráfico n.º8 – Indicador per capita da região do Alto Trás-os-Montes por concelhos



Média: 57.505

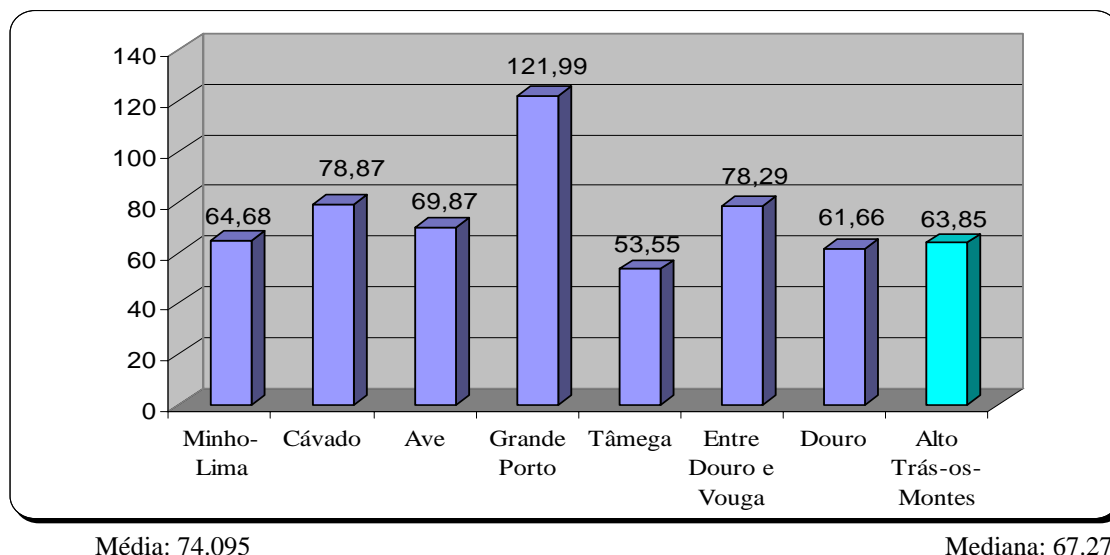
Mediana: 46.355

Com efeito, pode observar-se no gráfico n.º 9 que enquanto o Grande Porto vê o seu IpC situar-se a mais de 30% acima da média nacional, entre os 50 concelhos com menor

¹ INE, *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio*, N.ºV. 2002.

poder de compra do país, 28 estão localizados na região Norte, sendo Montalegre um deles. Trata-se de pequenos concelhos rurais do interior, não industrializados, sem contacto com o mar, pouco populosos e que, consequentemente, pouco influenciam o índice médio da região em que se enquadram.

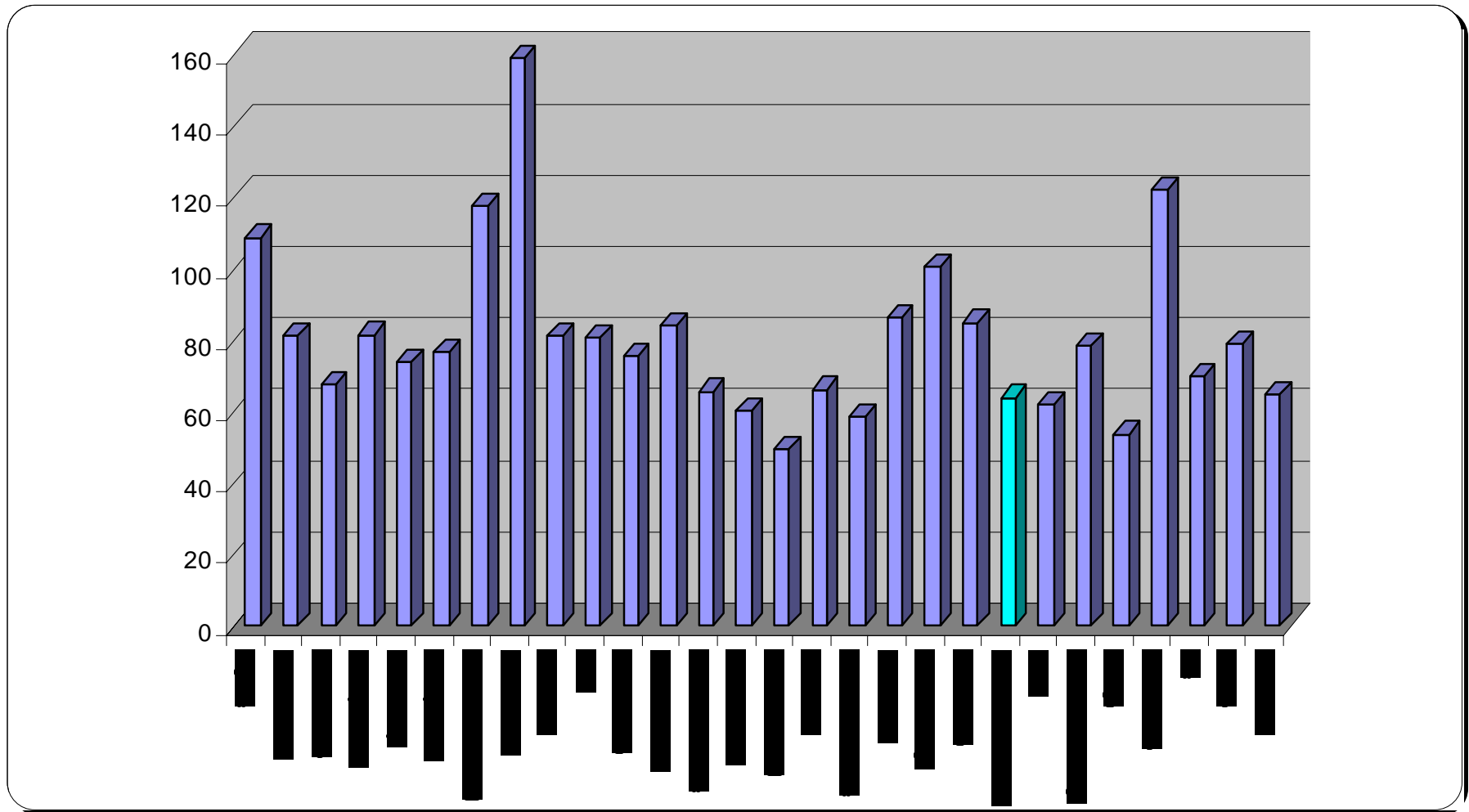
Gráfico n.º 9 – Indicador per capita da região Norte por regiões



Considerada uma região meramente agrícola do Norte, a região do Alto Trás-os-Montes apresenta um valor de IpC bastante baixo (63.85). De qualquer forma, o valor observado, na região do Norte, é ainda assim relativamente elevado pois dos 305 municípios portugueses, somente 52 conseguem, tomados isoladamente, superar a média da região, o que a coloca na parte cimeira da tabela do IpC. O que explica o valor inferior à média nacional é o facto desta região ser muito elevada em relação aos registos individuais, reflectindo o enorme peso demográfico dos municípios de maior poder de compra.

No que se refere à distribuição nacional do IpC, por regiões NUTs III, como se pode observar no gráfico n.º10, a Grande Lisboa e o Grande Porto apresentam os registos mais elevados e esta realidade vinca bem a característica mais relevante dos concelhos de mais elevado poder de compra, ou seja, a sua natureza eminentemente urbana (a quase totalidade possui centros urbanos com mais de 10 mil habitantes). Em trinta regiões, apenas onze superam a média do país, o que reflecte as grandes desigualdades e desequilíbrios regionais em termos de poder de compra e de desenvolvimento a todos os níveis, existentes em Portugal.

Gráfico n.º10 – Indicador per capita nacional segundo regiões NUTs III



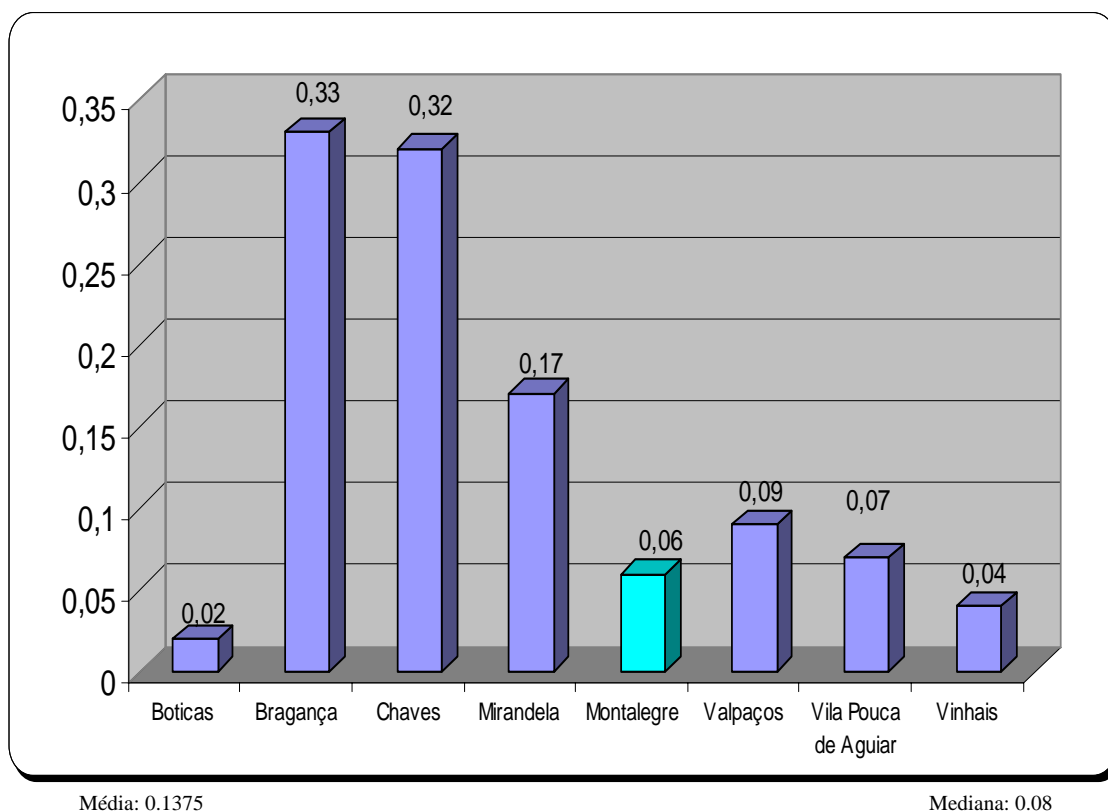
Média: 80.366

Mediana: 77.48

6.2.2 – Percentagem do poder de compra

A percentagem do poder de compra (PPC) “é um indicador inferido do Indicador per Capita de poder de compra, que se propõe medir o peso do poder de compra de cada concelho (e região) no total do país que toma o valor 100”.

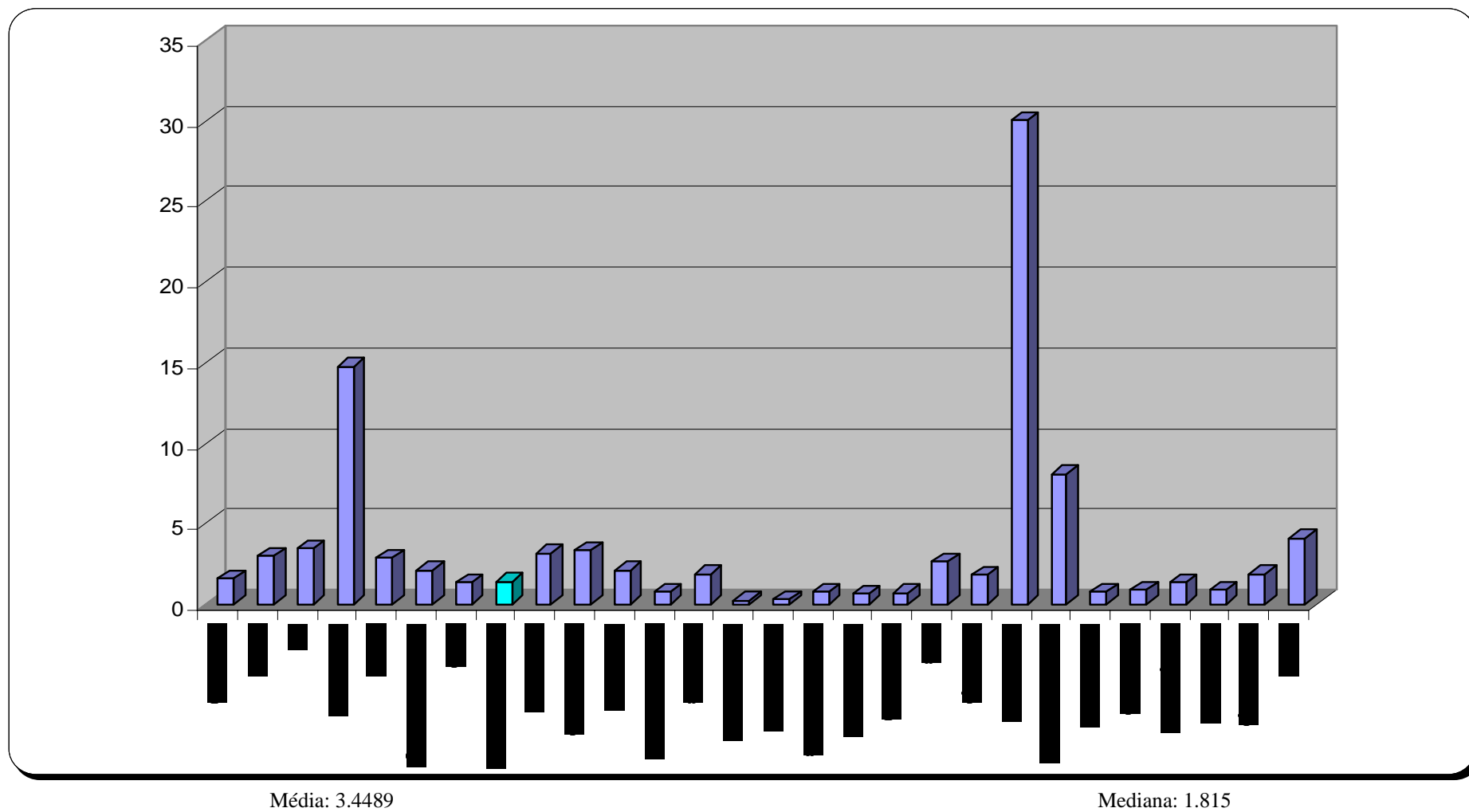
Gráfico n.º 11 – Poder de compra da região do Alto Trás-os-Montes por concelhos



Montalegre representa 0.06 do poder de compra nacional, apresentando, mais uma vez, um dos valores mais baixos da região do Alto Trás-os-Montes (gráfico n.º 11). Surgem, nesta região, dois grupos distintos: por um lado encontram-se três concelhos urbanos, mais desenvolvidos, que contribuem fortemente para a média regional do PPC e, por outro lado, há concelhos mais de natureza rural – Boticas, Montalegre, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e Vinhais, com valores abaixo da média regional. Mais uma vez é evidente a concentração de maior poder de compra nos meios urbanos e suburbanos.

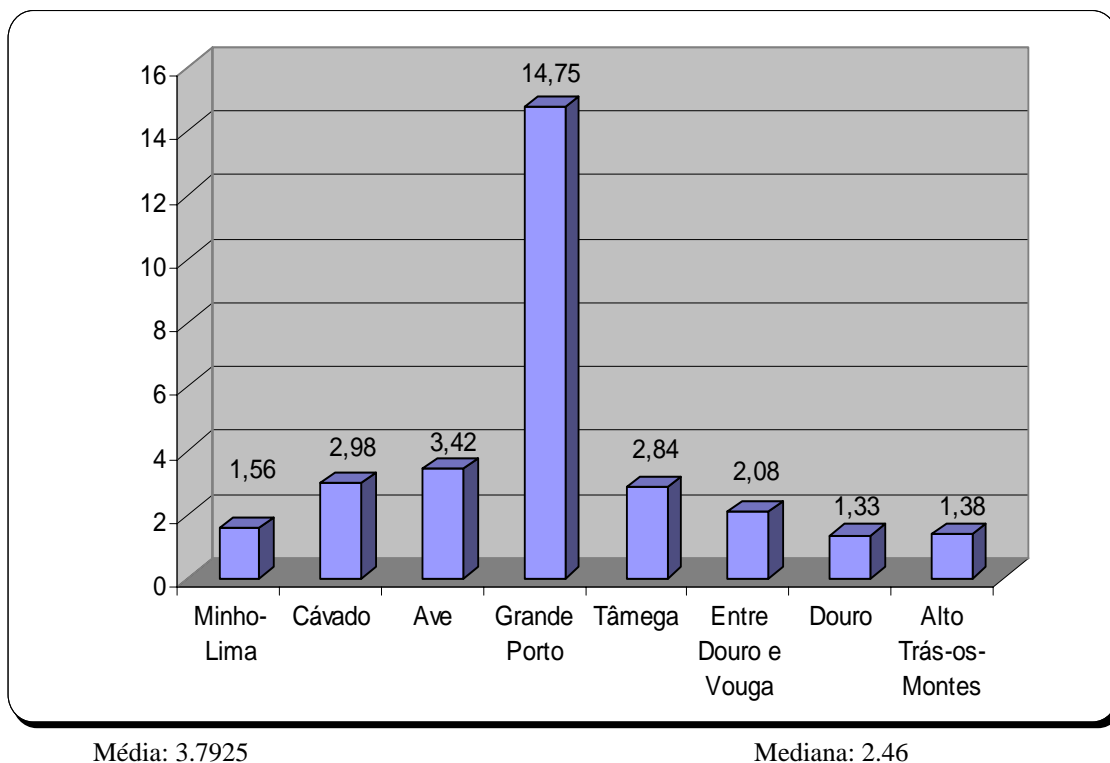
No gráfico n.º 12, nota-se que a Grande Lisboa representa sozinha mais de 31% do poder de compra nacional, valor superior ao de toda a Região Norte.

Gráfico n.º 12 – Poder de compra nacional segundo regiões NUTs III



Ao todo a Região Norte aproxima-se dos 30% do PPC nacional (Gráfico N°13) identificando-se um intervalo bastante significativo entre as duas regiões que maiores valores apresentam: o Alto Trás-os-Montes (1,38%) e o Grande Porto (14,75%).

Gráfico n.º 13 – Poder de compra da região Norte por regiões

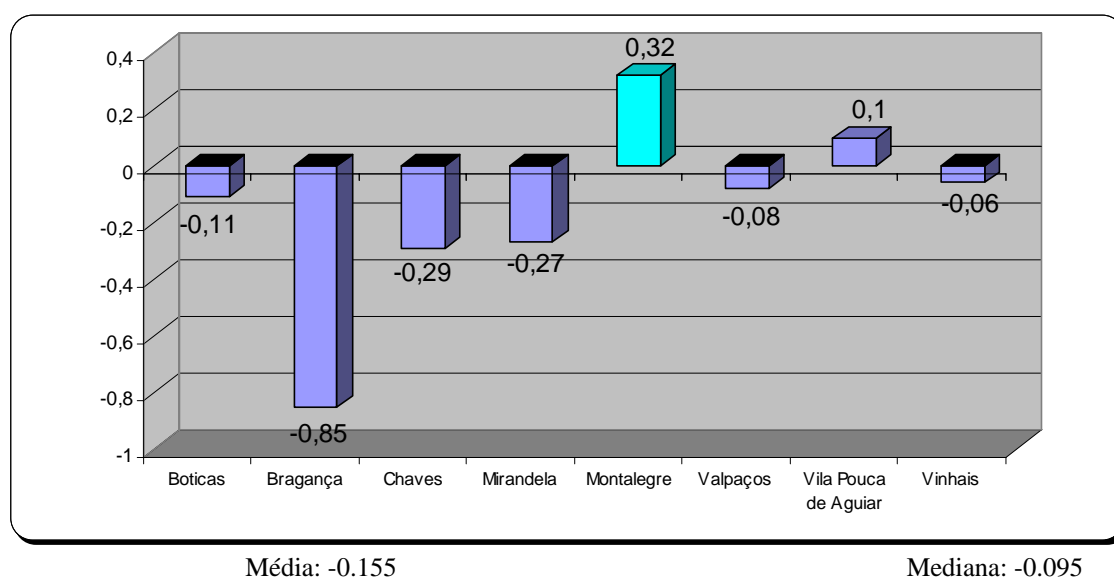


Pode então concluir-se que a distribuição espacial do PPC ilustra, de forma evidente, as assimetrias regionais do país, reflectindo a concentração quer do poder de compra, quer da população, nas duas grandes cidades portuguesas e nas suas áreas suburbanas envolventes, assim como na faixa litoral.

6.2.3 - Factor dinamismo relativo

O Factor Dinamismo Relativo (FDR) “mede essencialmente o poder de compra derivado dos fluxos populacionais de cariz turístico que assumem frequentemente uma mera natureza sazonal”². O número 0 representa a média aritmética simples dos diferentes concelhos e a unidade de medida o desvio-padrão da distribuição.

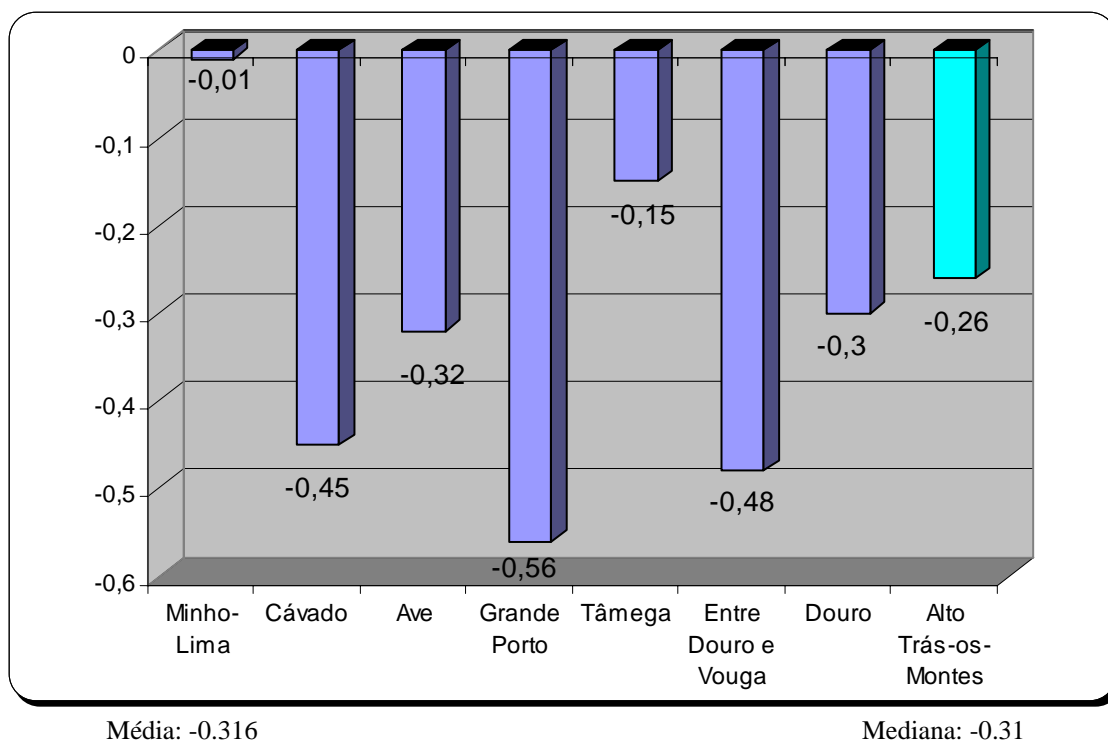
Gráfico n.º 14 – Factor dinamismo relativo da região do Alto Trás-os-Montes por concelhos



Sendo a média do FDR do país de -0.35 , todos os concelhos do Alto Trás-os-Montes, excluindo Bragança, registam valores superiores à média nacional, destacando-se o concelho de Montalegre com o valor mais elevado, como se pode observar no gráfico n.º14.

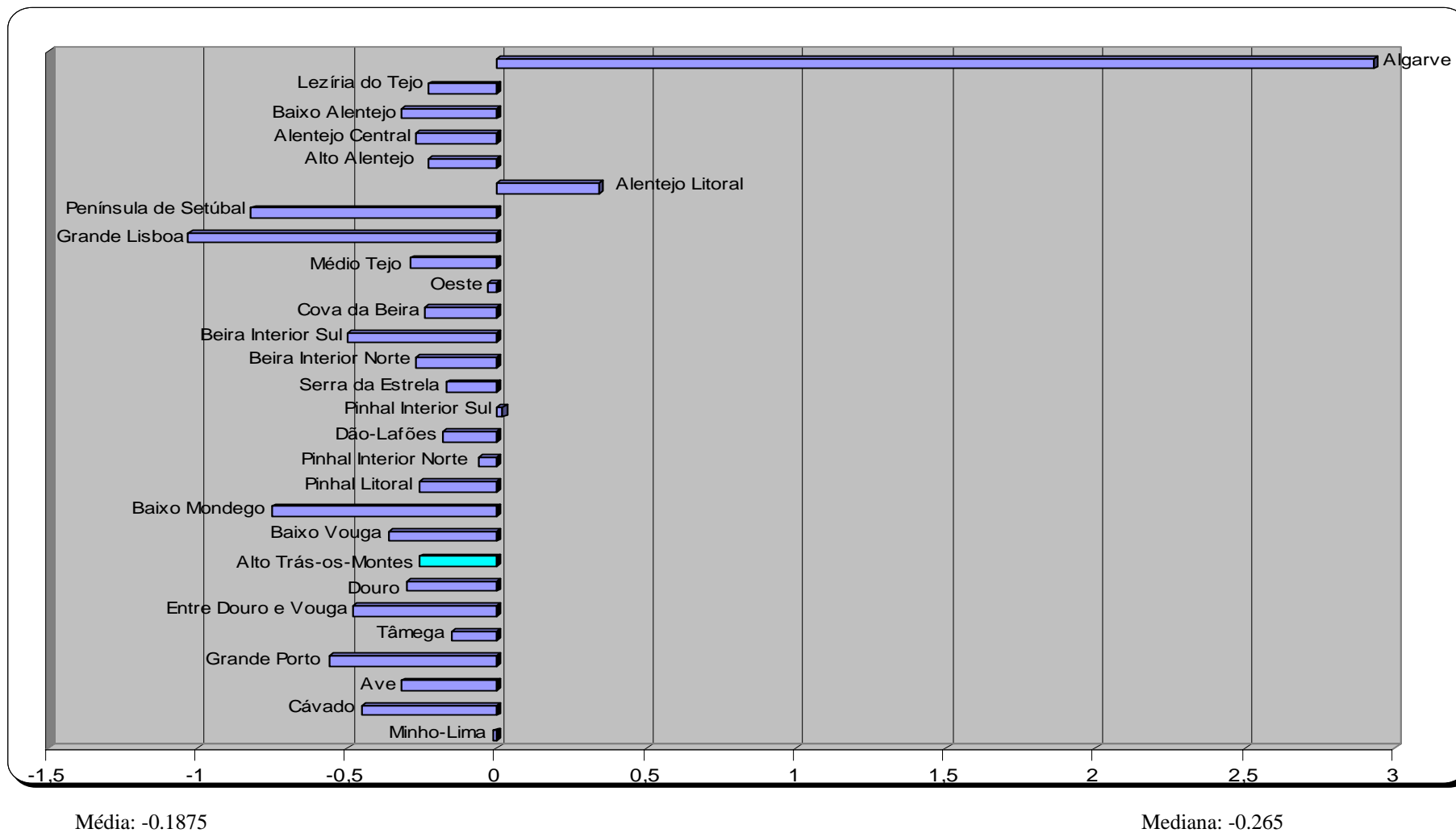
² INE, Op. Cit., p.54.

Gráfico n.º15 – Factor dinamismo relativo da região Norte
por regiões



O Grande Porto, assim como a maioria das grandes cidades, não constitui um pólo de atracção turística, como se verifica no gráfico n.º 15; o Alto Trás-os-Montes surge em segunda posição e com um valor superior à média de FDR da região Norte, constituindo uma região atractiva turisticamente, em que Montalegre tem um papel muito relevante. Como se pode verificar a partir do gráfico n.º16, os valores mais elevados de FDR encontram-se em regiões fortemente dominadas pelo fenómeno turístico, principalmente o Algarve, o Alentejo Litoral, o Oeste e a Região Autónoma da Madeira.

Gráfico n.º 16 – Factor dinamismo relativo nacional por Nuts III



6.2.4 – Síntese conclusiva

Conclui-se que o concelho de Montalegre se caracteriza por um nível médio de vida bastante abaixo das médias regionais (Alto Trás-os-Montes e Norte) e nacional na medida em que regista valores de IpC e de PPC muito baixos. É um concelho com várias carências e debilidades produtivas que dificultam e restringem as possibilidades e o acesso das populações locais ao mercado de trabalho. Sendo um concelho pobre, pouco desenvolvido comercial e industrialmente, e na sequência do que foi dito anteriormente, entende-se porque o poder de compra dos seus habitantes é tão baixo.

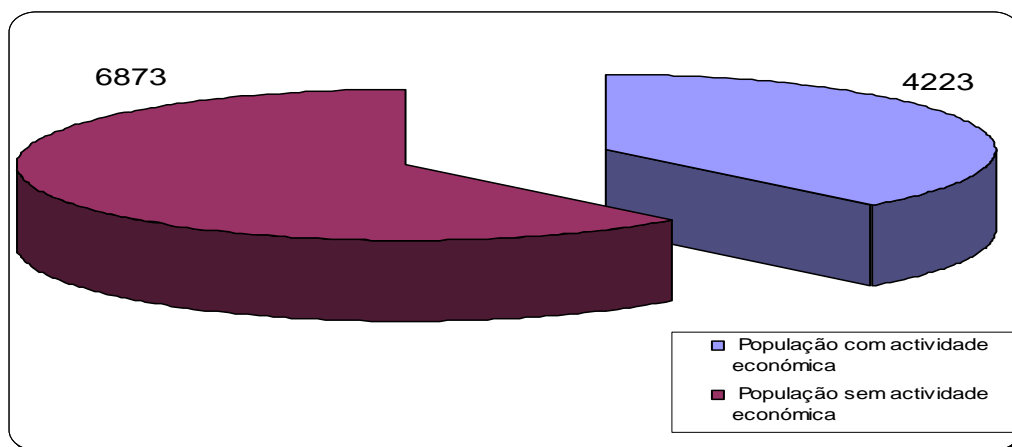
Apesar destas debilidades, Montalegre apresenta um valor relativamente elevado de Factor Dinamismo Relativo. Este concelho possui de facto grandes potencialidades e atracções turísticas devido ao seu enquadramento territorial, à sua beleza paisagística e ao conjunto do seu património cultural que, mercê do seu isolamento e esquecimento ao longo dos tempos, foi possível preservar. De referir ainda que o FDR deste concelho resulta ainda da visita sazonal dos emigrantes à sua terra natal, consequência do fluxo migratório que este concelho sofreu a partir dos anos 60.

6.3 - População activa / inactiva

A população residente com actividade económica – que aqui designaremos por população activa – representa aquela parcela da população residente que, num dado momento, tendo já atingido ou ultrapassado a idade mínima legal para trabalhar (actualmente a idade mínima para trabalhar é 16 anos), está ou desejaria estar directamente envolvida na produção de bens ou serviços. Engloba, por isso, quer a população empregada, quer a desempregada. Assim, a sua evolução está, em princípio, relativamente protegida das flutuações conjunturais sentidas no mercado de emprego, as quais se devem reflectir de modo bem mais intenso na dicotomia emprego / desemprego.

Analizando a população perante a actividade económica, constata-se que, no concelho de Montalegre, residem 4223 indivíduos com actividade económica (aproximadamente 34% da população com 15 anos ou mais) e 6873 indivíduos sem qualquer actividade económica (53.85%).

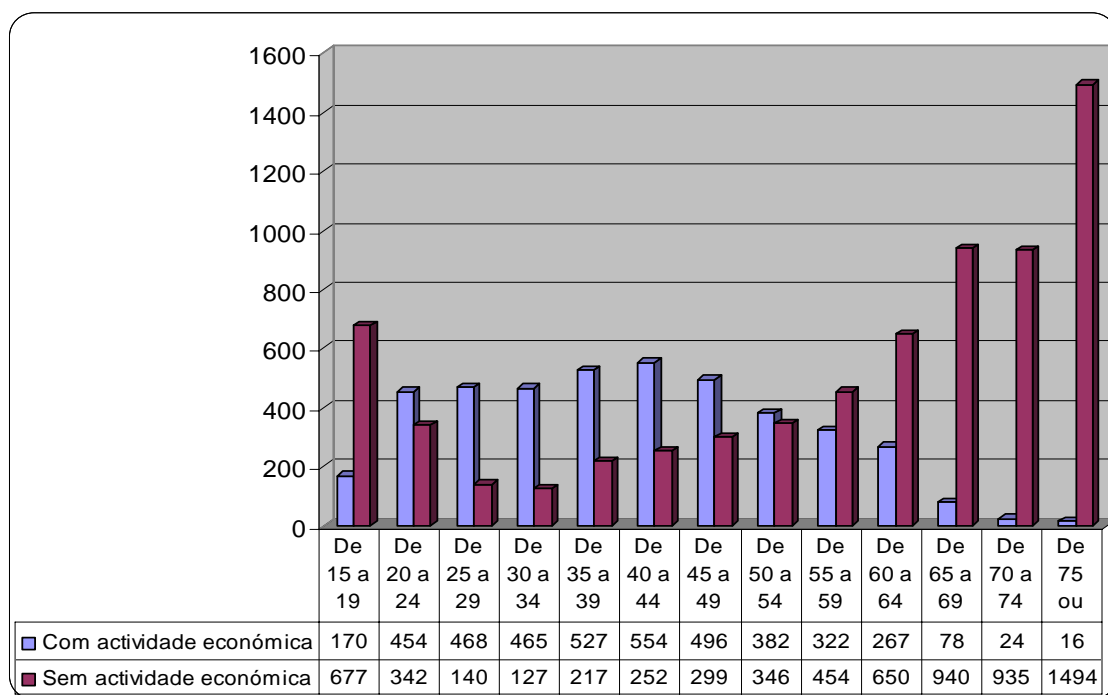
Gráfico n.º 17 – População residente perante a actividade económica



Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

Desagregando a população que desempenha uma actividade económica, verifica-se que 3838 têm idades compreendidas entre os 15 e os 59 anos (2429 homens e 1409 mulheres) e que os restantes 385 têm mais de 60 anos (255homens e 130 mulheres). Esta análise, com base na desagregação por género, revela algum desequilíbrio por sexos, prefigurando uma diferença de cerca de 1020 efectivos entre os 15 e os 59 anos. Nos que têm mais de 60 anos, quase o dobro é igualmente do sexo masculino.

Gráfico n.º 18 – População residente com 15 ou mais anos segundo a condição perante o trabalho e o escalão etário

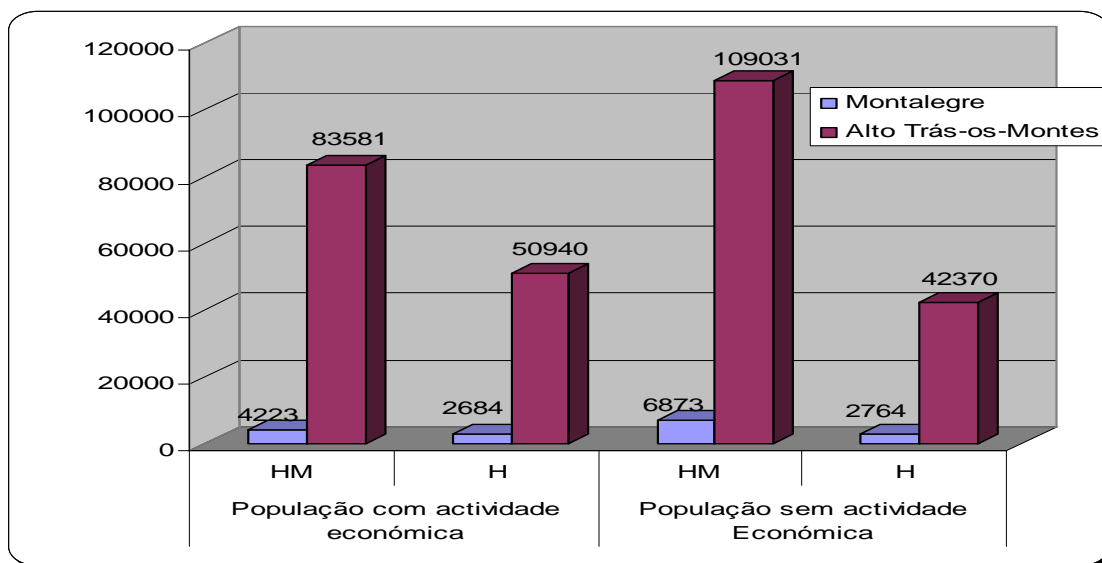


Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

Relativamente à população sem actividade económica, 2854 encontram-se no grupo etário dos 15 aos 59 anos (967 homens e 1887 mulheres) e 4019 têm mais de 60 anos (1797 homens e 2222 mulheres).

Este desequilíbrio de valores, no que respeita as idades, deve-se ao facto de existir um elevado índice de envelhecimento, embora também haja uma percentagem significativa de indivíduos ainda em idade activa, sem qualquer actividade económica. Esta população é normalmente caracterizada por más condições de vida, emprego precário, baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional, actividades no domínio da economia informal, etc.

Gráfico n.º 19 - População residente, com 15 ou mais anos, por condição perante a actividade económica e por sexo, no concelho e na região - 2001



Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

Ao contrário do que se verifica no grupo actividade económica, neste verifica-se uma maior predominância do sexo feminino.

Desagregando a população residente, com 15 ou mais anos e com actividade económica observa-se que, dos 4223 indivíduos, 3818 se encontram empregados com alguma distinção de sexos (2502 homens e 1316 mulheres). Relativamente aos 405 desempregados (9.6% de taxa de desemprego concelhio) aquando das operações para os censos 2001, observa-se uma maior taxa entre as mulheres (6.8%).

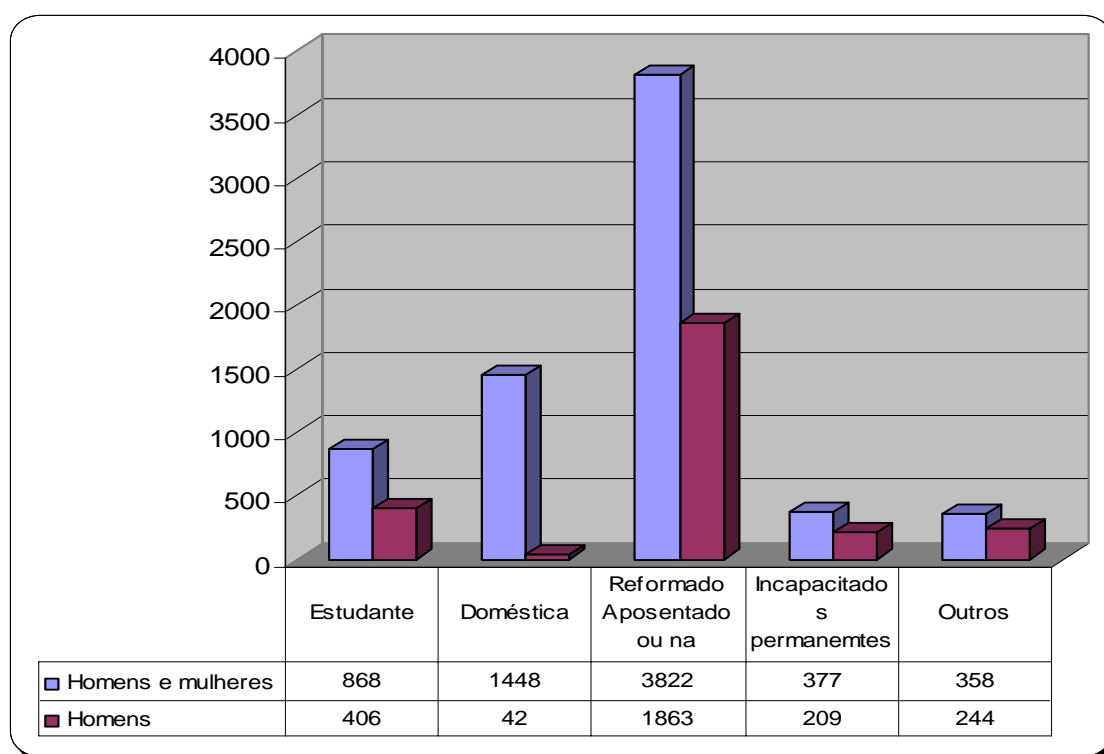
Quadro n.º 6 - População residente, com 15 ou mais anos, segundo a condição perante a actividade económica e por sexo no concelho e na região - 2001

Zona Geográfica	Empregados		Desempregados		Total	
	HM	H	HM	H	Hm	H
Montalegre	3818	2502	405	182	4223	2684
Alto Trás-os-Montes	76356	48078	7225	2862	83581	50940

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

No que concerne aos 6873 indivíduos residentes, com 15 ou mais anos que não possuem qualquer actividade económica, constata-se que existe uma preponderância de reformados / aposentados ou na reserva (3822) o que, em termos relativos expressa cerca de 56% dos quais 1863 são homens e 1959 são mulheres, seguindo-se os 1448 domésticos (21%), população esta esmagadoramente feminina. Os estudantes representam 868 indivíduos em valores absolutos, expressando um peso significativo de 12.6%. Neste último verifica-se um equilíbrio quanto ao género.

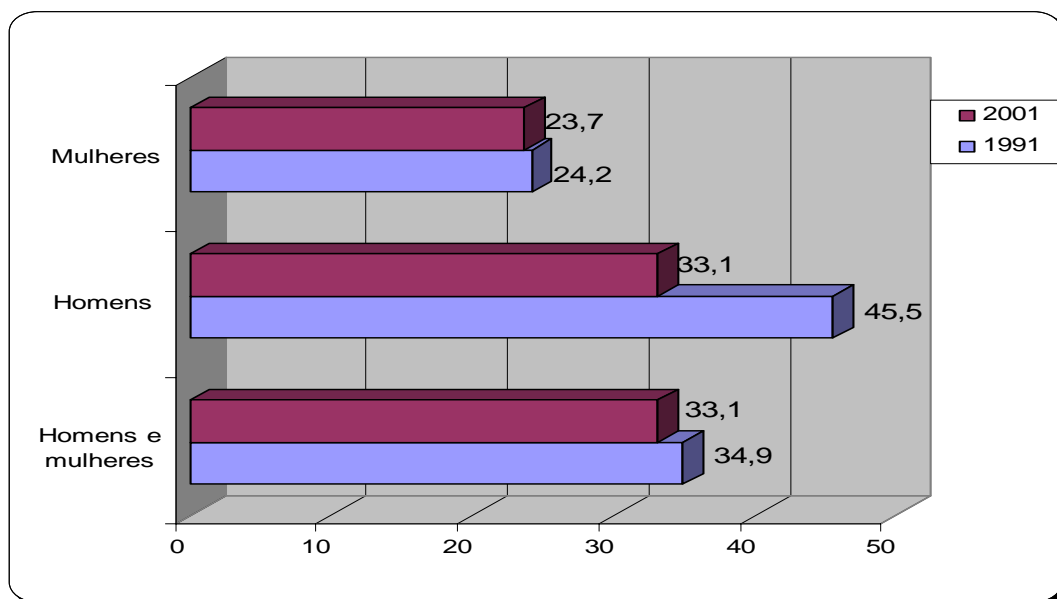
Gráfico n.º 20 – População residente com 15 anos ou mais, segundo a condição perante a actividade económica e sexo - 2001



Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

Da análise dos quadros anteriores e do gráfico n.º 20, infere-se que se contabiliza, em 2001, 4223 indivíduos economicamente activos, representando uma taxa de actividade de 33.1% o que revela uma diminuição de cerca de 2 pontos percentuais relativamente ao último período inter censitário, sendo que se verifica uma descida mais significativa da taxa de actividade masculina de cerca de 3 pontos percentuais.

Gráfico n.º21 – Taxa de actividade, segundo o sexo no concelho de Montalegre, 1991 e 2001

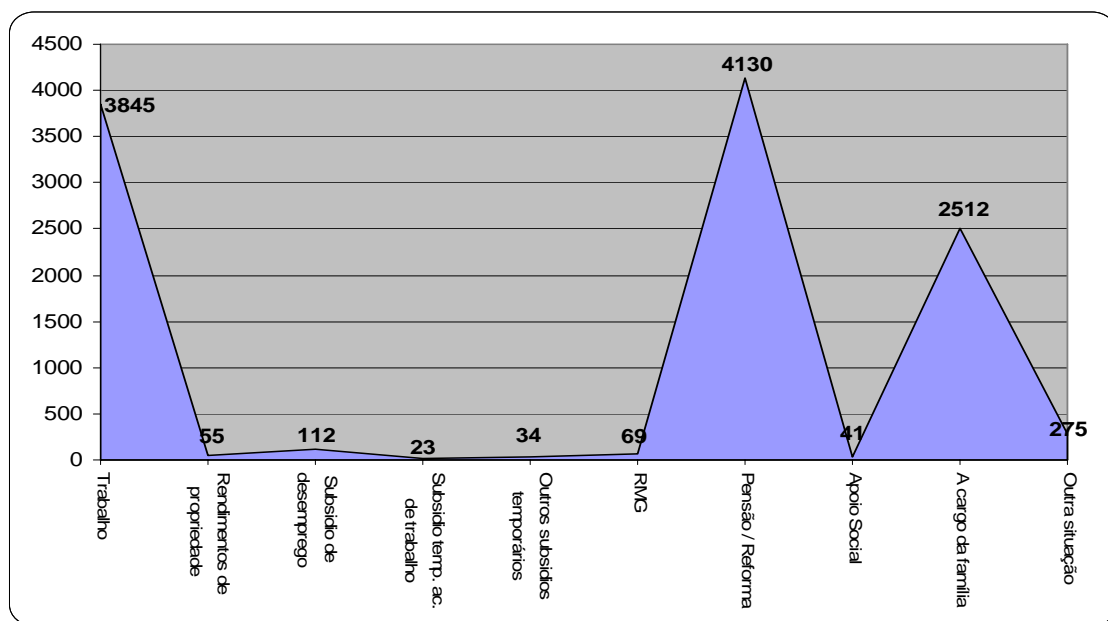


Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

No gráfico seguinte (gráfico n.º 22) verifica-se que, dos 7251 indivíduos residentes, com 15 ou mais anos (sem contar com os valores relativos à variedade “trabalho” na medida em que constitui privilegiadamente o principal meio de vida), uma grande parcela é economicamente dependente, quer do Estado (existindo 4409 pessoas a usufruir de subsídios ou reformas), quer da família.

Dos indivíduos que economicamente se encontram dependentes do estado, a grande maioria usufrui de pensão / reforma.

Gráfico n.º 22 - População residente , com 15 anos ou mais, segundo o principal meio de vida e sexo, 2001

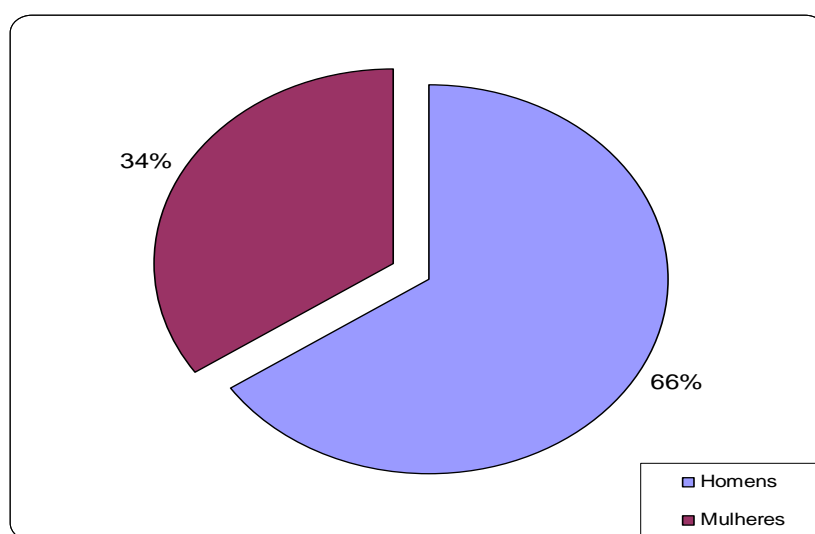


Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

6.4 – População empregada

A promoção do emprego é um objectivo fundamental da União Europeia, tendo em conta que os níveis de desemprego e as disparidades regionais aumentam gradualmente. Mais metade dos indivíduos empregados são do sexo masculino.

Gráfico n.º 23 – População residente empregada por sexo - 2001



Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

Analizando a população residente, empregada no concelho de Montalegre, segundo os grupos de profissão, constata-se que prevalecem os agricultores e os trabalhadores qualificados da agricultura e pescas (33%) e com quase metade os operários, os artífices e os trabalhadores similares (14.2%). Esta análise configura um cenário de qualificações muito baixo.

Quadro n.º 7 - População residente empregada, segundo o grupo de profissões no concelho - 2001

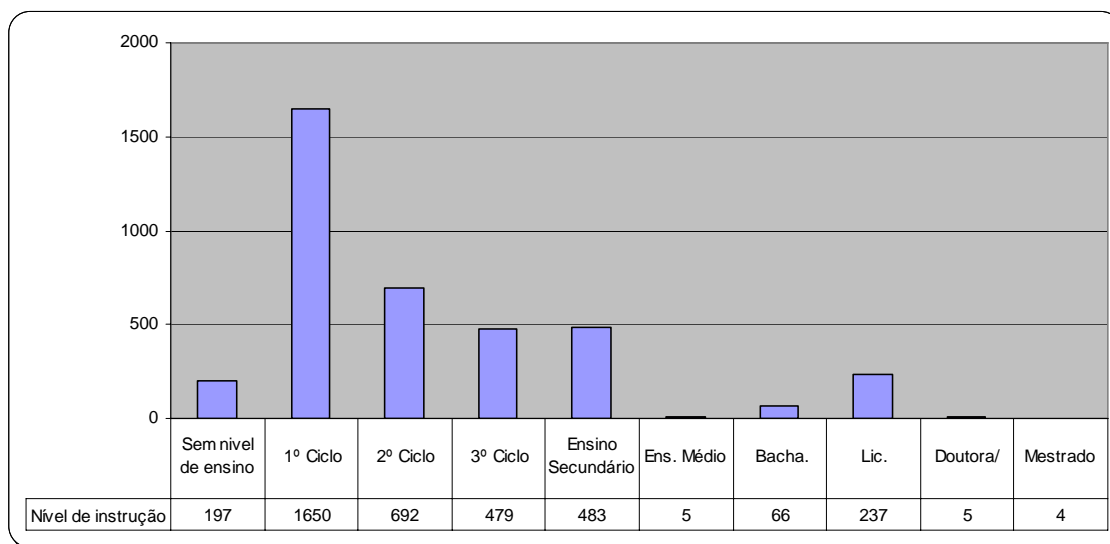
Grupo de Profissões	N.º	%
Quadros superiores da adm. Pública, dirigentes, quadros superiores das empresas	222	5,8
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	177	4,6
Técnicos e profissionais de nível intermédio	213	5,8
Pessoal administrativo e similares	207	5,4
Pessoal dos serviços e vendedores	521	13,6
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	1260	33
Operários, artífices e trabalhadores similares	543	14,2
Operários de instalações de máquinas e trabalhadores de montagem	208	5,4
Trabalhadores não qualificados	445	11,6
Forças Armadas	22	0,6
Total	3818	100

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

A análise do gráfico seguinte mostra um cenário carenciado de qualificações profissionais que se traduz em baixos níveis de escolaridade, actividades no domínio da economia informal, etc. Quando é baixo o nível de qualificação, é alta a probabilidade do trabalhador só conseguir emprego num sector onde os salários médios são comparativamente mais baixos. Pelas mesmas razões, o indivíduo estará mais sujeito a conseguir empregos precários e será mais vulnerável ao desemprego. Neste raciocínio, o indivíduo terá um salário baixo e, se este for insuficiente para o sustento da família, será arrastado para a pobreza. Em caso de desemprego, o mesmo acontecerá se o valor do subsídio for insuficiente ou se a duração do desemprego tender a prolongar-se. Nesta situação, de desempregado de longa duração, cada vez será mais difícil empregar-se devido à baixa qualificação. Passando o período máximo pelo qual é pago o subsídio de

desemprego, estará dependente de outra prestação social (frequentemente o RMG). É também elevado o risco de vulnerabilidade dos trabalhadores da economia informal quer por via dos salários, quer por outras formas de rendimento, nesse sector. A escolaridade é muito baixa e o baixo nível de instrução está associado a uma baixa qualificação profissional.

Gráfico n.º 24 – População residente empregada, segundo o nível de instrução



Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

Do conjunto das leituras anteriores e analisando o quadro seguinte, evidencia-se um maior peso do sector terciário e o crescimento de actividades, também associadas à terciarização, no âmbito dos serviços ligados à actividade económica. A empregabilidade, no sector terciário, sofreu um aumento de cerca de 14 pontos percentuais de 1991 para 2001 (em 1991 apresentava 31.1% e em 2001 expressa 45.5%). Por seu turno, as actividades relacionadas com o sector primário sofrem um decréscimo acentuado de cerca de 29%, mas continua a ter um peso significativo no enquadramento regional. A sua fraca rentabilidade tem obrigado, em especial os homens, a procurarem outros meios de subsistência, especialmente na construção civil, deixando às mulheres as tarefas agrícolas em paralelo com as domésticas. Os incentivos comunitários à instalação de jovens agricultores não têm sido suficientemente motivadores à fixação de jovens, nem ao aparecimento de formas alternativas à agricultura tradicional.

A construção civil passa, assim, a ser geradora de emprego e sub – emprego já que, em numerosas situações, é trabalho em regime de jeira, sem qualquer cobertura legal.

Quanto ao sector secundário, o seu significado económico, no concelho, é pouco relevante, sendo que a actividade com maior visibilidade é a construção civil.

O sector secundário detém projecção no concelho, tendo vindo a ganhar “terreno” em prol do desenvolvimento e dinamismo da terciarização.

Quadro n.º8 - Pessoas ao serviço, por sector de actividade – 1991 / 2001

Sector de actividade	1991		2001	
	N.º	%	N.º	%
Sector Primário	2751	56,28	1035	27,1
Sector secundário	617	12,62	1044	27,34
Sector terciário	1520	31,1	1739	45,5
Total	4888	100	3818	100

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

Relativamente à população empregada, segundo o sector de actividade económica por situação na profissão, constata-se que, do total de 3818 efectivos empregados, cerca de 55 % são “trabalhadores por conta de outrem”, 18.5% são “empregadores” e cerca de 18% são “trabalhadores por conta própria”.

Desagregando por sector de actividade económica, verifica-se que o maior número de empregadores encontra-se no sector primário (392) assim como a maior parte de trabalhadores familiares não remunerados. No que concerne aos trabalhadores por conta própria, há valores mais similares e esta situação é patente tanto ao nível do sector primário como do terciário. Todo este cenário é produto do contexto regional em que Montalegre se insere.

Quadro n.º9 - População residente empregada, segundo o sector de actividade económica e por sexo, por situação na profissão - 2001

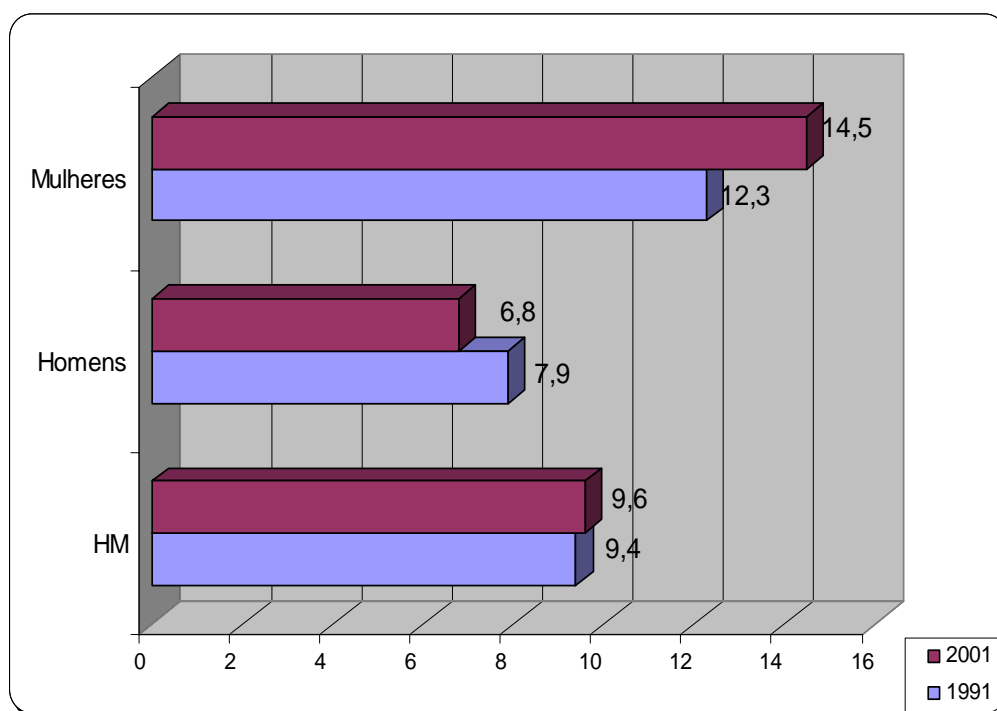
Situação na profissão	Total		Primário		Secundário		Terciário			
							Serviços de natureza social		Serviços relacionados c/ actividade económica	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Total	3818	2502	1035	742	1044	864	930	468	809	428
Empregador	720	558	392	313	160	146	12	7	156	92
Trabalho por conta própria	680	462	349	257	138	100	20	8	173	97
Trab. familiar não remunerado	275	120	167	82	84	31	8		16	7
Trabalho por conta de outrem	2117	1352	124	88	660	587	874	447	459	230
Membro activo de cooperativa	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Outra situação	25	9	3	2	2	-	16	6	4	1

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

6.5 – População residente desempregada

Tal como se verifica ao nível nacional, do mesmo modo, no concelho de Montalegre, no último período inter censitário verifica-se um aumento da taxa de desemprego (sobretudo no que concerne ao desemprego masculino), passando de 9.4%, em 1991, para um valor que se cifra em 9.6%, em 2001. Analisando a taxa de desemprego segundo o género, constata-se que esta é mais elevada nas mulheres (14.5% em 2001) do que nos homens (6.8%). Refira-se que, entre 1991 e 2001, se registaram aumentos significativos na taxa de desemprego feminino, passando de 12.3%, em 1991, para 14.5%, em 2001.

Gráfico n.º 25 – Taxa de desemprego, segundo o sexo, no concelho, 1991/ 2001



Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

De acordo com últimos dados disponíveis pelo INE, Censos de 2001 existem 405 desempregados inscritos no concelho de Montalegre, sendo que 223 são mulheres e 182 são homens. Do total de desempregados, 167 procuram o 1º emprego (52 homens e 115 mulheres) e os restantes 238 procuram novo emprego, dos quais 130 são homens e 108 são mulheres.

Quadro n.º10 - População residente, desempregada (sentido lato), segundo condição de procura de emprego e por sexo no concelho - 2001

População Desempregada	Total	Procura 1º Emprego		Procura Novo Emprego	
	N.º	N.º	%	N.º	%
HM	405	167	41,2	238	58,76
H	182	52	31,13	130	54,62
M	223	115	68,86	108	45,38

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

Denota-se que, partindo das características demográficas e económicas, marcadamente rurais, o concelho depara-se com a libertação de mão-de-obra agrícola (essencialmente mulheres e de baixas qualificações), o que cria um excedente humano, muitas vezes de difícil adaptação às solicitações de um trabalho mais qualificado.

Partindo para uma análise da população desempregada, segundo o grupo etário, constata-se que, em 2001, os indivíduos com idades compreendidas entre os 20 e os 34 anos eram o grupo etário com maior expressão numérica nos desempregados ($83+64+54=201$), expressando cerca de metade do total dos indivíduos em situação de desemprego.

Quadro n.º11 - População residente desempregada em sentido lato,
segundo grupo etário, 2001

ZONA GEOGRÁFICA	Total	De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	De 40 a 44 anos	De 45 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	De 60 a 64 anos	65 ou mais anos
Alto Trás-os-Montes	7 225	710	1 397	1 122	892	920	763	505	432	299	167	18
Montalegre	405	51	83	64	54	47	45	20	20	14	5	2

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

Analisando a procura de emprego por parte dos desempregados, verifica-se que, entre o 1º mês de situação de desemprego e o 11º mês, as diligências de procura de emprego tendem a diminuir. Só após os 12 meses de desemprego se reiniciam estas tentativas. É importante focar que cerca de 24.5% da população desempregada não faz qualquer tentativa de procura de emprego.

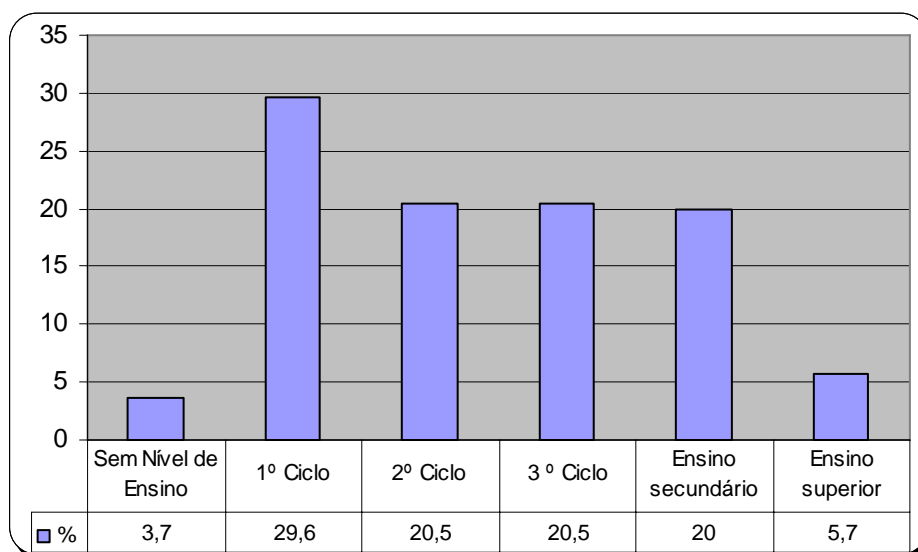
Quadro n.º 12 - População residente, desempregada, em sentido lato e restrito,
segundo a condição de procura de emprego e sexo, 2001

ZONA GEOGRÁFICA	Sentido Lato		Fez Diligências								Não fez Diligências	
			Até 1 Mês		Mais de 1 Mês até 4 Meses		Mais de 4 Meses até 11 Meses		Há 12 ou mais Meses			
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Alto Trás-os-Montes	7 225	2 862	2 156	887	1 039	435	836	330	2 106	765	1 088	445
Montalegre	405	182	91	46	54	23	46	20	115	50	99	43

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

Remetendo a análise a 2001, segundo o nível de instrução, constata-se que, dos desempregados contabilizados pelo INE, 29.6% detêm apenas o 1º Ciclo, seguindo-se 20.5% que possuem o 2º e 3º Ciclos, o que revela que a maior parcela recai sobre a população que possui baixas habilitações escolares. É de salientar que cerca de 20% possui o Ensino Secundário e que apenas uma parcela de 5.7% possui habilitações mais altas ao nível do ensino superior.

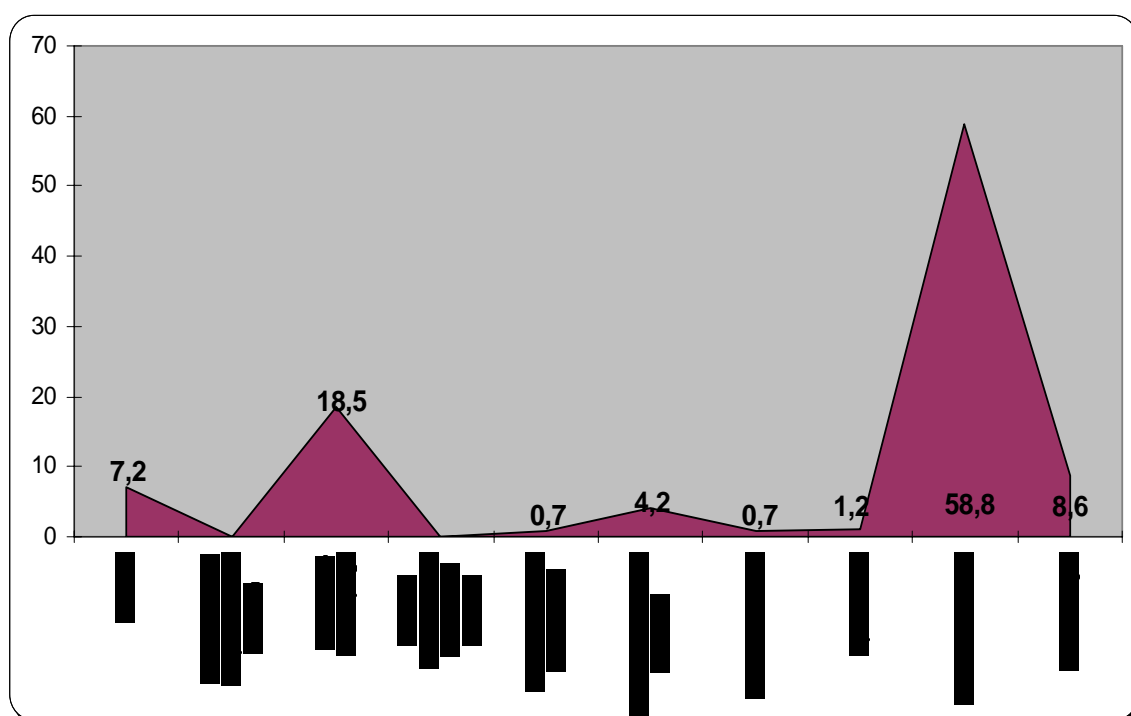
Gráfico n.º 26 – População residente, desempregada, segundo nível de instrução, 2001



Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

Tendo em conta a população residente desempregada segundo o principal meio de vida, observa-se que no concelho de Montalegre os grandes suportes económicos destes grupos assentam nas ajudas familiares (58.8%) e no Subsídio de desemprego (18.5%).

Gráfico n.º 27 – População residente desempregada, segundo o principal meio de vida, 2001



Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

Neste âmbito, tendo em conta os beneficiários com prestações de desemprego, segundo o Anuário Estatístico da Região Norte de 2002 - INE 2003, observa-se que, para o ano de 2002, do total de desempregados registados, a maioria são do sexo feminino (50.8%) e, do total de 179, 38% são “novos beneficiários” que usufruem da prestação de desemprego. Relativamente à faixa etária, constata-se que o maior número de indivíduos a usufruir da prestação de desemprego situa-se no grupo etário entre os 30 e os 39 anos de idade (23.5%) seguido pelo grupo entre os 40 e os 49 anos (21.8%). É de salientar que ainda existe um número significativo de indivíduos beneficiários da prestação de desemprego com menos de 24 anos (17.3%).

Quadro n.º13 - Beneficiários com prestações de desemprego, segundo o sexo e a idade - 2002

Zona geográfica	Total	Sexo				Idade					
		Homens	dos quais:	Mulheres	dos quais:	Menos de 24 anos	25-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-54 anos	55 e mais anos
			Novos		Novos						
Alto Trás-os-Montes	4 831	1 947	794	2 884	1 307	546	831	1 226	977	428	823
Montalegre	179	88	40	91	40	31	24	42	39	23	20

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

Analisando os montantes médios processados em 2002 ao nível das prestações de desemprego, constata-se que Montalegre atribui uma média anual, por beneficiário, de 2360€, média esta ligeiramente superior à da região do Alto Trás-os-Montes. Na análise por género, a atribuição do montante para os homens é de 2486€, enquanto que para as mulheres é de 2238€, diferença de cerca de 250€ anuais. Pode, então, afirmar-se que, embora o sexo feminino apresente uma expressão numérica superior, os rendimentos ficam um pouco aquém dos atribuídos ao sexo masculino.

Quadro n.º14 - Montantes e dias processados de prestação de desemprego - 2002

Zona geográfica	Montantes processados			Montante médio processado por beneficiário			Dias processados	Dias processados por beneficiário
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres		
Alto Trás-os-Montes	11 209 711	4 887 599	6 322 112	2 320	2 510	2 192	1 023 426	212
Montalegre	422 392	218 757	203 635	2 360	2 486	2 238	38 959	218

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

6.6 - Síntese conclusiva

O desenvolvimento de um concelho depende, em grande escala, da sua estrutura económica. Uma economia local dinâmica, geradora de emprego e riqueza promove igualmente o desenvolvimento social.

Em termos económicos, o concelho de Montalegre apresenta alguns problemas estruturais, a começar pela baixa taxa de actividade (relação entre a população activa e a população total). Pode-se constatar que apenas um terço dos indivíduos se encontra disponível para trabalhar, o que é reflexo de uma estrutura etária envelhecida.

Tal como foi referido anteriormente, o reduzido número da população activa reflecte o envelhecimento da população, confirmado pelo facto de cerca de 54% da população, sem actividade económica estar reformada ou aposentada.

Um outro indicador relevante é a taxa de actividade que apresenta valores mais baixos no sexo feminino.

Parece ser lícito afirmar que o concelho de Montalegre apresenta uma débil estrutura de emprego, caracterizada por um cenário de qualificações profissionais carenciado que se traduz em baixos níveis de escolaridade e actividades no domínio da economia informal.

É de realçar o aumento da empregabilidade no sector terciário, no último período intercensitário, e a diminuição das actividades relacionadas com o sector primário.

Relativamente à taxa de desemprego, esta sofreu um aumento pouco significativo, mas, se tivermos em conta a acentuada quebra da população, este aumento torna-se mais marcante.

Será importante referir que, pelo conhecimento empírico, existe um número de desempregados no concelho superior ao mencionado pelo INE, principalmente no que se refere ao sexo feminino. Assim, pode-se salientar o facto de existirem muitos indivíduos em situação de desemprego que não estão inscritos no Centro de Emprego.

Apesar da população continuar a depender muito da agricultura, os jovens, que continuam a trabalhar nesta área, são sobretudo aqueles que não possuem alternativas de emprego mais atractivas e, normalmente, correspondem àqueles que, desde crianças, começaram a trabalhar na agricultura. No entanto, muitos desses jovens, que não dispõem de qualificações académicas ou profissionais, acabam por enveredar pela construção civil, aliciados pelas melhores remunerações auferidas neste ramo de actividade. Aliás, esta actividade tem continuado a revelar-se bastante dinâmica (nos anos mais recentes, muito pelo mercado de segunda habitação) e vem “tabelando” as remunerações para o pessoal menos qualificado, fazendo mesmo com que certos ramos de actividade tenham dificuldade em atrair mão-de-obra (por incapacidade para concorrer com os preços aqui praticados).

7 - ASSOCIATIVISMO E EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E CULTURAIS

O associativismo, nas suas diferentes formas e objectivos, é, por um lado, manifestação de uma sociedade activa e, por outro, promotora de desenvolvimento dessa sociedade. Por esta razão, o número de associações activas numa dada comunidade reflecte o grau de empenhamento voluntário da respectiva população.

No concelho de Montalegre encontra-se registado um total de 68 associações nas mais diversas áreas (culturais, desportivas, humanitárias, de protecção social, de desenvolvimento e lazer). Destas 68 associações, apenas nove se encontram numa fase inactiva. A maior parte desenvolve actividades no âmbito do lazer, do desenvolvimento e da cultura.

As associações culturais e recreativas desenvolvem actividades nas seguintes áreas:

- 3 associações na área da Promoção de manifestações culturais e tradicionais;
- 2 associações na área da música;
- 2 associações na área do folclore;
- 1 associação na área do jornalismo (produz um jornal);
- 1 associação na área do artesanato.

As associações desportivas desenvolvem actividades nas seguintes áreas:

- 4 associações na área do futebol federado;
- 1 associação na área do desporto de montanha.

As associações humanitárias e protecção social desenvolvem actividades nas seguintes áreas:

- 7 associações na área da 3ª idade;
- 5 associações na área do voluntariado;
- 1 associação na área do apoio à deficiência.

As associações e cooperativas de desenvolvimento desenvolvem actividades nas seguintes áreas:

- 8 associações na área agrícola;
- 2 associações na área florestal;

- 1 associação na área das plantas aromáticas.

As associações de estudantes e encarregados de educação desenvolvem a sua actividade na área da educação – 8 associações.

As associações de lazer desenvolvem actividades na área da caça e pesca – 13 associações.

No que diz respeito aos equipamentos culturais, existe actualmente um auditório na Cooperativa Agrícola de Montalegre e uma Biblioteca Municipal, integrada na Rede de Leitura Pública, tutelada pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, desenvolvendo diversas actividades, tais como Infanto-Juvenil, Público em Geral e Ludoteca/Biblioteca Itinerante. Dentro desta actividade (Ludoteca/ Biblioteca Itinerante) são desenvolvidos, com o apoio das escolas do 1º CEB, os ELAN's (Espaços de Leitura Animada).

Existem quatro escolas de música no concelho de Montalegre: uma na Vila de Montalegre e outra na aldeia de Paredes do Rio que leccionam acordeão, uma terceira na aldeia de Parafita, que forma jovens que integram a Banda Filarmónica de Parafita, e, finalmente, uma quarta na aldeia de Pitões das Júnias, que forma jovens em gaita-de-foles, que integram o Grupo de Gaiteiros de Pitões das Júnias. As três últimas escolas estão juridicamente sustentadas por associações sócio – culturais: associação Cultural de Parafita; associação Social Cultural de Paredes do Rio e a associação o Fiadeiro de Pitões das Júnias.

Existe um espaço Internet, financiado pelo Programa Operacional de Sociedade de Informação (POSI), localizado em Montalegre, com 10 computadores ao dispor da população e com um horário de funcionamento das 10 horas às 18 horas.

Em termos de órgãos de imprensa, existe uma rádio local – a Rádio de Montalegre - e três jornais locais;

- “O Correio o Planalto” – com uma periodicidade mensal;
- “O Povo de Barroso” e o “Montalegrense” – ambos com uma periodicidade quinzenal.

O Município de Montalegre está actualmente a construir um complexo cultural e desportivo no centro da Vila que abarca as seguintes valências: Pavilhão Multi-usos, Auditório, Pavilhão Gimnodesportivo, Portas do P.N.P.G. (Parque Nacional Peneda – Gerês), Auditório ao Ar Livre, Campo de Chegas de Bois e quatro Tasquinhas para eventos gastronómicos.

Seguidamente, no que diz respeito aos equipamentos desportivos, o concelho possui três pavilhões desportivos polivalentes afectos às escolas (Escola Secundária Dr. Bento da Cruz, Escola Profissional das Minas da Borralha e Escola C+S do Baixo Barroso), uma piscina coberta, constituída por dois tanques de aprendizagem, uma para adultos e outra para crianças, quatro campos relvados de futebol federados (na vila de Montalegre, na vila de Salto, na aldeia de Vilar de Perdizes e na aldeia Barracão). Nas restantes aldeias do concelho, existem vários campos de jogo, nomeadamente futebol.

Dentro destes equipamentos desportivos, existe um campo de chegas de bois.

Pese, embora, existir no concelho um número significativo de associações, o seu dinamismo social não é qualitativamente correspondente. Uma população maioritariamente envelhecida e a pouca motivação dos jovens para o voluntariado podem ser a causa dessa ausência de dinamismo.

Por um lado, a maioria das associações têm um objecto social muito específico e legislação própria (como, por exemplo, as associações ligadas ao lazer – caça e pesca; I.P.S.S.,...). Por outro lado, a ausência de jovens na maioria das localidades, ou a pouca motivação para o voluntariado, mantém a actividade destas associações em círculos muito fechados e restritos.

8 - JUSTIÇA

8.1 - Índice de criminalidade

Da análise do quadro n.º 1, verifica-se um aumento da criminalidade, no que respeita a crimes de furto a residências (ao longo do ano) e a veículos automóveis (no período de férias de verão), os quais, até há poucos anos, eram raros nesta Comarca de Montalegre.

Aumentaram os crimes de ofensa à integridade física, tendo muitos deles na sua origem problemas de vizinhança e questões de propriedade. Nestas situações são também habituais as situações de queixa contra queixa, com dificuldades na apreciação da prova na medida em que, normalmente, cada uma das versões dos factos é confirmada por três ou quatro pessoas que negam a versão oposta. Aumentaram, também, os crimes de posse de armas proibidas, os crimes pessoais e os de incêndios florestais.

Quadro n.º 1 – Processos-crime

Crimes previstos no Código Penal	1999				2000				2001				2002				2003			
	Pend.	Ent.	Fin.	Seg.	Pend.	Ent.	Fin.	Seg.	Pend.	Ent.	Fin.	Seg.	Pend.	Ent.	Fin.	Seg.	Pend.	Ent.	Fin.	Seg.
Contra as Pessoas	89	160	167	119	119	225	209	135	135	140	163	112	112	140	133	119	119	108	117	110
Contra o Matrimónio	45	123	100	68	68	122	134	56	56	137	181	12	12	186	141	57	57	124	145	36
Contra a Vida em Sociedade	33	83	80	36	36	100	109	27	27	94	98	23	23	126	97	52	52	79	125	6
Contra o Estado	20	9	17	12	12	12	27	7	7	26	27	6	6	23	15	14	14	21	21	14
Crimes prev. em legislação avulsa	1999				2000				2001				2002				2003			
	Pend.	Ent.	Fin.	Seg.	Pend.	Ent.	Fin.	Seg.	Pend.	Ent.	Fin.	Seg.	Pend.	Ent.	Fin.	Seg.	Pend.	Ent.	Fin.	Seg.
Emissão de Cheques sem previsão		2	0	2	2	3	3	2	2	6	4	4	4	2	5	1	1	3	2	2
Tráfico e consumo e Estupefacientes	2	0	1	1	1	3	3	1	1	0	0	0	0	2	0	2	2	0	1	1
Outros Crimes		2	0	2	2	1	3	0	0	0	0	0	0	2	0	2	2	0	0	2
TOTAL DE PROESSOS CRIME	189	416	365	240	240	813	478	228	228	403	473	157	157	481	391	247	247	335	441	171

Fonte: Tribunal da Comarca de Montalegre

3ª PARTE

1 - Dinâmicas sociais e de coesão social

Atendendo a uma análise centrada nos processos sociais existentes no território de Montalegre, poderemos dizer que a questão estruturante, em termos da evolução dos processos sociais e dos seus respectivos actores se prende directamente com a problemática da repulsão populacional. Assim, as fortes migrações para as zonas litorais do país ou para o estrangeiro estrangularam decisivamente a capacidade de dinamismo e de inovação de algumas localidades, facilitando um cenário de autênticas "aldeias fantasma", caracterizadas por casas abandonadas e em elevado estado de degradação física, inexistência de forças vivas locais e de espírito empreendedor.

É evidente que este cenário é mais frequente nas freguesias de maior interioridade e inacessibilidade física, o que tem vindo a favorecer a repulsão populacional, pois são também estas as zonas menos propensas à fixação, quer de emigrantes regressados, quer de segundas residências, por parte de urbanos à procura de um cenário de ruralidade.

A fixação das pessoas não pode ser forçada, contrariando os desejos e aspirações pessoais de cada um e, por isso, é importante que sejam os próprios actores sociais a escolherem e a desenharem os seus próprios processos de fixação, oferecendo Montalegre, nesta perspectiva, inúmeras possibilidades. Convirá, portanto, dotar estas zonas de estruturas facilitadoras à fixação, principalmente para jovens activos adultos de forma a combater a contínua atractividade de centros urbanos em Espanha, no Porto, em Braga ou mesmo em Chaves.

É preciso ter em linha de conta que, actualmente, as zonas rurais são mais do que meros espaços agrícolas. Aliás, a agricultura não poderá ser vista somente como a alavanca de enraizamento das populações a estes locais, devendo-se prefigurar uma multiplicidade de opções credíveis de utilização das zonas rurais. Neste prisma, devem ser aprofundadas as redes de complementaridades, e não de dependências, aproveitando e rentabilizando todo o conjunto de potencialidades de carácter paisagístico, ambiental, turístico, cultural e produtivo, conferindo a estes espaços a excelência de oferta de bens genuínos e de elevada qualidade.

Neste exercício de avaliação das dinâmicas sociais, será importante enquadrar ainda a desintegração juvenil. Os jovens, na generalidade, parecem não ter grandes motivações

e aspirações face ao meio de origem, sendo atraídos por outras realidades, outros consumos e outras formas de vivência na comunidade tendo como quadro de referência, a Galiza, Braga e mesmo Chaves. Grande parte dos jovens continuam a pautar-se pelo abandono precoce da escola e por elevadas taxas de insucesso escolar. A sua grande motivação parece ser a de alcançar a todo o custo um emprego, no sentido de obter meios de subsistência próprios e maiores capacidades de mobilidade. Ainda assim, são desvalorizados, crescentemente, muitos empregos nas áreas da construção civil e hotelaria, mesmo por parte de jovens com qualificações escolares e profissionais muito reduzidas. Com efeito, estes jovens, talvez por uma questão de afirmação social local, continuam a preferir desempenhar este tipo de trabalhos fora da zona de origem, designadamente nos países de emigração.

Muitos jovens não são portadores de um projecto de vida definido, são canalizados para interesses imediatistas e as suas aspirações a uma mobilidade social, no sentido ascendente, são, na generalidade, baixas e pautadas por perspectivas de emprego também bastante redutoras. Não tendo um acesso mais qualificado ao mercado de trabalho, muitos restringem-se ao sector da construção civil no concelho. Esta questão parece indicar-nos que se torna premente repensar a inserção juvenil em meio rural. Tendo em linha de conta que o rural é cada vez menos sinónimo de agrícola e que, por outro lado, as redes de sociabilidades inter-juvenis são cada vez mais dispersas nos meios rurais, torna-se imperioso considerar que estes jovens poderão estar receptivos a outras formas de aprendizagem e de transição para a vida adulta, pois pautam-se por fortes desejos de mudança, ainda que se encontrem numa encruzilhada ambivalente de construção identitária.

A unidade familiar sofre cada vez mais com a recomposição da sociedade no seu todo, existindo estrangulamentos familiares no tocante à sua constituição como unidade de integração e mobilizadora de projectos de vida. A educação socio-familiar será fundamental para o desenvolvimento de um conjunto de actividades que terão como objectivo o desenvolvimento de competências relacionais no que concerne ao espaço familiar e ao seu meio envolvente. Num sentido restrito, deveriam implementar-se acções relacionadas com a preparação básica das famílias, tais como, a divulgação e o ensino de normas de higiene e manutenção da casa, a higiene pessoal dos membros do

agregado familiar, a regulação de hábitos alimentares, o acompanhamento dos percursos escolares, a manutenção e preservação da saúde dos membros da família, etc.

Nesta problemática, parece importante referir o distanciamento das famílias face aos valores escolares. Assim, a escola continua a ser vista como um espaço de certa forma inoperante e incapaz de direccionar os filhos face a trajectórias de mobilidade social ascendentes. A prática de trabalhos agrícolas ou de tarefas domésticas, por parte de crianças em idade escolar, é vista como benéfica e como suporte importante da família. Daí, a relativa desvalorização do ensino pré-escolar e a consequente retenção das crianças no seio familiar.

O envelhecimento populacional no concelho é uma realidade incontornável e considerando os pensionistas por invalidez e os beneficiários de pensões de velhice e de sobrevivência, pode-se constatar que estes últimos são uma clara maioria, o que denota situações de isolamento e de vulnerabilidade económica (fruto das baixas pensões de reforma) e física. Paralelamente, o número de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido (no ano de 2003), em Montalegre, é bastante reduzido (2.8 %) face à média regional (4.2%) e nacional (3.2%), mas tal facto não significa que se trata de um território sem exclusão, mas tão só que a população idosa, assumindo neste contexto um peso tão importante, bem como os subsídios agrícolas acabam por diluir este número.

Relativamente à deficiência, também o contexto familiar assume grande importância. Assim, existem estratégias vincadas de ocultação, de desinformação e até de negação da deficiência por parte de muitos núcleos familiares. Esta situação ocasiona, relativamente a esta população, muitas dificuldades em termos de intervenção. Na generalidade, trata-se de indivíduos pouco estimulados que não frequentaram a escola e não receberam tratamento específico. No seio familiar também são exercidas, por vezes, várias formas de violência, desde a verbal à física, mas são situações que permanecem em territórios de relativa intimidade, não obstante serem as famílias fortemente matriarcais no que concerne à gestão e potenciação de recursos.

Relativamente aos médicos e indicadores de saúde, verifica-se uma situação de relativa destituição face à prestação de cuidados médicos, atestada pelo facto de existir em Montalegre apenas uma percentagem de 0.5% de médicos por 1000 habitantes, situação gravosa face ao que acontece no Alto Trás-os Montes (1.7%) e na região Norte (2.9%).

O deficit de meios humanos acarreta o número elevado de utentes por cada médico e por cada enfermeiro, carecendo, o concelho, de cuidados diferenciados, como consultas de especialidades e meios de diagnóstico.

A retracção face ao exercício dos direitos e dos deveres de cidadania parece também caracterizar os processos sociais em análise. Assim, torna-se necessário quebrar inércias instaladas, rentabilizar as forças vivas locais, nomeadamente presidentes de junta e párocos, bem como professores. Não nos podemos esquecer que estamos perante uma sociedade em que a proximidade social e geográfica são elementos fundamentais de mobilização. Neste ponto importa reflectir acerca da importância da participação na inserção social. A inserção social remete para um duplo movimento com duas vertentes: por um lado, passará pelo facto de as pessoas, famílias ou categorias sociais, em situação ou risco de exclusão, tenham acesso a direitos e deveres de cidadania e de participação social e cultural; por outro lado, terão de existir agentes integradores, instituições, associações e grupos que forneçam a esses mesmos indivíduos possibilidades e meios de iniciar esses processos de forma a combater uma relação dependente. Os processos em causa implicam muitas facetas da vida humana, tais como a interacção social e familiar, o acesso a instituições, as possibilidades de obter escolarização, a qualificação profissional, o emprego, a participação cívica e política, etc. É importante que o recurso aos serviços de apoio social seja encarado por ambas as partes como um processo de constante negociação, criando espaços de autonomia e capacidades de desenvolvimento de estratégias de reforço da auto-estima das populações.

2 - Análise estratégica

2.1 - Pontos de partida

Neste ponto do diagnóstico proceder-se-á à confrontação de oportunidades e ameaças, respeitantes ao concelho de Montalegre, que ressaltaram da análise especializada, apresentada nos capítulos anteriores. Trata-se de, por um lado, reter aspectos para a definição de uma estratégia de desenvolvimento para o concelho e, por outro, conferir à caracterização realizada uma dimensão de avaliação, feita conjuntamente, que permite identificar e distinguir uma elencação de diversas oportunidades e ameaças que constituirão os pontos fortes e fracos, de partida. De referir que se optou por dividir este quadro síntese segundo as áreas de intervenção uma vez que, após o trabalho em conjunto, se chegou à conclusão de que a sua articulação é fundamental para se obter uma reflexão sobre os principais itens para o desenvolvimento social do concelho.

Para uma melhor contextualização e inserção do concelho na região e no país, foram feitas algumas consultas a alguns documentos de nível mais abrangente nomeadamente o Plano de Desenvolvimento Económico e Social, 2000-2006, o Programa Operacional Regional do Norte, 2000-2006, e o respectivo Diagnóstico Prospectivo da Região Norte. Estes documentos foram úteis sobretudo, na construção do quadro síntese das oportunidades e ameaças.

No segundo sub-ponto, procurou-se definir, de forma sucinta, os principais problemas e as prioridades estratégicas de intervenção. Este sub-ponto resulta de tudo o que foi sendo analisado nos capítulos deste Diagnóstico e pretende constituir o alicerce da ponte que será construída para o Plano de Desenvolvimento Social. É importante reforçar que a elaboração do Diagnóstico Social Concelhio e a operacionalização dos seus resultados, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Social, são momentos de um mesmo processo, indissociáveis um do outro, e que visam, sobretudo, o enquadramento e a convergência de medidas futuras.

Quadro n.º 1 – Pontos fortes e pontos fracos no concelho de Montalegre

1 - Dinâmicas demográficas e sócio-familiares

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> • População idosa como mais valia de transmissão de saberes e valores culturais; • Permanência de fortes laços de solidariedade familiar e social; • Condições naturais/património natural com forte atractividade externa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa densidade populacional; • Regressão da estrutura demográfica: <ul style="list-style-type: none"> • Baixa taxa de natalidade e elevada taxa de mortalidade • Aumento da população idosa e diminuição da população jovem, com aumento sistemático do índice de envelhecimento. • Queda acentuada da taxa de fecundidade • Aumento do índice de dependência de idosos; • Isolamento social decorrente da dispersão geográfica; • Diminuição do número de famílias clássicas; • Taxa negativa de crescimento natural; • Perda de expressão das famílias numerosas; • Concentração de famílias com 1 e 2 residentes; • Tendência para o êxodo rural, designadamente da população jovem; • Declínio demográfico e aceleração da desertificação.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Valorização dos conhecimentos e saber-fazer tradicionais e específicos das populações idosas; • Oportunidade de criação de emprego nas áreas de apoio aos idosos; • Valorização social do Património natural/cultural dos territórios. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de políticas capazes de fixar a população jovem; • Atractividade dos meios urbanos nacionais e internacionais sobre os mais jovens; • Isolamento geográfico.

2 - Habitação

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à construção/beneficiação de habitações por parte da autarquia; • Aumento do número de alojamentos; • Aumento do número de edifícios; • Melhoria das condições de habitabilidade da população residente; • Existência de dois parques de habitação social no concelho; • Evolução razoável do nível das condições de higiene básica; • Forte sentido de propriedade; • Implementação no terreno de um projecto de luta contra a pobreza, que apoia a reconstrução/beneficiação de habitações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição do número de alojamentos de residência habitual; • Falta de infra-estruturas nos alojamentos; • Existência de um número considerável de alojamentos sem casa de banho; • Débil cobertura ao nível da rede de esgotos e saneamento básico; • Degradação do parque habitacional tradicional; • Elevado peso dos alojamentos de residência sazonal no universo dos alojamentos clássicos; • Aumento da desertificação e risco de aumento de abandono das habitações; • Degradação da unidade paisagística com as novas arquitecturas das habitações.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Valorização social do território como atracção para a construção de segunda habitação; • Aumento da lógica de respeito pelo ambiente e pela paisagem; • Maior consciencialização sobre as necessidades habitacionais básicas; • Apoio ao contrato de arrendamento jovem; • Facilidade de obtenção de crédito habitação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de políticas de habitação que se adaptem às zonas mais rurais do concelho de Montalegre; • Inexistência de uma lógica de respeito pelo ambiente e pela paisagem; • Ausência de programas específicos de apoio à reconstrução; • Não inserção no terreno, por desadequação, do programa SOLARH; • Aculturação/importação de modelos arquitectónicos que degradam a paisagem natural.

3 - Caracterização sócio-educativa

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> Existência de uma rede de transportes escolares que cobre todo o concelho; Existência de dois agrupamentos de escolas; Cursos de ensino recorrente; Diminuição da taxa de analfabetismo; Aumento da escolarização dos jovens em idade escolar; Boas taxas de cobertura do pré-escolar e 1º Ciclo; Melhoria das condições físicas das escolas de 1º Ciclo e pré-escolar; Existência de projectos educativos; Existência de uma residência de estudantes do Ministério da Educação. 	<ul style="list-style-type: none"> Elevada taxa de analfabetismo Baixos níveis de escolaridade Sub lotação das escolas do 1º Ciclo Carência de estruturas de apoio (cantinas e espaços ATL) do ensino pré-escolar e 1º Ciclo Escolas do 1º Ciclo geograficamente dispersas e com poucos alunos; Elevada taxa de insucesso escolar, especialmente no 7º e 10º anos Elevados índices de absentismo escolar relativamente ao ensino recorrente Deficit do ensino recorrente e cursos de alfabetização Decréscimo da população estudantil Instabilidade do corpo docente Pouca flexibilidade e desadequação dos currículos escolares em relação à realidade Elevada taxa de alunos subsidiados Ausência de cursos profissionais e escassez de cursos tecnológicos Carência de recursos físicos e humanos para crianças e jovens com necessidades educativas especiais Falta de equipamentos desportivos nas escolas primárias Desmotivação e baixa participação dos pais no percurso escolar dos filhos Fraca dinâmica das comissões de pais Dificuldades de socialização das crianças /baixa rentabilidade dos recursos disponíveis Ausência de equipas multidisciplinares de intervenção psicossocial e

	pedagógica
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Conselho Municipal de Educação • Aumento da escolaridade obrigatória • Isenção de pagamento de transportes escolares a todos os alunos, até ao 9º ano de escolaridade • Existência do GAIJ – gabinete de apoio psicossocial – criado pelo Projecto Terras de Barroso • Elaboração da carta educativa • Criação de pólos escolares • Candidaturas a cursos de Formação / Educação, PRODEP, 10º ano profissionalizante • Escola inclusiva • Maior consciência social sobre as necessidades específicas das crianças com Necessidades Educativas Especiais • Criação da Sala de Apoio Permanente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição da população infanto – juvenil • Encerramento das escolas do 1º Ciclo por falta de alunos • Falta de recursos financeiros para contratação de recursos humanos na área social • Encerramento do GAIJ por término do projecto Terras de Barroso • Êxodo dos alunos que terminam o 9º e o 12º anos • Ausência de políticas consertadas entre os dois agrupamentos de escolas • Falta de formação específica dos professores do ensino especial

4 - Saúde

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> Existência de um centro de saúde e 9 extensões que oferecem os cuidados primários de saúde; Melhoria da qualidade de vida local; Centro de saúde com unidade de internamento; Aumento do número de farmácias; Existência de uma policlínica particular com diversas especialidades; 7 clínicas de medicina dentária; Aumento do número de consultas; Diminuição da taxa de mortalidade infantil; Monitorização e domiciliação do plano de vacinação infantil; Existência de algumas consultas de especialidade no centro de saúde (pequena cirurgia, ginecologia) Unidade de radiologia; 	<ul style="list-style-type: none"> Insuficiência de recursos humanos especializados; Número elevado de utentes por médico de família; Inexistência de condições de funcionalidade nas extensões médicas; Sub-utilização dos equipamentos do centro de saúde; Infra-estruturas físicas inacessíveis a deficientes motores; Distância aos hospitais centrais, com ausência de transportes públicos adequados; Ineficácia dos programas de planeamento familiar; Inexistência de respostas a grupos populacionais problemáticos (alcooolismo, toxicodependência e doenças do foro mental); Valorização cultural do consumo de álcool; Inexistência de consultas de várias especialidades; Ausência de técnicos da área social; Acessibilidades reduzidas dos utentes aos serviços (distância – meios de transporte)
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> Implementação de consultas por videoconferência (pedopsiquiatria e dermatologia); Candidatura ao programa Saúde XXI para duas unidades móveis de saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas financeiramente restritivas na área da saúde.

5 - Acção Social

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de técnicos no terreno, no âmbito do Projecto de luta contra a pobreza “Terras de Barroso • Parcerias existentes no território • Serviços mais próximos da população e da comunidade • Maior consciencialização dos direitos de cidadania • Rede social • Equipa técnica multidisciplinar e interinstitucional com dinâmicas activas para a inserção • Implantação territorial de um projecto de luta contra a pobreza • Existência no concelho de um núcleo da Cruz Vermelha • Rede informal de solidariedade • Baixa taxa de incidência do RMG/RSI 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento significativo do n.º de pensionistas sós, sem rectaguarda familiar, em situação de dependência • Sobrelotação dos equipamentos de apoio à 3ª idade • Insuficiente taxa de cobertura de equipamentos de apoio à 3ª idade e de creches • Ausência de apoio domiciliário integrado • Ausência de equipamentos inter-geracionais • Carência de técnicos da Segurança Social no terreno • Ausência de equipamentos ou estruturas de apoio à problemática da deficiência na infância e na juventude bem como a jovens em perigo • Ausência de equipamentos para a juventude • Ausência de equipamentos de actividades dos tempos livres • Ausência de uma bolsa de famílias de acolhimento (crianças e idosos) • Ausência de um centro de recursos para situações de emergência • Baixo Nível das prestações do sistema de solidariedade e segurança social • Dificuldade na criação de condições para uma progressiva inserção social e profissional • Falta de serviços de apoio a problemáticas sociais específicas: alcoolismo, toxicodependência • Baixas qualificações escolares e profissionais dos beneficiários do RMG

	<ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento dos serviços de apoio à população deficiente e necessidade de maior articulação com as instituições competentes • População idosa com baixos rendimentos, despesas de saúde acrescidas e isolamento
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Existência de equipamentos devolutos ou sub-aproveitados que podem ser revitalizados (escolas, casas do povo, residências paroquiais, etc) • RMG / RSI • Possibilidade de candidaturas a programas de inserção social (vida - emprego, programa inserção - emprego, ser criança, Progride, Escolhas) • III QCA - medidas de apoio (POEFDS) • Maior rentabilização das parcerias (Rede Social, RMG, Projecto Terras de Barroso) e da Rede informal de solidariedade • Dinamização do núcleo da Cruz Vermelha Portuguesa • Maior visibilidade e consciência social para as questões das crianças em perigo 	<ul style="list-style-type: none"> • Deficit de pessoal técnico na área social • Aumento de situações de subsidio-dependência • Tendência para o aumento do n.º de idosos isolados sem rectaguarda familiar e carenciados • Distância - transportes - área territorial • Aumento de menores em perigo • Ausência de estruturas que apoiem os planos de inserção social dos beneficiários do RMG/RSI

6 – Caracterização Sócio-Económica

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Elevado nível de aproveitamento de ajuda à implementação de projectos de desenvolvimento agrícola • Existência de infra-estruturas/zonas industriais • Organização de eventos locais, estrategicamente potenciadores de novas actividades económicas (Feira do Fumeiro, Feira da Vitela, Feira do Cabrito) • Existência de associações de desenvolvimento local e regional • Aumento do número de empresas ligadas à área do turismo cultural • Produção de produtos de qualidade (mel, pão, enchidos, etc) • Expansão e qualificação da oferta de alojamento turístico, designadamente unidades hoteleiras de categoria superior, sustentadas nos recursos endógenos • Existência de espaços amplos, não poluídos, com recursos naturais e paisagísticos singulares e com recursos hídricos; • Existência de um património cultural e histórico de elevadas potencialidades, disseminado um pouco por todo o concelho; • Existência de produtos tradicionais com Denominação de Origem Protegida (DOP) • Elevado grau de especialização na indústria granítica que aproveita muita da mão-de-obra disponível na região; 	<ul style="list-style-type: none"> • Zona eminentemente rural de minifúndio e produção extensiva • Agricultura de subsistência e subsídio - dependente • Fraca capacidade de mobilização de recursos endógenos (investimento e recursos humanos) • Abandono gradual da actividade agrícola • Estrutura económica excessivamente dependente do sector primário e dos serviços públicos, mantendo-se a concentração do sector secundário e terciário na sede do concelho • Insuficiente informação, divulgação e apoio técnico às empresas e aos cidadãos • Tecido empresarial débil, com limitações ao nível da gestão e da receptividade à inovação, à modernização e à competitividade • Fraco nível de desenvolvimento industrial • Debilidade das estruturas e/ou associativas de produtores • Insuficiente rede de acessibilidades aos grandes centros • Debilidade dos serviços e estruturas de apoio à actividade económica • Ausência de rede de comercialização

<ul style="list-style-type: none"> • Existência de uma cooperativa agrícola. • Existência de associações de agricultores e produtores de raças autóctones que visam ultrapassar as carências sentidas por esta categoria • Zona com grande área de paisagem protegida - PNPG 	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Existência de recursos naturais que possibilitam a diversificação de actividades e de serviços conexos • Aumento da procura de produtos de qualidade de cariz marcadamente territorial, sendo de destacar os produtos da fileira agrícola (fumeiro, cabrito, vitela) o lazer e o turismo • Incentivos do III QCA • Condições para a produção e comercialização de produtos certificados com DOP • Possibilidade de diversificação nas actividades agrícolas (com ênfase na reconversão das culturas existentes, promoção dos produtos locais de qualidade e desenvolvimento da agricultura biológica) e actividades conexas • Existência de incentivos à criação de micro-empresas • Aumento do fluxo turístico no cencelho • Procura crescente de serviços ligados ao turismo, ao lazer e a serviços de proximidade • Crescente consciencialização para a rentabilização dos recursos endógenos (culturais, ambientais, patrimoniais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Crise estrutural no sector agrícola • Agravamento do declínio dos sectores tradicionais sem reconversão económica • Insuficiente potencial efectivo de atracção de novos investimentos • Desaproveitamento das sinergias entre os sectores agrário, ambiental e turístico • Desvalorização social de actividades e profissões tradicionais • Ausência de expectativas dos agricultores • Imagem de uma região em crise (interior do país), o que constitui, por si só, um factor de não atractividade • Baixa escolarização e envelhecimento da população agrícola • Subaproveitamento dos abundantes recursos naturais existentes • Inexistência de circuitos e estruturas eficazes de divulgação, promoção e comercialização dos produtos • Fracas ligações do ensino com o mundo empresarial • Baixa capacidade de iniciativa empresarial


<ul style="list-style-type: none"> • Implantação, no terreno, do Ecomuseu do Barroso, dinamizador e potenciador de políticas activas de desenvolvimento sustentado • Existência de projectos específicos para as áreas classificadas do PNPG • Crescente valorização dos produtos locais de qualidade, face a uma procura específica crescente e exigente em matéria de qualidade alimentar, incorporados na imagem do concelho 	
--	--

6.1 - Emprego / Desemprego / Formação Profissional

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Estagnação dos índices de desemprego • Existência no concelho de entidades acreditadas para formação profissional • Valorização crescente dos recursos endógenos enquanto potenciadores da criação do auto-emprego e do saber-fazer tradicional • Promoção de cursos de formação em temáticas importantes e úteis para a população do concelho; • Crescente número de micro-empresas e de empresários em nome individual, em áreas afectas ao turismo e saberes tradicionais • Elevada taxa de aproveitamento de programas de incentivo à formação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Excessiva dependência do sector terciário e das actividades primárias • Manutenção de esquemas de trabalho precário e sazonal • Mão-de-obra pouco qualificada, associada a baixos níveis de produtividade • Sectores económicos tradicionais não apresentam dinâmica suficiente para gerar empregos suficientemente atractivos e estáveis, o que não cria condições para a fixação de mão-de-obra mais qualificada • Baixas qualificações dos empregadores • Elevada taxa de emigração • Elevada taxa de desemprego • Maior incidência do desemprego feminino • Formação profissional desligada das necessidades da estrutura produtiva local

	<ul style="list-style-type: none"> • Jovens à procura do 1º emprego sem formação qualificante • Elevado número de desempregados de longa duração • Sub-emprego • Significativa distância do Centro de Emprego em relação ao concelho, o que dificulta a procura de emprego e de formação
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Maior sensibilização para o emprego de mão-de-obra nas actividades tradicionais • Melhoria constante dos níveis de escolaridade da população • Programas ligados ao mercado social de emprego: POCs/ Estágios Profissionais/ Programas de Inserção/ Emprego/Programa Vida - Emprego • Microcrédito • Procura crescente de serviços ligados às actividades tradicionais, às actividades sociais e aos serviços de proximidade • Apoio à criação de auto-emprego • Apoio e incentivos à (re) inserção sócio-profissional de jovens em risco. • Possibilidade de criação de empresas de inserção • Apoios e incentivos à criação do auto-emprego 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em contornar o desemprego (baixas qualificações, elevada idade da população desempregada) • Dificuldade de inserção / colocação da população desempregada, beneficiária do RMG / RSI • Inexistência de indústrias capazes de absorver a mão-de-obra local • Inexistência de mão-de-obra disponível com qualificações adequadas • Aumento dos riscos de desemprego nas camadas intermédias da população activa com deficiente qualificação devido a mudanças e reconversões sectoriais

7 - Associativismo e equipamentos culturais e recreativos

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Elevado número de associações • Apoio por parte da Autarquia às associações • Existência, em construção, de um complexo multiusos • Ecomuseu de Barroso • Espírito de entreajuda comunitária 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzida dinâmica do movimento associativo • Insuficiente capacidade financeira e organizacional para a promoção e animação regular de projectos • Existência de associações inactivas
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de realização de eventos desportivos, recreativos, culturais e de cariz sócio-económico •  III QCA – programas nacionais e comunitários na área da cultura e desenvolvimento local 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Crescente espírito de individualismo e concorrência individual ○ Decrescente sentido do “comunitário”

3 – Análise sintética

Dinâmicas demográficas e sócio-familiares

A – Desertificação e envelhecimento da população

- ✚ Decréscimo populacional na ordem dos 17.5%
- ✚ Jovens diminuíram para metade
- ✚ N.º de idosos aumentou cerca de 9.7%

B – Densidade populacional de 15.4 habitantes por Km2

C – Indicadores demográficos

Indicadores Demográficos	Montalegre	Alto Trás-os-Montes	Norte	Portugal
Taxa de Natalidade	5,5	7,5	11,4	10,9
Taxa de Mortalidade	16,6	13,2	8,7	10,2
Taxa de Crescimento Natural	-11,1	-5,7	2,6	0,7
Taxa de Nupcialidade	5,8	5,7	6,2	5,7
Taxa de Divórcio	1,9	1,2	1,4	1,8
Taxa de Fecundidade	23,7	31,3	42,8	43,2
Casamentos Católicos	45,2	59,3	74	62,5
Índice de envelhecimento	209,3	165,4	81,9	103,6

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte 2002*

D – Famílias

- ✚ 4926 famílias clássicas
- ✚ Famílias com uma e com duas pessoas representam 54.92%
- ✚ Famílias com cinco ou mais pessoas representam 10.76%
- ✚ Dimensão média das famílias de 2.6%

Habitação

- + 9736 alojamentos familiares
- + 9725 alojamentos clássicos: 51.4% são utilizados como residência habitual; 48.6% são de uso sazonal ou temporário e 6.4% estão vagos
- + 11 alojamentos não clássicos, dos quais 8 são barracas e 2 outros alojamentos não clássicos;
- + 64 alojamentos familiares não dispõem de instalações eléctricas e 609 não têm retrete;
- + Apenas 45.89% dos alojamentos estão ligados ao sistema de rede pública de esgotos;
- + 95.2% dos alojamentos familiares possuem água canalizada. Existem ainda 199 alojamentos sem esta instalação;
- + 8.51% (828) dos alojamentos familiares não têm instalação de banho ou duche;
- + 36.56% dos alojamentos têm, como sistema de aquecimento, a lareira,
- + Existem 43 alojamentos sem qualquer tipo de aquecimento;
- + 37.3% dos alojamentos foram construídos entre 1971 e 1991;
- + Apenas 44.19% dos edifícios existentes no concelho se apresentam sem necessidade de reparação, 51.29 % apresentam necessidade de reparação, das quais 4.52% necessitam urgentemente de grandes reparações;
- + Existem 2 bairros sociais, um deles em construção, constituídos por 256 alojamentos;

Indicadores sobre a habitação social de todos os bairros sociais existentes no concelho

Habitação social vendida	41,02%
Habitação social cedida	44,14%
Habitações arrendadas	4,68%
Habitações demolidas	1,96%

- + O Projecto de Luta Contra a Pobreza Terras de Barroso recuperou / beneficiou já 11 habitações, estando, ainda, por resolver 72 casos

Caracterização Sócio-Educativa

A – Níveis de instrução

- + 1º Ciclo é o nível de ensino atingido pela maioria da população residente (40.12%);
- + Ensino secundário atingido por 8.3%;
- + 24.35% da população não atingiu qualquer nível de ensino;

B – Taxa de analfabetismo

- + Taxa de analfabetismo na ordem dos 22.6%;
- + Decréscimo da taxa de analfabetismo no último decénio (24.1% em 1991);

C – Estabelecimentos de ensino, população estudantil e pessoal docente

- + 49 estabelecimentos de ensino
- + 1905 estudantes

D – Ensino básico

- + 13 estabelecimentos de ensino pré-escolar e um total de 237 alunos
- + taxa de cobertura de 85.65% do ensino pré escolar
- + 32 escolas do 1º Ciclo, com um total de 487 alunos; cerca de 60% das escolas têm menos de 10 alunos.
- + Decréscimo de 55.9% do número de alunos desde 1991

2º Ciclo de Ensino Básico

- + 269 alunos do 2º Ciclo de Ensino Básico
- + 466 alunos do 3º Ciclo,

E – Ensino secundário

- + 279 alunos abrangidos por este sistema

F – Insucesso / Abandono

- + 77.71% da população escolar do concelho tem aproveitamento escolar
- + 22.2% representam o insucesso / abandono
- + 7º e 10º anos é onde se tem verificado maior insucesso/ abandono escolar com taxa de 8.38%

Saúde

Indicadores de saúde	Montalegre	Norte	Alto Trás-os-Montes	Portugal
Taxa de mortalidade infantil	4,6	6,4	7,5	5,7
Taxa de mortalidade	16,6	8,7	13,2	10,2
Médicos por 1000 habitantes	0,5	2,9	1,7	3,2
Consultas por habitante	3,2	3,7	3,1	3,8

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte 2002*

- 🏥 1 Centro de Saúde com 17 camas
- 🏥 9 extensões
- 🏥 3 postos de enfermagem
- 🏥 4 farmácias (Montalegre, Salto e Vilar de Perdizes) e 2 postos de medicamentos (Cabril e Borralha)
- 🏥 Doenças cérebro-vasculares são a causa de morte mais frequente

Acção Social

A – População idosa

- ✚ 34.92% da população residente são idosos
- ✚ 6 apoio domiciliário
- ✚ 2 lares de idosos
- ✚ 3 centros de dia
- ✚ 1 apoio domiciliário integrado
- ✚ 10.1% da população idosa é abrangida por serviços de apoio
- ✚ 89.90% da população idosa não tem qualquer auxílio
- ✚ Elevada lista de espera nos lares existentes
- ✚ Insuficiente cobertura do Apoio Domiciliário nas freguesias de Ferral, Covêlo, Pitões, Tourém, Paradela do Rio e Outeiro
- ✚ De 1996 até 2003, 33 idosos beneficiaram de famílias de acolhimento
- ✚ Número elevado de pensionistas
- ✚ Pensão de velhice detém o maior número de pensionistas

B – Equipamentos de apoio à infância

- ✚ 1 creche pertencente à Santa Casa da Misericórdia
- ✚ Taxa de cobertura da creche é de 11.2%
- ✚ 1 jardim de infância particular
- ✚ Taxa de cobertura do jardim de infância é de 8.2% (existem estabelecimentos públicos, cuja taxa de cobertura é de 85.65%)

C – Rendimento Mínimo Garantido

- ✚ 2.8% de agregados familiares a beneficiar do RMG, valor inferior a alguns concelhos vizinhos com menos população
- ✚ Diminuição dos beneficiários do RMG
- ✚ Mulheres são as que mais pedem o RMG
- ✚ 305 Acordos de Inserção
- ✚ 394 beneficiários abrangidos nos acordos
- ✚ Maioria dos acordos assinados são na área do emprego, educação e saúde
- ✚ O principal motivo de dispensa de inserção social dos beneficiários deve-se ao facto de grande parte das pessoas serem estudantes e idosos

D – População deficiente

- + 913 indivíduos portadores de deficiência, 509 homens e 404 mulheres
- + 233 deficientes encontram-se com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%
- + Prevalece a deficiência motora – 30.95%, seguindo-se a deficiência visual – 21.9%
- + Grupo etário dos 65 aos 69 é aquele que apresenta maior numero de casos de deficiência
- + Deficiência mental – 15.34% - o grupo etário de maior número de casos é entre os 20 e os 59 anos
- + 128 deficientes possuem uma actividade económica
- + 12 indivíduos com deficiência em idade activa encontram-se desempregados

E – Crianças e jovens em perigo

- + 30 casos de crianças e jovens em situação de perigo, entre o ano de 2001 e 2003
- + principais causas de intervenção – negligência

Caracterização Sócio-Económica

- ✚ 1409 empresas e 125 sociedades

A – Sector Primário

- ✚ 2472 explorações agrícolas;
- ✚ 34417 hectares de Superfície Agrícola Utilizada (SAU)
- ✚ 32% da SAL são pastagens permanentes;
- ✚ Matas e florestas ocupam 17% da SAL;
- ✚ As culturas temporárias ocupam 31% da SAL
- ✚ 2434 produtores singulares (69% homens)
- ✚ 59% dos produtores tem mais de 54 anos
- ✚ 56% dos produtores agrícolas não ultrapassam o 1º Ciclo, como nível de escolaridade, e cerca de 42% não possui nenhum nível de ensino

B – Sector Secundário

- ✚ 25.6% do total das sociedades dizem respeito à construção civil

C – Sector Terciário

- ✚ Emprega cerca de 35% do total de trabalhadores por conta de outrem e cerca de 22% das mulheres empregadas

D – Dados Globais

- ✚ O volume de vendas, nas sociedades, soma um total de 38 195 milhões de euros em 2001;
- ✚ O volume de depósitos bancários rondou os 172 920 milhões de euros e os créditos concedidos os 74 339 milhões de euros,
- ✚ O indicador per capita do concelho tem um valor de 45.33 e a percentagem do poder de compra é de 0.06%;

Emprego

- ✚ 34% da população activa para 54% da população sem actividade económica;
- ✚ Diminuição menos significativa dos activos femininos e diminuição forte dos activos masculinos;
- ✚ Sector terciário emprega cerca de 46% da população activa; sector primário 27.5% e sector secundário apenas 27%
- ✚ Homens maioritariamente no sector primário e mulheres, maioritariamente, no sector terciário;
- ✚ 405 desempregados, dos quais 223 são mulheres e 182 são homens;
- ✚ 41.2% à procura de 1º emprego e 58.76% à procura de novo emprego;
- ✚ Taxa de desemprego de 9.6%
- ✚ Nível de instrução dos desempregados inscritos é muito baixo (29.6% possui habilitações até ao 4º ano de escolaridade e, destes, 3.7% não possui qualquer escolaridade)
- ✚ 10.62% dos inscritos no Centro de Emprego têm 50 ou mais anos;

4 – Principais problemas

Dinâmicas demográficas e sócio-familiares

- Desertificação do território
- Elevada taxa de envelhecimento da população e de dependência total
- Isolamento
- Êxodo da população jovem

Habitação

- Habitação tradicional degradada e envelhecida
- Débil cobertura da rede de esgotos e saneamento básico
- Elevada taxa de alojamentos sem casa de banho

Caracterização Sócio-educativa

- Elevada taxa de analfabetismo
- Baixo nível de escolarização da população
- Elevada taxa de insucesso escolar com incidência nos 7º e 10º anos
- Ausência de cursos profissionais e tecnológicos
- Carência de recursos humanos especializados na área do ensino especial
- Inexistência de equipas pluri-dsiciplinares de intervenção psico-social e pedagógica
- Ausência de ATLs

Saúde

- Insuficiência de recursos humanos especializados
- Sub-utilização dos equipamentos do Centro de Saúde
- Inexistência de consultas de várias especialidades
- Fraca acessibilidade aos Centros de Saúde e aos Hospitais Centrais
- Inexistência de respostas a grupos populacionais problemáticos

Acção Social

- Insuficiente taxa de cobertura de equipamentos de apoio à 3ª idade

- Ausência de apoio domiciliário integrado
- Deficit de pessoal técnico especializado na área social
- Ausência de estruturas que apoiem os planos de inserção profissional dos beneficiários do RMG/ RSI
- Falta de programas de formação para famílias disfuncionais na área das competências sociais, familiares e parentais
- Ausência de equipamentos ou estruturas de apoio à problemática da deficiência e crianças e jovens em perigo
- Ausência de recursos para situações de emergência
- Ausência de uma cultura de parceria
- Insuficiência de respostas sociais ao nível da creche

Caracterização Socio-económica

- Fraca capacidade de mobilização dos recursos endógenos
- Estrutura económica excessivamente dependente do sector primário e dos serviços públicos
- Fraco nível de desenvolvimento industrial
- Tecido empresarial débil ao nível da gestão
- Debilidade das estruturas e / ou associativas de produtores
- Ausência de redes de comercialização

5 - Nota final

Este Diagnóstico Social pretende assumir-se como um instrumento fundamental que permite inventariar potencialidades e recursos locais disponíveis para a intervenção, constituindo, só por si, um instrumento de indicação de prioridades. Trata-se de um instrumento de dinamização da participação, sendo um elemento de referência na avaliação das perspectivas delineadas a nível do concelho, e funcionando, simultaneamente, como um garante da adequabilidade das respostas às necessidades locais.

Foi preocupação deste Diagnóstico Social apontar, desde logo, pistas para a definição de prioridades de intervenção, não só descrevendo, analisando e interpretando os problemas sociais existentes no concelho, mas também identificando algumas das respostas sociais locais possíveis.

Quer para o presente diagnóstico, quer para o plano de desenvolvimento social, a participação e a articulação são factores essenciais para a viabilidade e efectividade de qualquer mudança que se proponha. Trata-se de condições fundamentais para se garantir a representação de sensibilidades diversificadas quanto aos problemas e objectivos, assegurando-se a afectação dos recursos essenciais para a efectivação da mudança. De pouco serve um documento muito bem fundamentado, em termos das opções enunciadas, se não estiver alicerçado numa mobilização daqueles que serão os agentes capazes de promover e operacionalizar essas mesmas opções. A valorização dos recursos e das potencialidades locais surge como factor fundamental para a passagem para o Plano de Desenvolvimento Social, próxima e crucial etapa de todo o trabalho que está a ser desenvolvido no âmbito da Rede Social em Montalegre.

Anexos

Anexo I

Anexo II

Anexo III

Bibliografia

BELL, Judith, *Como realizar um Projecto de Investigação*, Lisboa, Gradiva – Publicações, Lisboa, 2002, 2.^a Edição

BOUDON, R. et ali, *Dicionário de Sociologia*, Lisboa, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1990

CAPUCHA, Luís, PEGADO, Elsa e SALEIRO, Sandra Palma, *Metodologias de Avaliação de Investigações Sociais – Módulo 34*, PROFISSS, Lisboa, 2001, 2.^a Edição

CASTRO, José Luís, *Rede Social – Módulo 61*, PROFISSS, Lisboa, 2001, 2.^a Edição

COSTA, Alfredo Bruto da, *Cadernos Democráticos 2 – Exclusões Sociais*, Gradiva – Publicações, Lisboa, 1998

FODDY, William, *Como Perguntar*, Celta Editora, Oeiras, 2002

(Re)Pensar as Trajectórias de Integração Social e Profissional, Fundação Irene Rolo, Dep Sociologia, Universidade de Évora, 2002

GUERRA, Isabel Carvalho, *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Acção – O Planeamento em Ciências Sociais*, Principia, Publicações Universitárias e Científicas, cascais, 2002, 2.^a Edição

GUERRA, Isabel e AMORIM, Alexandra, *Construção de um Projecto – Módulo 47*, PROFISSS, Lisboa 2001, 2.^a Edição

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2002), *Anuário Estatístico da Região Norte*, Instituto Nacional de Estatística, 2002

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2003), *Infoline*, (www.ine.pt), INE

Relatório de Evolução – Inserção (Projectos Piloto + Generalização), Vila Real, Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social, ISSS – Instituto de Solidariedade e Segurança Social, 2003

LAKATOS, Eva M.e MARCONI, Marina de Andrade, *Metodologia Científica*, Atlas Ed., São Paulo, 1989

PITÉ, Jorge, *Dicionário Breve de Sociologia*, Presença, Lisboa, 1997

QUIVY, Raymond e CAPENHOUDT, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva – Publicações, Lisboa, 1992

SANTOS, Luís, *Plano de Desenvolvimento Social*, IDS – Instituto de Desenvolvimento Social, Lisboa, 2002

SANTOS, Sónia Martins dos e SANTOS, Maria Emília R. dos, *Diagnóstico Social – Módulo 45*, PROFISSS, Lisboa, 2001, 2.ª Edição

SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Edições Afrontamento, Porto, 1986, 8.ª Edição

WEILL, Michel, *A Gestão Estratégica*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1995

WITKIN, Belle Ruth e ALTSCHULD, James W., *Planning and Conducting Needs Assessments – A Practical Guide*, SAGE Publication, California, 1995